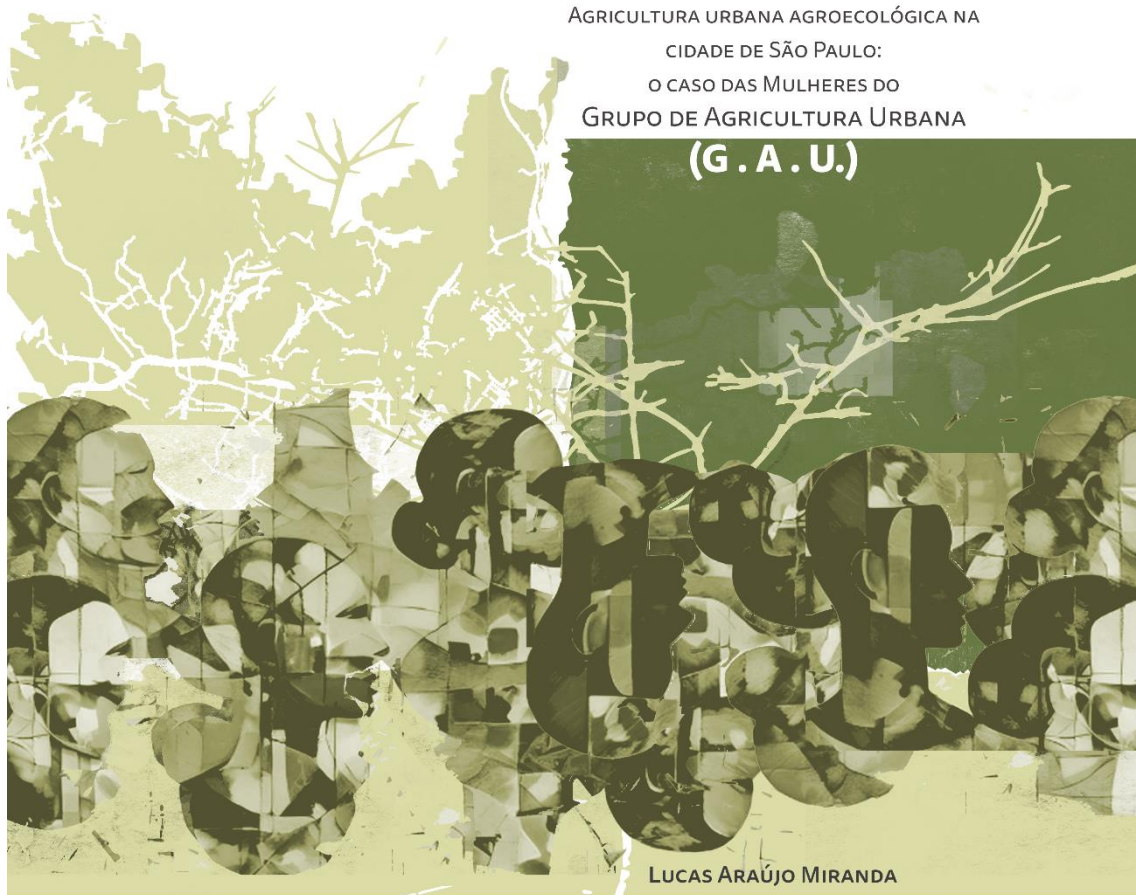




UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
"JÚLIO DE MESQUITA FILHO"
Campus de Presidente Prudente

AGRICULTURA URBANA AGROECOLÓGICA NA
CIDADE DE SÃO PAULO:
O CASO DAS MULHERES DO
GRUPO DE AGRICULTURA URBANA
(G.A.U.)



LUCAS ARAÚJO MIRANDA



GEDRA
GRUPO DE ESTUDOS DINÂMICA REGIONAL E AGROPECUÁRIA



PRESIDENTE PRUDENTE (SP)
2024

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
FACULDADE DE CIÊNCIAS E TECNOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA
CAMPUS DE PRESIDENTE PRUDENTE

**Agricultura urbana agroecológica na cidade de São Paulo: o caso das Mulheres do
Grupo de Agricultura Urbana (GAU)**

Lucas Araújo Miranda

Dissertação de Mestrado Acadêmico apresentada ao
Programa de Pós-Graduação em Geografia da
FCT/UNESP, *campus* de Presidente Prudente, para
obtenção do título de Mestre em Geografia.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Rosangela Aparecida de
Medeiros Hespanhol

Agência de fomento: Coordenação de
Aperfeiçoamento Pessoal de Nível Superior
(CAPES) – Brasil.



Presidente Prudente (SP)

2024

M672a	Miranda, Lucas Araújo Agricultura urbana agroecológica na cidade de São Paulo : o caso das Mulheres do Grupo de Agricultura Urbana (GAU) / Lucas Araújo Miranda. -- Presidente Prudente, 2024 145 f. : il., tabs., fotos, mapas Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista (UNESP), Faculdade de Ciências e Tecnologia, Presidente Prudente Orientadora: Rosangela Aparecida de Medeiros Hespanhol 1. Agricultura urbana. 2. Ecologia agrícola. 3. Relações de gênero. 4. Migração. 5. Economia solidária. I. Título.
-------	--

Sistema de geração automática de fichas catalográficas da Unesp. Biblioteca da Universidade Estadual Paulista (UNESP), Faculdade de Ciências e Tecnologia, Presidente Prudente. Dados fornecidos pelo autor(a).

Essa ficha não pode ser modificada.



UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA

Câmpus de Presidente Prudente

CERTIFICADO DE APROVAÇÃO

TÍTULO DA DISSERTAÇÃO: "Agricultura urbana agroecológica na cidade de São Paulo: o caso das Mulheres do Grupo de Agricultura Urbana (G.A.U.)"

AUTOR: LUCAS ARAUJO MIRANDA

ORIENTADORA: ROSANGELA APARECIDA DE MEDEIROS HESPANHOL

Aprovado como parte das exigências para obtenção do Título de Mestre em Geografia, área:
Produção do Espaço Geográfico pela Comissão Examinadora:


Profa. Dra. ROSANGELA APARECIDA DE MEDEIROS HESPANHOL (Participação Presencial)
Departamento de Geografia / Faculdade de Ciências e Tecnologia de Presidente Prudente - FCT/Unesp


Prof. Dr. CARLOS ALBERTO FELICIANO (Participação Presencial)
Departamento de Geografia / Faculdade de Ciências e Tecnologia de Presidente Prudente - FCT/Unesp


Profa. Dra. LARISSA ARAUJO COUTINHO DE PAULA (Participação Presencial)
Departamento de Ciências Agrárias e Ambientais / Universidade Estadual de Santa Cruz - UESC

Presidente Prudente, 23 de abril de 2024

*À minha orientadora, Rosangela Hespanhol,
por acreditar em mim quando nem eu mais acreditava;*

*À minha psicóloga, Karine Frasson,
por ser o meu apoio e inteligência emocional;*

*À minha mãe, Carla Araújo, à minha avó Lourdes Araújo, e ao meu padrasto, Antônio
Paulo Carvalho,
por serem a minha família e me salvarem nos momentos difíceis;*

*Às mulheres que batalham pelo GAU,
pela paciência e inspiração para essa pesquisa.*

AGRADECIMENTOS

Agradeço, em primeiro lugar, a minha orientadora, Rosangela Hespanhol, por ter acreditado em mim, quando nem eu acreditava. O apoio oferecido no primeiro semestre de 2021, quando fiquei sem bolsa e, ao mesmo tempo, enfrentávamos o contexto mais grave da pandemia, foi essencial para que eu não desistisse naquele momento.

Posteriormente, no segundo semestre de 2022, novamente me apoiou em um dos momentos mais difíceis da minha vida, quando, resumidamente, enfrentamos a conjuntura golpista do bolsonarismo. No primeiro semestre de 2023, adoeci psicologicamente e ela teve a paciência necessária com os pedidos de prorrogação de prazo e as correções da redação.

E não somente durante o Mestrado, mas em todas as experiências que tivemos, desde a primeira orientação em nível de Iniciação Científica, que colaboraram significativamente para chegar até a Pós-Graduação. A nossa história começou em 2017, no meu segundo ano da graduação, e ela sempre foi atenciosa com as correções dos trabalhos acadêmicos, dúvidas, e-mails, orientações, sugestões e, especialmente no Mestrado, com as emergências. Professora, do fundo do meu coração, muito obrigado!

Agradeço a minha psicóloga, Karine Frasson, por cada atendimento realizado. As nossas conversas mudaram a minha vida para sempre, e as suas orientações continuam sendo muito importantes para a minha evolução pessoal. Obrigado por cada crítica, elogio e reflexão. A inteligência emocional dela me inspira todos os dias, e a Elis é a prova mais linda sobre o que escrevo! Karine, te agradeço do fundo do meu coração.

Agradeço a minha mãe, Carla Araújo, por ser a minha família biológica presente durante o Mestrado, o qual foi um dos momentos mais desafiadores da minha vida. O apoio dela, nesse contexto, me fez entender o significado de família, e sou eternamente grato por cada ajuda.

Agradeço o meu padrasto, Antônio Paulo Carvalho, por todo o apoio oferecido desde o início do Mestrado. Ele acreditou em mim desde quando nos conhecemos, além de conseguir realizar um dos meus sonhos no segundo semestre de 2021, quando agradeço ao Prof.º Dr.º Fernando Haddad pessoalmente pela implementação da política de cotas para estudantes de escola pública, a qual me proporcionou o ingresso na universidade pública em 2016. Sou eternamente grato pela ajuda oferecida desde a minha saída de Presidente Prudente, em abril de 2021, até o presente momento.

Agradeço a minha avó materna, Lourdes Araújo, por toda a ajuda oferecida durante o Mestrado, especialmente nos períodos em que estive sem bolsa, podendo me

abrigar em sua casa e me salvando das dívidas bancárias. Ela sempre me apoiou e sou grato por tê-la em minha vida.

Agradeço ao Hemerson Oliveira e toda a família, dona Maria, Fátima, Deusimar, Cris, Herbert, Júlia e Maria Hester, pela amizade e apoio que sempre me deram. A minha relação com o Hemerson e toda a sua família é de carinho, e o considero como um irmão de criação, bem como toda a sua família. Agradeço por cada gesto de solidariedade comigo quando foi necessário, e pelos momentos alegres que compartilhamos.

Agradeço ao Gustavo Silva e toda a família, dona Maria, seu Tatá, Gisele, Vagner, Milena, Heloísa e Higor, pela amizade e suporte que sempre me ofereceram. Nós vivemos muitas experiências juntos, e o considero, também, como um irmão de criação, assim como toda a sua família. Sou grato por tê-los presente na minha história, me fortalecendo quando precisei e dividindo os momentos de alegria quando surgiam.

Agradeço ao Cauê dos Santos e a família, dona Capri e Felipe, pelo acolhimento nos momentos difíceis e parceria nas alegrias. Minha eterna gratidão a vocês!

Agradeço a Júlia e Flávio Florentino, e toda a família, dona Cleusa, seu Falcão, Fábio e Lucas pela amizade e ajuda que sempre recebi deles, desde as tortas da dona Cleusa na adolescência aos churrascos com toda a família reunida. No segundo semestre de 2022, tive a honra em fazer a cerimônia do casamento deles e representou um dos momentos mais emocionantes da minha vida. Obrigado por cada momento juntos!

Agradeço ao Gabriel Kakozi e toda a família, dona Miriam, seu Rogério e Nicole pela parceria e carinho que sempre me proporcionaram. A amizade que superou a graduação no interior do estado e agora se fortalece na capital, mantendo uma rara sintonia na minha vida. Obrigado pelas conversas profundas e terapêuticas!

Agradeço a Ana Carolina Costa de Azevedo, Bárbara Segantin, Dambrenio Boró, Daniela dos Santos, Diego Duarte, Edson Marcelo, Ericsson Preciliano, Ana Luiza Mendes, Matheus Blanco e Natália Tonossu. Essas amizades marcaram, de formas diferentes, o acolhimento nos períodos mais críticos do meu adoecimento emocional durante o Mestrado. Sou eternamente grato pelo carinho que tiveram comigo e estarão sempre na minha memória!

Agradeço aos estudantes, servidoras(es) e professoras(es) do Ensino Fundamental II e Médio da Escola Estadual Padre Alexandre Grigolli, pelas experiências vividas entre junho e agosto de 2021. Essa oportunidade profissional me proporcionou os meses mais felizes de um ano tão cruel. Tenho muita gratidão pelas pessoas que conheci, conversei e

convivi naquele período, pois me fizeram recuperar a esperança em continuar vivo, especialmente a Cláudia Patrícia, minha colega de Categoria “O”. Muito obrigado!

Agradeço as minhas vizinhas do período que residi em São Caetano do Sul, pela solidariedade que tiveram comigo nos momentos de necessidade. Em especial, a Lia Santana, Ana Scalabrin e Rúbia. Muito obrigado pela ajuda e os momentos de alegria que tivemos!

Agradeço as e os camaradas do Partido Socialismo e Liberdade de São Caetano do Sul pela atuação militante na política da cidade, por meio do mandato coletivo das Mulheres Por + Direitos, composto pela Bruna Biondi, Fernanda Gomes e Paula Aviles. Eu também participei do coletivo da Juventude Por + Direitos, no qual conheci pessoas incríveis e que me esperançaram para um futuro melhor. Sou grato pelo Camilo Sousa ter me apresentado ao grupo, um amigo de infância que conheci ainda no Ensino Fundamental.

Agradeço minhas amigas de Presidente Prudente, as quais já estão próximas de completar uma década de histórias! Em especial, sou grato pela Emanuela Moreira, Fernanda Rigolo, Lucas Silva (Campesino), Carlos Gonçalves, João Turino, Victor Quissi, Gabriel Pereira (Gazinho), Laércio Teixeira, Renato Simplicio (Balada), Hugo Alves (Kuririn), Henry Seitiro e Matheus Pereira.

Minha gratidão as pessoas que participaram, em 2022, da “Copa Luta de Classes”, na quadra da “La Bomboteca”; do “Fut Art Morumbá”, na quadra do Núcleo Morumbi; do Movimento Estudantil, na defesa pela democracia em um contexto caótico; dos Centros Acadêmicos e Representações Discentes dos cursos da FCT UNESP e do projeto educacional para a comunidade periférica do Parque Alexandrina, em Presidente Prudente, “Educaalexandrina”. Em especial, dona Miriam Soares, Evelyn Mayra, Milena Vitória, Helber Guedes, Saulo Vinícius, Jefferson Pereira, João Nantes, Emily Almeida, Bruno Lopes, Flávia Santos, Esther Pacheco, Júlia Gutierrez, Téó Medrano, Milena Cesare, Caique Leite, Ester Tieko, Giovanna Angeli, Sofia Leme, Jean Cruz, Bruno Salvi, Danielle Yabuki, Daniela Ferrarezi, Valmir Valério, Carolina Simon, Taynara Marcondes, João Batista e Luciana Telles.

Agradeço a significativa contribuição da Banca do Exame de Qualificação ao Mestrado, presidida pela Rosângela Hespanhol, a qual foi composta pelo Gustavo Nagib e pela Larissa de Paula. Os apontamentos e correções foram determinantes para o aprimoramento da pesquisa, especialmente pelas indicações bibliográficas para a

fundamentação teórica. Vocês são inspirações para mim e obrigado por fazerem parte desse trabalho!

Agradeço a Maria Frizarin, pelas ilustrações pensadas e traçadas para essa pesquisa, estando presentes na capa e em cada início de capítulo. Obrigado pela delicadeza e paciência, a sua contribuição para unir arte e ciência ficou maravilhosa!

APOIO INSTITUCIONAL À PESQUISA

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

A oportunidade de ser bolsista mudou a trajetória da pesquisa, pois considero fundamental que haja dedicação integral para a realização do trabalho, e somente com esse auxílio foi possível avançar com o plano de atividades. Minha gratidão a CAPES e a todas as instituições públicas que resistem aos negacionismos e estruturam a ciência brasileira!

Agradeço ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da FCT UNESP de Presidente Prudente pela oportunidade concedida desde a aprovação no processo seletivo de 2020. Especialmente, às Conselheiras e Conselheiros que me ensinaram sobre o funcionamento das relações institucionais e políticas da universidade pública. Muito obrigado!

Eu classifico São Paulo assim: O Palacio, é a sala de visita. A Prefeitura é a sala de jantar e a cidade é o jardim. E a favela é o quintal onde jogam os lixos.

Carolina Maria de Jesus

RESUMO

Agricultura urbana agroecológica na cidade de São Paulo: o caso das Mulheres do Grupo de Agricultura Urbana (GAU)

A presente pesquisa aborda a trajetória realizada pela organização coletiva das Mulheres do GAU, utilizando a agroecologia como princípio agrícola, a ecogastronomia como princípio culinário e a economia solidária como princípio do trabalho coletivo. A pesquisa proposta pretendeu responder às seguintes questões: o que motivou o cultivo da horta urbana? Por que escolheram a agroecologia como prática de cultivo? Como eram as condições de vida no local em que moravam na região Nordeste? Como e por que se formou o Grupo de Agricultura Urbana? A partir dessas indagações, se delimitou o objetivo geral da pesquisa que pretendeu analisar e compreender a trajetória da organização coletiva das Mulheres do GAU, localizadas no distrito de São Miguel Paulista, no município de São Paulo (SP), visando apreender, com base na horta cultivada, sua importância em termos da produção agroecológica, a busca pela alimentação saudável, conservação da natureza e geração de renda. A abordagem da pesquisa foi qualitativa. Os procedimentos metodológicos envolveram levantamento bibliográfico acerca da agricultura urbana, agroecologia, ecogastronomia, economia solidária, espaço geográfico, gênero, migração e território. Houve, também, levantamento estatístico sobre a agropecuária, economia e população do recorte territorial da pesquisa, ou seja, o município de São Paulo. Posteriormente, foi elaborado o roteiro de entrevista e os trabalhos de campo. Os resultados demonstram que as experiências vividas na região Nordeste, a necessidade de melhorar as condições econômicas, de ocupação e alimentação, além da violência de gênero foram determinantes para a formação das Mulheres do GAU e seus cultivos agrícolas.

Palavras-chave: Agricultura Urbana. Agroecologia. Relações de Gênero. Migração. Multiterritórios. Ecogastronomia. Economia Solidária.

ABSTRACT

Agroecological urban agriculture in the city of São Paulo: the case of the Women of the Urban Agriculture Group (GAU)

This research addresses the trajectory carried out by the collective organization of GAU Women, using agroecology as an agricultural principle, ecogastronomy as a culinary principle and solidarity economy as a principle of collective work. The research proposal intended to answer the following questions: what motivated the cultivation of urban gardens? Why did you choose agroecology as your cultivation practice? What were the living conditions like where they lived in the Northeast region? How and why was the Urban Agriculture Group formed? From these questions, the general objective of the research was defined, which aimed to analyze and understand the trajectory of the collective organization of the Women of GAU, located in the district of São Miguel Paulista, in the city of São Paulo (SP), movements to learn, based in the cultivated garden, its importance in terms of agroecological production, the search for healthy eating, nature conservation and income generation. The research approach was qualitative. The methodological procedures involved a bibliographical survey on urban agriculture, agroecology, ecogastronomy, solidarity economy, geographic space, gender, migration and territory. There was also a statistical survey on agriculture, economy and population of the territorial scope of the research, that is, the municipality of São Paulo. Subsequently, the interview script and fieldwork were prepared. The results demonstrate that the experiences lived in the Northeast region, the need to improve economic, occupation and food conditions, in addition to gender violence were decisive for the training of GAU Women and their agricultural cultivation.

Keywords: Urban Agriculture. Agroecology. Gender Relations. Migration. Multi-territories. Ecogastronomy. Solidarity economy.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Hortas urbanas no município de São Paulo, registradas na plataforma Sampa+Rural.....	52
Figura 2 – Resíduos de Glifosato (herbicida) presentes na água potável da União Europeia e do Brasil, em micrograma/Litro.....	57
Figura 3 – Idade média dos habitantes (expectativa de vida) nos distritos da capital paulista.....	73
Figura 4 – População preta e parda dos distritos de São Paulo.....	74
Figura 5 – Violência contra a mulher (feminicídio) no município de São Paulo.....	75
Figura 6 – Domicílios em favelas no município de São Paulo.....	75
Figura 7 – Oferta de emprego formal no município de São Paulo.....	76
Figuras 8 e 9 – Páginas nas redes sociais (<i>Facebook e Instagram</i>) das Mulheres do GAU.....	97
Figura 10 – Vista aérea do terreno cultivado pelas Mulheres do GAU, com destaque para a agrofloresta em toda a sua dimensão e a estrutura de estufa ao centro. É possível observar, também, os trilhos da ferrovia, assim como os prédios da CDHU nas proximidades da área.....	101

LISTA DE FOTOGRAFIAS

Fotografias 1 e 2 – Registros da primeira visita ao local do viveiro das Mulheres do GAU, em fevereiro de 2020.....	29
Fotografias 3 e 4 – Registros da terceira visita, marcada pela intensificação das dificuldades sociais e econômicas para a continuidade dos trabalhos realizados pelas mulheres, bem como do coletivo, em meio ao corte do auxílio da Prefeitura durante a pandemia.....	30
Fotografias 5 e 6 – Trabalhos realizados com as Mulheres do GAU para conseguir realizar as entrevistas.....	31
Fotografias 7 e 8 – Estrutura coberta nomeada como Viveiro Escola pelas Mulheres do GAU.....	35
Fotografias 9, 10, 11 e 12 – Parte das espécies que formam a agrofloresta do terreno, sendo possível observar, os cultivos de tomates, bananas, mangas e os canteiros de PANC.....	102 e 103
Fotografia 13 – A Subprefeitura entrega os resíduos orgânicos em barris tampados, conforme o registro fotográfico. Os resíduos orgânicos são destinados para a composição da compostagem.....	104
Fotografia 14 – Composteira feita pelas mulheres do coletivo, em que se deposita a matéria orgânica para começar a decomposição dos seus nutrientes e, assim, enriquecendo a terra para o plantio e formação de minhocários.....	105
Fotografia 15 – Parte das mudas orgânicas compradas para as atividades do coletivo..	106
Fotografia 16 – Banco de sementes criado pela Araçá, em que se armazenam sementes crioulas nos recipientes guardados na casinha da vovó, valorizando os ensinamentos de sua mãe.....	107
Fotografia 17 – Gravação da oficina sobre reaproveitamento de materiais para a matéria do Globo Rural, em que Angico estava explicando, para o grupo de estudantes, como a madeira pode ser reutilizada para a confecção de móveis.....	113
Fotografias 18 e 19 – Espaço da cozinha, em que se realiza o trabalho culinário, por meio da ecogastronomia, para atender as encomendas solicitadas ao coletivo.....	115
Fotografias 20 e 21 – Equipamentos, como o fogão e as panelas, foram recebidos por meio de doações ao coletivo, sendo parte essencial da estrutura para a realização dos trabalhos culinários.....	116

Fotografias 22, 23, 24 e 25 – Cesta com pães caseiros, geleia artesanal, bolo com PANC em sua superfície e o biscoito vegano feito a partir da casca de banana, demonstrando alguns resultados dos trabalhos ecogastronômicos produzidos pelo coletivo.....117

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Histórico das taxas de crescimento populacional na capital paulista.....	71
Gráfico 2 – Histórico das taxas migratórias na capital paulista.....	72

LISTA DE MAPAS

Mapa 1 – Número de mulheres intoxicadas por agrotóxicos no Brasil (2007-2014).....	58
Mapa 2 – Subprefeituras dos distritos no município de São Paulo, com destaque para São Miguel Paulista.....	70
Mapa 3 – Deslocamento migratório entre o município de nascimento e o destino da migração (São Paulo) feito pelas mulheres do coletivo.....	80

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Formas de utilização das terras no município de São Paulo, em hectare.....68

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Identificação, idade, naturalidade, profissão, idades em que houve a migração e chegada em São Paulo, ano de entrada no coletivo e data da entrevista.....	33
Quadro 2 – Vantagens e desvantagens indicadas pelas mulheres entrevistadas quando não são utilizados agrotóxicos no manejo agrícola.....	94
Quadro 3 – Espécies dos cultivos realizados na horta.....	102

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BA – Bahia

CDHU – Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado de São Paulo

CNPq – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

CREN – Centro de Recuperação e Educação Nutricional

FCT – Faculdade de Ciências e Tecnologia

GAU – Grupo de Agricultura Urbana

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IDHM – Índice de Desenvolvimento Humano Municipal

MUDA – Movimento Urbano de Agroecologia

NUA – Instituto Nova União da Arte

ODS – Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

OMM – Organização Meteorológica Mundial

ONG – Organização Não Governamental

ONU – Organização das Nações Unidas

PANC – Planta Alimentícia Não Convencional

PE – Pernambuco

PIB – Produto Interno Bruto

PIBIC – Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica

POT – Programa Operação Trabalho

PROAURP – Programa de Agricultura Urbana e Periurbana

SABESP – Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo

SEADE – Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados

SESC – Serviço Social do Comércio

SP – São Paulo

UNESP – Universidade Estadual Paulista

USP – Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	22
1. INTRODUÇÃO	24
1.1 Procedimentos Metodológicos	26
1.2 Estrutura da Dissertação de Mestrado	36
2. AGRICULTURA URBANA: HISTÓRICO, CARACTERÍSTICAS E DESDOBRAMENTOS	38
2.1 Agricultura urbana na Europa	38
2.2 Agricultura urbana no Brasil	42
2.3 Conceituações da agricultura urbana	44
2.4 Avanços institucionais da agricultura na cidade de São Paulo.....	49
2.5 Alimentos agroecológicos ou orgânicos?	55
2.6 Agricultura urbana nas multiplicidades do espaço e na multiterritorialização.....	62
3. CONTEXTUALIZAÇÃO ECONÔMICA, POPULACIONAL E DESIGUALDADES NO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO: AS MIGRAÇÕES INTER-REGIONAIS DAS MULHERES DO GAU PARA A PERIFERIA	67
3.1 Formas de utilização das terras no município de São Paulo.....	67
3.2 As desigualdades populacionais e econômicas em São Paulo.....	69
3.3 Migração para o Município de São Paulo.....	78
3.3.1 A chegada em São Paulo das Mulheres do GAU	84
4. RELAÇÕES DE GÊNERO E O ASSOCIATIVISMO DAS MULHERES DO GAU 101	
4.1 A agroecologia como princípio do trabalho agrícola.....	101
4.2 A ecogastronomia como princípio do trabalho culinário	114
4.3 A economia solidária como princípio do trabalho coletivo	121
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	133
REFERÊNCIAS	136
APÊNDICE	142

APRESENTAÇÃO

A origem do interesse pelo presente tema de pesquisa ocorreu no 2º ano da graduação em Geografia, em 2017, quando houve o contato da Prof.^a Dr.^a Rosangela Hespanhol, que apresentou a oportunidade de uma bolsa de estudos pelo Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC), financiado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), com o objetivo de investigar as experiências de agricultura urbana e periurbana, e suas contribuições para a segurança alimentar e nutricional no município de Presidente Prudente (SP).

Essa oportunidade despertou um conjunto de curiosidades acerca do tema, as quais foram investigadas durante o período vigente da bolsa, sendo renovada em outras duas oportunidades, totalizando três anos de estudos em nível de iniciação científica ao longo da graduação. O valor da bolsa contribuiu para a participação em eventos científicos, estimulando a elaboração de um artigo e um capítulo de livro, além da Monografia de Bacharelado em Geografia, intitulada “Agricultura Urbana em Presidente Prudente”, que foi defendida em fevereiro de 2021.

Ao longo da orientação de iniciação científica, a orientadora compartilhou diversas leituras sobre as práticas da agricultura urbana, contribuindo significativamente para o avanço da pesquisa. Ciente da minha origem paulistana, destacou a leitura da Dissertação de Mestrado “Agricultura urbana como ativismo na cidade de São Paulo: o caso da Horta das Corujas”, de Gustavo Nagib, defendida em 2016 na Universidade de São Paulo (USP).

Assim, a indicação de leitura pela orientadora foi a primeira etapa para idealizar o projeto do Mestrado Acadêmico, pois a Dissertação de Mestrado do Nagib serviu como principal referência bibliográfica para estudar novos casos de agricultura na cidade de São Paulo (SP), focalizando em alternativas sustentáveis como, por exemplo, os princípios agroecológicos.

Essa idealização começou a se transformar em materialidade no início de 2020, quando houve a procura por possíveis locais de agricultura urbana, resultando no encontro com as Mulheres do Grupo de Agricultura Urbana (GAU) e, a partir das primeiras conversas, se verificou a possibilidade de elas participarem da pesquisa, sendo então elaborado o projeto de Mestrado.



1.

INTRODUÇÃO

Ilustração: Maria Frizarin

“[...] Para mim o mundo em vez de evoluir está retornando a primitividade [...] como é horrível ver um filho comer e perguntar: “Tem mais?” Esta palavra “tem mais” fica oscilando dentro do cérebro de uma mãe que olha as panela e não tem mais.”

Carolina Maria de Jesus

1. INTRODUÇÃO

A motivação para a escolha do tema dessa pesquisa está no crescente aumento da insegurança alimentar e nutricional de parcela da população, além dos impactos do aquecimento global e o avanço da crise climática.

O 2º Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil, pesquisa realizada pela Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional, revelou que 33,1 milhões de pessoas não tiveram o que comer em 2022 (Rede PENSSAN, 2022).

Nesse mesmo ano, a insegurança alimentar esteve presente, em algum grau, na vida de 125,2 milhões de pessoas no Brasil, mostrando que mais de 50% da população convive com a fome, em nível leve, moderado ou grave. Esse dado revela um aumento de 60% em comparação com 2018 (*Ibid*).

A insegurança alimentar atinge as regiões do Brasil de forma desigual. No Nordeste, em 2022, os números chegam a 68%, sendo índices expressivamente maiores do que a média nacional de 58,7% (*Ibid*).

No contexto racial de 2022, a segurança alimentar esteve presente em 53,2% dos domicílios com responsáveis que se autodeclararam brancos, enquanto nos lares de referência autodeclarada negra cai para 35% (*Ibid*).

Na comparação de gênero, as diferenças são expressivas entre os lares chefiados por homens e aqueles chefiados por mulheres. Nas casas em que a mulher é a pessoa de referência, a fome atingiu 19,3% em 2022, enquanto nos lares com responsáveis do gênero masculino totalizou 11,9%. A principal motivação dessa desigualdade está relacionada com a diferença salarial entre os gêneros (*Ibid*).

Portanto, nota-se o significativo crescimento da insegurança alimentar entre a população, no qual as mulheres, pessoas negras e nordestinas apresentam os índices mais elevados. Outro fator que pode tornar essa situação ainda mais grave é a crise climática, pois as pessoas em maior vulnerabilidade socioeconômica podem ser atingidas fatalmente ou arcar com prejuízos habitacionais, por exemplo, que não possuem condições econômicas para recuperar.

Os impactos do aquecimento global estão se intensificando no contexto contemporâneo, contribuindo para o avanço da crise climática no planeta. Segundo dados da Organização Meteorológica Mundial (OMM), o ano de 2023 foi o mais quente da história do planeta (Portal INMET, 2024).

No Brasil, a média das temperaturas no ano de referência ficou em 24,92°C, sendo 0,69°C acima da média histórica de 1991-2020, que é de 24,23°C. De acordo com o relatório do Estado Global do Clima 2023, publicado pela OMM em novembro de 2023, a temperatura média da superfície global ficou 1,4°C acima da média histórica de 1850-1900, sendo considerado o ano mais quente em 174 anos de medições meteorológicas (Portal INMET, 2024).

Assim, evidencia-se a necessidade para encontrar medidas sustentáveis tanto no combate a fome quanto na atenuação das mudanças climáticas. Nesse sentido, a investigação científica se apresenta como uma possibilidade de se refletir e propor medidas mitigatórias para essa problemática atual que atinge de forma mais intensa a população vulnerável economicamente.

Os dezessete (17) Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Organização das Nações Unidas (ONU) buscam contribuir para o enfrentamento desses problemas, em que a agricultura urbana, como as Mulheres do GAU demonstram, podem alcançar onze (11), sendo: a erradicação da pobreza; fome zero e agricultura sustentável; saúde e bem-estar; educação de qualidade; igualdade de gênero; trabalho decente e crescimento econômico; redução das desigualdades; cidades e comunidades sustentáveis; consumo e produção responsáveis; ação contra a mudança global do clima e vida terrestre.

Portanto, almejou-se, nesta pesquisa, responder às seguintes questões: o que motivou o cultivo da horta urbana? Por que escolheram a agroecologia como prática de cultivo? Como eram as condições de vida no local em que moravam na região Nordeste? Como e por que se formou o Grupo de Agricultura Urbana?

A partir dessas indagações, se delimitou o objetivo geral da pesquisa que pretendeu analisar e compreender a trajetória da organização coletiva das Mulheres do GAU, localizada no distrito de São Miguel Paulista, no município de São Paulo (SP), visando apreender, com base na horta cultivada, sua importância em termos da produção agroecológica, a busca pela alimentação saudável, conservação da natureza e geração de renda. Os objetivos específicos foram:

- 1)** Pontuar os fatores regionais que influenciaram na migração, organização coletiva e no estímulo para o cultivo da horta urbana das Mulheres do GAU;
- 2)** Analisar as motivações que contribuíram para a formação, a materialização e o desenvolvimento da referida horta urbana, bem como as dificuldades e os problemas enfrentados;

- 3) Identificar as características do manejo agroecológico para a produção de alimentos na horta urbana selecionada, relacionando com a alimentação saudável e os cuidados com a natureza;
- 4) Verificar qual é a importância da produção de autoconsumo para a melhoria da alimentação e a comercialização do excedente para a geração de renda.

Para se atingir esses objetivos se selecionou os procedimentos metodológicos que serão descritos na sequência.

1.1 Procedimentos Metodológicos

Em janeiro de 2020, pesquisei na *internet* sobre hortas urbanas cultivadas na cidade de São Paulo. A partir dessas pesquisas, houve a descoberta do perfil das Mulheres do GAU no *Facebook* e *Instagram*, possibilitando a troca de mensagens e um encontro no espaço do coletivo foi combinado para fevereiro.

O encontro aconteceu algumas semanas antes do primeiro caso de Covid-19 confirmado no Brasil. Inicialmente, não se imaginava as consequências da pandemia do novo coronavírus, as quais acentuaram a importância e a motivação para a realização dessa pesquisa, pelo fato do aumento da crise conjuntural e o retorno do Brasil ao Mapa da Fome da Organização das Nações Unidas (GOVERNO FEDERAL, 2023).

A conversa foi muito amigável, na qual foram compartilhadas experiências de vida na cidade de São Paulo. Além da conversa, houve a apresentação dos trabalhos ecogastronômicos realizados na cozinha e, também, os cultivos agroecológicos e as espécies que formavam a agrofloresta. Ao final, foi apresentada a proposta do projeto de pesquisa às mulheres, sendo que elas aceitaram participar da mesma.

Em março daquele ano (2020), o período letivo da graduação havia começado e retornando à Presidente Prudente, se iniciou a elaboração do projeto de pesquisa. O primeiro procedimento foi o levantamento do material bibliográfico acerca da agricultura urbana, agroecologia, migração e território. Posteriormente, houve o levantamento de dados estatísticos sobre o município de São Paulo para contextualizar o recorte territorial da pesquisa. Após a sistematização dessas informações, foram definidos os objetivos e os procedimentos metodológicos, bem como o cronograma para a sua realização.

Elabora-se o projeto de pesquisa com o propósito de trilhar um caminho pré-determinado ao longo do período de desenvolvimento do trabalho científico. O projeto de

pesquisa é um dos critérios no Processo Seletivo do Programa de Pós-Graduação em Geografia da FCT UNESP de Presidente Prudente, e este foi escrito no ano de 2020. Com a aprovação, a execução do projeto estava programada para começar no primeiro semestre de 2021, sendo concluído ao final do primeiro semestre de 2023.

Porém, os imprevistos e obstáculos surgiram desde o primeiro semestre, o que afetou todo o cronograma e sua execução. Em dezembro de 2019, surgiram muitos casos de pneumonia e resfriados na cidade de Wuhan, na China (ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DE SAÚDE, 2023). Pouco mais de 02 meses depois, em 11 de março de 2020, foi declarada a pandemia de Covid-19 pela Organização Mundial da Saúde (GOVERNO FEDERAL, 2020). No dia 17 desse mês, o Comitê Unesp Covid-19 suspendeu as aulas e atividades presenciais em todas as unidades do Estado de São Paulo, seguindo as normas do Decreto Estadual Nº 64.862 (DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO, 2020) sobre as medidas emergenciais de prevenção de contágio pelo novo coronavírus (PORTAL DA UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA, 2023).

Em meio a essa conjuntura desafiadora de quarentena ao longo de 2020 foi pensado e desenvolvido o projeto, para que as atividades comessem no primeiro semestre de 2021. Posteriormente, os meses de março e abril de 2021 se apresentaram ainda mais graves, sendo 73.381 vítimas em março e 63.999 em abril, totalizando 137.380 pessoas mortas pela Covid-19 nesses dois meses (PODER 360, 2021).

Portanto, não havia estrutura emocional para focar em qualquer etapa dos procedimentos metodológicos da pesquisa, pois, além do perigo do novo coronavírus, a ansiedade e depressão aumentavam ao acompanhar as notícias sobre as ações negacionistas do governo federal.

Diante desses fatores, não houve condições para o início das atividades dos procedimentos metodológicos no ano de 2021. Apesar da primeira vacina aplicada no Brasil em 17 de janeiro desse ano, o ritmo foi lento e a população adulta só completou as duas doses nos últimos meses do ano (GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO, 2021).

Em 25 de fevereiro de 2022, o Comitê Unesp Covid-19 declarou o retorno das atividades presenciais para o primeiro semestre letivo (PORTAL DA UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA, 2023), considerando a redução do número de mortes e infectados pelo novo coronavírus, além da vacinação ampliada, recuperando assim o contato entre as pessoas.

Nesse novo contexto social e sanitário, teve início a realização dos procedimentos metodológicos indicados no projeto de pesquisa. A primeira atividade foi iniciar a revisão bibliográfica sobre os principais temas da pesquisa, além do levantamento, sistematização e análise de dados estatísticos. Houve, também, a elaboração do roteiro de entrevista junto a orientadora, contribuindo com questões significativas para a pesquisa (Apêndice A).

Em seguida, ainda nesse primeiro semestre de 2022, ocorreram as entrevistas, sendo o primeiro passo a viagem de Presidente Prudente a São Paulo para encontrar as mulheres no bairro União de Vila Nova, em São Miguel Paulista, distrito localizado na zona leste da capital. Cabe lembrar que, anteriormente a esse encontro, houve visitas ao espaço em que as mulheres desenvolvem os seus trabalhos, sendo a primeira em fevereiro de 2020 (Fotografias 1 e 2), poucas semanas antes do primeiro caso de Covid-19 no Brasil. O encontro foi marcado após acessar a página do coletivo nas redes sociais, com a finalidade de conhecer as mulheres e o espaço. Conforme Yin (2001),

Ao realizar uma visita de campo ao local escolhido para o estudo de caso, você está criando a oportunidade de fazer observações diretas [...] essas observações servem como outra fonte de evidências em um estudo de caso [...] As provas observacionais são, em geral, úteis para fornecer informações adicionais sobre o tópico que está sendo estudado [...] as observações feitas em um bairro ou em uma unidade organizacional trarão uma nova dimensão na hora de compreender tanto o contexto quanto o fenômeno que está sob estudo. As observações podem ser tão valiosas que você pode até mesmo pensar em tirar fotografias do local do estudo (YIN, 2001, p. 115).

Fotografias 1 e 2 – Registros da primeira visita ao local do viveiro das Mulheres do GAU, em fevereiro de 2020.



Fonte: Visita de campo (2020).

A segunda visita ocorreu em dezembro de 2020, com o propósito de comunicar às mulheres sobre a aprovação do projeto de pesquisa no processo seletivo da universidade, e que o trabalho acadêmico sobre a trajetória delas seria desenvolvido. O comunicado foi recebido com muita alegria.

A terceira visita (Fotografias 3 e 4) aconteceu em dezembro de 2021, com o propósito de conversar sobre os acontecimentos vividos ao longo do ano. A informação que elas nos repassaram mais impactante envolveu o corte de recursos efetuado pela Prefeitura de São Paulo. As mulheres recebiam da Prefeitura Municipal recursos, equivalentes a um salário mínimo para cada uma, para a realização dos trabalhos agrícolas e culinários, e com os cortes foi ameaçada a continuidade das atividades que já enfrentavam dificuldades ocasionadas pelas restrições impostas pela pandemia.

Fotografias 3 e 4 – Registros da terceira visita, marcada pela intensificação das dificuldades sociais e econômicas para a continuidade dos trabalhos realizados pelas mulheres, bem como do coletivo, em meio ao corte do auxílio da Prefeitura durante a pandemia.



Fonte: Visita de campo (2021).

Em junho de 2022, houve a quarta visita. Nessa ocasião, as entrevistas para a pesquisa foram combinadas e aconteceram conforme a disponibilidade de cada mulher. Esse acordo depende da escolha realizada pelo pesquisador, pois as mulheres propõem duas alternativas: o pagamento em dinheiro ou em forma de ajuda com os trabalhos do coletivo.

No caso dessa pesquisa, escolhi ajudar com os trabalhos do coletivo para, posteriormente, realizar as entrevistas (Fotografias 5 e 6). Dessa forma, houve a

colaboração na agricultura e culinária para a concessão das entrevistas, como, por exemplo, na irrigação dos canteiros, no transporte de materiais na carriola, na lavagem da louça gerada nos trabalhos ecogastronômicos e, também, na limpeza do espaço.

Fotografias 5 e 6 – Trabalhos realizados com as Mulheres do GAU para conseguir realizar as entrevistas.



Fonte: Pesquisa de campo (2022).

Essa proposta é apresentada, pois, conforme as mulheres destacaram, são muitas visitas diárias no espaço de trabalho e, frequentemente, pedem para conceder entrevistas,

ocupando um tempo significativo que, geralmente, sobrecarrega nas tarefas do coletivo. Assim, as mulheres decidiram pela proposição, entre duas condições, às pessoas interessadas em se aprofundar nas informações sobre a trajetória de formação e organização coletiva dos trabalhos.

Após essas colaborações ao coletivo, as entrevistas foram cedidas, como uma relação solidária de troca justa. Nesse momento, houve a autorização e consentimento das mulheres para que os relatos fossem gravados pelo microfone de um aparelho celular, facilitando a revisão das informações compartilhadas.

Essa revisão é fundamental para uma transcrição fidedigna, pois as análises e interpretações da pesquisa partem dos registros realizados durante as entrevistas. As gravações foram escutadas e transcritas para um arquivo somente para essa finalidade que, somando com as anotações registradas, serviram como subsídio para a redação do trabalho.

Ser um bom ouvinte significa ser capaz de assimilar um número enorme de novas informações sem pontos de vista tendenciosos. À medida que um entrevistado relata um incidente, o bom ouvinte escuta as palavras exatas utilizadas (algumas vezes, a terminologia reflete uma importante orientação), captura o humor e os componentes afetivos e compreende o contexto a partir do qual o entrevistado está percebendo o mundo (YIN, 2001, p. 82).

Assim, se escolheu pela conservação do conjunto de palavras pronunciadas nas entrevistas, considerando a possibilidade de refletir uma significativa orientação por meio da exatidão dos vocábulos, do humor e afetividade de cada mulher, além de colaborar para o entendimento dos seus contextos e percepções sobre a vida.

O Quadro 1 apresenta as informações referentes a identificação, a idade, o município e estado em que nasceram (naturalidade), a profissão, as idades em que houve a migração e de chegada em São Paulo, o ano de entrada no coletivo e as datas em que as entrevistas foram realizadas.

Quadro 1 – Identificação, idade, naturalidade, profissão, idades em que houve a migração e chegada em São Paulo, ano de entrada no coletivo e data da entrevista.

Nº	Identificação	Idade	Naturalidade	Profissão	Idade em que houve a migração	Idade da chegada em São Paulo	Ano de entrada no coletivo	Data da entrevista
1	Angico	49	Ilhéus (BA)	Agricultora	12	19	2017	07/06/2022
2	Araçá	62	Serrolândia (BA)	Agricultora e Educadora Ambiental	18	18	2007	09/06/2022
3	Araucária	43	Camaçari (BA)	Agricultora e Educadora Ambiental	04	28	2018	09/06/2022
4	Jequitibá	29	São Paulo (SP)	Cozinheira	-	-	2019	06/06/2022
5	Jurema	70	Vitória da Conquista (BA)	Agricultora e Cozinheira	16	16	2007	06/06/2022
6	Mororó	66	Nova Canaã (BA)	Cozinheira	17	17	2015	07/06/2022
7	Mulungu	41	Andradina (SP)	Cozinheira	-	-	2019	09/06/2022
8	Umburana	52	Jaboatão dos Guararapes (PE)	Cozinheira	23	23	2007	08/06/2022

Fonte: Pesquisa de campo (2022); Org. Elaborado pelo Autor.

Em relação aos nomes, optou-se também pela preservação da identidade devido as informações compartilhadas sobre as suas histórias de vida e a prioridade pela segurança das mulheres entrevistadas. Para criar uma identidade nominal, pesquisei as espécies de árvores nativas da região Nordeste e do estado de São Paulo, considerando a trajetória migratória realizada pelas Mulheres do GAU.

Uma segunda escolha seria dar nome aos indivíduos, mas evitar atribuir qualquer ponto de vista ou comentário particular a uma única pessoa em especial, novamente permitindo que o caso em si seja adequadamente identificado. Essa segunda alternativa torna-se mais importante quando você quiser proteger a intimidade de determinadas pessoas (YIN, 2001, p. 177).

Para essa pesquisa foi selecionada a metodologia referente ao estudo de caso, com base na obra de Yin (2001), para investigar, analisar e compreender a trajetória da organização coletiva das Mulheres do GAU.

Em geral, os estudos de caso representam a estratégia preferida quando se colocam questões do tipo ‘como’ e ‘por que’, quando o pesquisador tem pouco controle sobre os eventos e quando o foco se encontra em fenômenos contemporâneos inseridos em algum contexto da vida real (YIN, 2001, p. 19).

As respectivas características coincidem com essa pesquisa, considerando também que “[...] a clara necessidade pelos estudos de caso surge do desejo de se compreender fenômenos sociais complexos”, conforme Yin (2001, p. 21). Nesse sentido, buscou-se a compreensão das complexidades presentes no coletivo, em que se analisou as multifuncionalidades da agricultura urbana, bem como a produção de multiplicidades no espaço e de multiterritórios pelas mulheres.

A estratégia de estudo de caso único foi selecionada para essa pesquisa, pois a horta urbana das Mulheres do GAU. se apresenta como um evento raro na cidade de São Paulo, podendo, também, revelar características que possuem objetivos inéditos ou que dificilmente são identificadas e desenvolvidas nos territórios urbanos. Portanto,

[...] o projeto de caso único é eminentemente justificável sob certas condições - nas quais o caso representa um teste crucial da teoria existente, nas quais o caso é um evento raro ou exclusivo ou nas quais o caso serve a um propósito revelador (YIN, 2001, p. 67).

Cabe destacar que o local selecionado para as entrevistas foi o próprio espaço em que o coletivo desenvolve o seu trabalho, ou seja, o lote. Nesse espaço, foi construída uma estrutura coberta (Fotografias 7 e 8) que formou uma área de convivência, sendo

nomeado pelas mulheres como Viveiro Escola. Dentro dessa área, além do trabalho realizado na cozinha e escritório, também ocorre a recepção das pessoas que as visitam, se acomodando nas mesas e cadeiras disponíveis no local. Toda essa infraestrutura serviu como base para a realização de seis (06) entrevistas.

Fotografias 7 e 8 – Estrutura coberta nomeada como Viveiro Escola pelas Mulheres do GAU.



Fonte: Pesquisa de campo (2022).

A entrevista com Araçá ocorreu na Casinha da Vovó, um espaço cuidado especialmente por ela, sendo o seu local de preferência na área do coletivo. Angico, pelo mesmo motivo, cedeu entrevista no espaço considerado de extensão pelo grupo, localizado em outro terreno cultivado no mesmo bairro, e por ser a responsável pelo manejo dessa área pelo coletivo, o qual se fez ao mesmo tempo que respondia as indagações.

Após a conclusão das entrevistas, houve a transcrição, sistematização e representação das informações obtidas na forma de gráficos, mapas, tabelas, quadros e redação que compõem a presente dissertação.

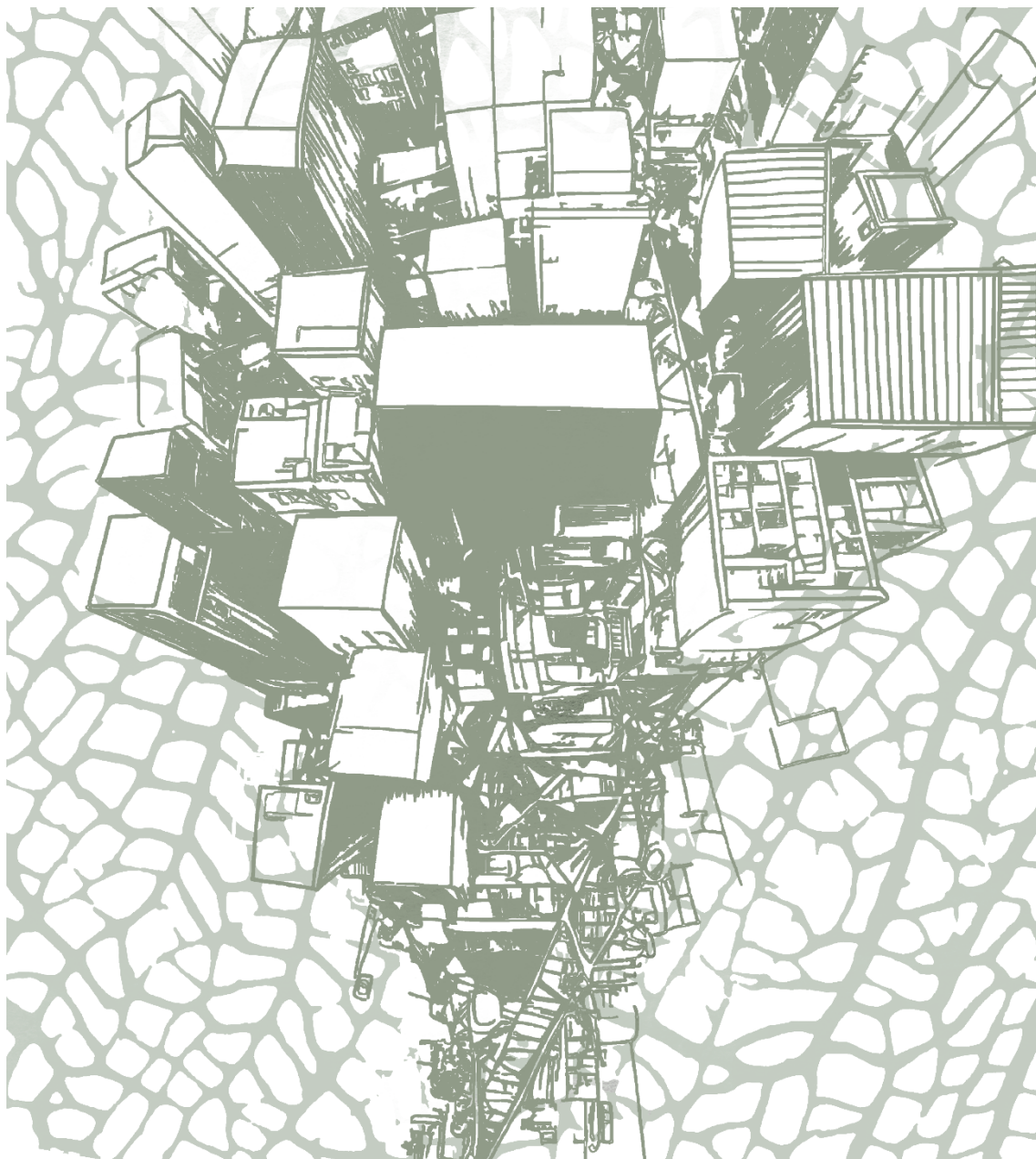
1.2 Estrutura da Dissertação de Mestrado

Essa pesquisa está organizada em outros três capítulos, além da apresentação, dessa introdução, das considerações finais, das referências bibliográficas e anexo.

No segundo capítulo se aborda, a partir da revisão bibliográfica, as características e os desdobramentos da agricultura urbana, se iniciando pela prática no continente europeu, passando também pelas primeiras iniciativas no contexto brasileiro. Posteriormente, abordam-se as conceituações da agricultura urbana, assim como os seus respectivos avanços institucionais na cidade de São Paulo. Na sequência, diferencia-se os alimentos agroecológicos dos orgânicos, e encerra-se com a análise da produção espacial, bem como dos multiterritórios por meio da prática da agricultura urbana.

No terceiro capítulo se apresentam e analisam as características do município de São Paulo, a partir dos dados estatísticos acerca das formas de utilização das terras na escala municipal, assim como das características econômicas e populacionais. Perante essa análise, destaca-se a relevância da migração no contexto paulistano, como forma introdutória para a abordagem da vida na região Nordeste do país das Mulheres do GAU. Em seguida, analisa-se a chegada das mulheres na cidade de São Paulo.

Por fim, no quarto capítulo se discorre sobre as relações de gênero e o associativismo das Mulheres do GAU, destacando a agroecologia como princípio do trabalho agrícola, além da ecogastronomia como princípio do trabalho culinário e a economia solidária como princípio do trabalho coletivo.



2.

AGRICULTURA URBANA: HISTÓRICO, CARACTERÍSTICAS E DESDOBRAMENTOS

Ilustração: Maria Frizarin.

“Há várias coisas belas no mundo que não é possível descrever-se. Só uma coisa nos entristece: os preços, quando vamos fazer compras. Ofusca todas as belezas que existe.”

Carolina Maria de Jesus

2. AGRICULTURA URBANA: HISTÓRICO, CARACTERÍSTICAS E DESDOBRAMENTOS

2.1 Agricultura urbana na Europa

A agricultura urbana é uma prática que, inicialmente, buscou a provisão de alimentos para a população residente nas primeiras aglomerações humanas na Europa, seja por meio do cultivo de plantas ou pela criação de animais (PEREIRA, 2020). A ocorrência desses cultivos e criações, conforme Mendes (2022, p. 43) “[...] ainda que tenham incorporado progressivamente os hábitos do novo espaço que ocupam, essas práticas se configuram como uma alternativa para conservar as suas vivências anteriores no campo, tratando-se, assim, de uma ‘ruralidade nostálgica’ [...]”.

No entanto, a alternativa da ruralidade nostálgica acaba sendo marcada, majoritariamente, pela necessidade de sobrevivência na economia urbana. A realização de cultivos agrícolas e criações de animais nos espaços da cidade se apresentam como uma escolha forçada pelas pessoas que não conseguem empregos no contexto urbano (artesanato, fábricas, lojas comerciais, entre outros), e optam pelas vivências anteriores no campo buscando produzir alimentos para o autoconsumo e gerar renda com o excedente.

A relação entre o campo e a cidade é uma característica presente desde os primórdios da urbanização, em razão da carência na especialização da mão de obra e a pequena dimensão territorial das cidades, conforme destaca Pereira (2020, p. 22). Esse autor também sistematiza as lógicas de produção voltadas ao abastecimento interno durante o período da Antiguidade, em que as muralhas predominavam na morfologia urbana europeia, sendo:

- 1) nos espaços não edificadas no interior da aglomeração havia pequenas áreas agrícolas e de criação de animais de pequeno porte, que se estruturavam como um componente cotidiano para o autoabastecimento da família produtora; 2) nos espaços exteriores às construções, mas dentro das áreas da muralha, a agricultura era praticada pelos cidadãos motivados em prover a alimentação enquanto as cidades estivessem sitiadas; e 3) nos campos propriamente ditos, com produção agrícola e pecuária realizada por camponeses e por habitantes urbanos, sendo os excedentes direcionados à cidade (PEREIRA, 2020, p. 21).

Após esse período, durante a Idade Média, o autor destaca que a agricultura nas cidades europeias continuou sendo uma forma de sobrevivência alimentar, estando vinculada à vida produtiva da cidade. Essa produção estava relacionada, ainda, com o pequeno mercado urbano que não gerava renda suficiente para atender as necessidades básicas dos artesãos, tornando a agricultura urbana um meio de complementar a alimentação dessas famílias (PEREIRA, 2020).

Posteriormente, no século XIX, ocorre a Revolução Industrial no continente europeu e a agricultura urbana perde força diante desse contexto marcado pelo adensamento populacional nas cidades, conforme aponta Mendes (2022):

Neste momento, as cidades passam a desempenhar funções como locais de produção, antes atribuídas exclusivamente ao campo, em decorrência do processo de industrialização que se manifesta através da instalação de fábricas em meio à vida urbana, disputando espaço com os locais de moradia (MENDES, 2022, p. 55).

O processo de industrialização na economia europeia não se limitou apenas aos espaços urbanos, mas também ocorreu na agricultura que, segundo Negri (2023, p. 22 e 23), “Esta necessidade pelo aumento da produtividade surgiu, principalmente, relacionada aos problemas de escassez crônica de alimentos na Europa, intensificados a partir de 1890.”

A agricultura industrializada impulsionou o setor de alimentação, resultando em um dos instrumentos da economia de mercado e, conforme Pereira (2020, p. 33), “os episódios de fome ou subnutrição crônicas nas cidades industriais não decorreram mais do desabastecimento, mas sim, da pobreza de parcela da população.”

A primeira metade do século XX foi marcada por duas grandes guerras mundiais envolvendo, majoritariamente, países europeus. Essas guerras ocasionaram em significativa carência alimentar para a população, tanto civil quanto militar, em todo o continente. Durante a Primeira Guerra Mundial (1914-1918), o governo de Berlim, capital da Alemanha, reconheceu a importância dos *Kleingärten*, podendo ser traduzido como loteamentos e que se referem aos espaços de agricultura urbana (LIMA, 2020).

[...] no período da Primeira Guerra Mundial a questão alimentar tomou conta da agenda do governo e do cotidiano de muitas cidades europeias. Em Berlim, a existência dos *Kleingärten* permitiu que os habitantes da cidade tivessem um meio adicional de subsistência e um refúgio quando suas casas haviam sido bombardeadas. Nestes períodos o governo adotou vários decretos de emergência com vistas a preservar esses espaços de cultivo e evitar o aumento no valor do aluguel dos mesmos. Era preciso garantir a alimentação mínima, e essas hortas urbanas

representavam um significativo percentual do que era consumido localmente (LIMA, 2020, p. 155).

Diante da grave conjuntura, a agricultura urbana se apresentou como importante estratégia de produção e reprodução social na capital do país. A fome se tornou cada vez mais presente na rotina da população, conforme o avanço da guerra. Sendo assim, o estímulo do governo foi importante e estratégico para garantir que alimentos fossem cultivados nos espaços urbanos.

Nesse sentido, tanto as enormes filas registradas, como as cenas de pessoas buscando restos em latas de lixo apontam para o grave problema social que se abateu sob a cidade de Berlim, assim como em outras. No cotidiano da cidade, cenas como essa tornaram-se rotineiras e apontam para o agravamento da situação, especialmente daqueles que precariamente conseguiam pagar por sua moradia [...] em 1914, o *Reichsstelle für Gemüse und Obst* (Departamento de Legumes e Frutas do Império) publicou um folheto ilustrado que apresentava alternativas alimentares de variedades vegetais que poderiam ser facilmente encontradas nos quintais e bosques da cidade (LIMA, 2020, p. 160).

Além do papel governamental, o engajamento da população também contribuiu para que as hortas urbanas produzissem alimentos e atendessem as necessidades das próprias pessoas. A atuação de associações junto ao Estado no planejamento e execução das atividades foi fundamental para as relações econômicas, políticas e sociais.

Assim, as condições difíceis da guerra foram dois pré-requisitos essenciais para o desenvolvimento adicional da horticultura em loteamentos na Alemanha e em Berlim. Por um lado, por causa da população faminta, o estado estava ciente da importância dos lotes de alimentos e foi forçado a intervir por razões de manutenção da estabilidade política, por outro, as duas grandes associações de hortas em Berlim se aproximaram, mesmo com as discordâncias (LIMA, 2020, p. 164).

Na Segunda Guerra Mundial (1939-1945), a fome se tornou uma estratégia ainda mais utilizada no conflito entre os países, por meio de bloqueios na distribuição dos alimentos. O resultado dessa estratégia, além das vítimas fatais, foi o adoecimento psicológico dos sobreviventes.

A situação mais extrema no que se refere à mingua de alimentos aconteceu no cerco a Leningrado durante novecentos dias por alemães e finlandeses entre os anos de 1941 e 1944. O bloqueio à distribuição de alimentos resultou em uma drástica queda de sua oferta depois que o provimento externo se tornou praticamente impossível. Sitiados, os civis de Leningrado foram colocados no limite da resistência humana, provocando milhares de casos de demência, alucinações e psicoses (CARVALHO, 2018, p. 144).

As consequências da guerra impactaram a relação do campo com a cidade, pois devido as dificuldades na produção de alimentos e o agravamento da crise socioeconômica, muitas famílias camponesas diminuíram o fornecimento para as cidades. O movimento migratório, do rural para o urbano, aumentou consideravelmente diante da conjuntura.

A escassez de alimentos, somada ao desemprego e à falta de atendimento médico, gerou greves e insatisfação da população, implicando em um ambiente social que se manteve ainda mais instável. Para agravar a situação, aqueles agricultores que ainda conseguiam cultivar alimentos mostraram-se relutantes em fornecê-los às cidades [...] em função da guerra, a renda dos produtores e trabalhadores rurais declinou drasticamente e famílias inteiras caíram abaixo da linha da pobreza, abrindo espaço para o êxodo rural, além dos milhões de refugiados vítimas da guerra (CARVALHO, 2018, p. 145).

Com o fim da guerra, em 1945, os governos e instituições dos países envolvidos enfatizaram o combate a fome na escala global, fomentando o debate em busca de alternativas e tecnologias que garantissem a suficiência alimentar de todas as pessoas, assim como a eliminação da fome no mundo.

Dadas as marcas e traumas deixados pela história, a fome foi entendida como uma violação a um direito humano básico, o da alimentação. À época, organizações intergovernamentais e acadêmicas propagavam a importância de se fazer esse reconhecimento. Dois dos mais importantes códigos de direitos humanos internacionais firmados – a Declaração Universal dos Direitos Humanos, aprovada pela Assembleia Geral das Nações Unidas (ONU), em 1948, e o seu descendente, o Pacto Internacional sobre os Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, assinado em 1966 pelos membros da mesma Assembleia – não deixavam dúvidas da sua reconhecimento acerca da relevância de tornar o acesso à alimentação um direito respeitado em todas as partes do mundo (CARVALHO, 2018, p. 148).

No entanto, essa busca pela suficiência alimentar da humanidade ocorreu por meio do desenvolvimento de tecnologias agrícolas, bem como pela incorporação de produtos (químicos) que haviam sido fabricados para serem utilizados durante a II Guerra Mundial. O objetivo era industrializar as plantações, otimizando a produção que considerava os alimentos como uma mercadoria lucrativa. O conjunto dessas tecnologias foi chamado de modernização da agricultura pelos governos que a implementaram.

As áreas de transportes, telecomunicações, química, mecânica e genética potencializaram a produção de fertilizantes sintéticos, herbicidas e pesticidas, permitiram a seleção de variedades de espécies de plantas e animais, promoveram a construção de sistemas drenagem, o aperfeiçoamento de técnicas de plantio, além de difundirem a mecanização avançada (CARVALHO, 2018, p. 149).

A seguir, será discorrido acerca das características que colaboraram na prática da agricultura urbana no Brasil desde a colonização europeia a partir do século XVI. Tanto o processo de urbanização, quanto o da modernização agrícola no território brasileiro teve significativa influência do continente europeu.

2.2 Agricultura urbana no Brasil

No Brasil, o contexto da agricultura urbana durante o período da colonização portuguesa foi marcado pela timidez das suas atividades, devido a estrutura econômica e política ser voltada a atender as demandas de Portugal. Nesse sentido, as dinâmicas da economia interna não eram priorizadas, pois a produção era exportada para a Metrópole.

A casa-grande e sua estruturação baseada na monocultura, no latifúndio e no trabalho escravo não se restringiram à economia açucareira, apesar de ser ela o ponto central, esteve também fundamentada posteriormente na economia cafeeira. Isso teve diversas implicações para a organização e expansão das atividades urbanas, além das deficiências no suprimento de gêneros alimentícios, originadas por um empenho político-econômico e de força de trabalho direcionada ao cultivo de monocultura (PEREIRA, 2020, p. 35).

Sendo assim, ao longo dos três séculos de colonização europeia, a urbanização brasileira “[...] fundamentou-se na dependência da cidade em relação ao campo no que diz respeito à provisão de gêneros alimentícios” (PEREIRA, 2020, p. 37). Essa dependência no fornecimento de alimentos resultava no aumento da fome da população urbana, em razão das produções no campo serem majoritariamente destinadas à Metrópole em Portugal.

No entanto, a produção de alimentos para a população brasileira restringia-se as camponesas e camponeses, que historicamente realizam cultivos em suas terras para o autoconsumo de suas famílias e comercializam o excedente produzido, apesar das dificuldades impostas pelo mercado internacional, conforme aponta Pereira:

A escassez de alimentos nas vilas e cidades era rotineiro, com maior severidade nos períodos em que o açúcar estava com preços elevados no mercado internacional, pois havia o deslocamento de mais força de trabalho para sua produção, o que restringia a produção de excedentes alimentares de menor importância econômica nos grandes estabelecimentos. A demanda alimentar urbana era incipiente em razão do restrito contingente demográfico e, na perspectiva do produtor latifundiário-monocultor açucareiro, não compensava despendar esforços para aquelas finalidades por serem atividades subsidiárias (PEREIRA, 2020, p. 38).

Diante dessa conjuntura colonial estruturada pelo latifúndio e monocultura para exportação das produções agrícolas, algumas pessoas residentes nos núcleos urbanos passaram a cultivar nos espaços da cidade, ou no entorno, buscando garantir o acesso à alimentação e comercializar os excedentes por meio do comércio ambulante, contribuindo para o desenvolvimento de atividades agrícolas nas proximidades das cidades, bem como o abastecimento do mercado interno de alimentos (PEREIRA, 2020, p. 41 e 53).

O contexto nacional passou por mudanças significativas somente no século XX, a partir do governo de Getúlio Vargas em 1930, quando houve investimentos no setor industrial, ocasionando em deslocamentos migratórios do campo para a cidade que culminaram na expansão urbana, bem como no aumento das desigualdades regionais ao longo do século passado até a conjuntura contemporânea. Conforme Hespanhol e Hespanhol (2022):

No Brasil, a agricultura urbana vem se expandindo em virtude de vários fatores, entre eles, a migração campo-cidade, o crescente processo de urbanização a partir de meados do século XX e as crises econômicas que afetaram o país em diferentes momentos e ampliaram as desigualdades sociais, especialmente nas grandes cidades e regiões metropolitanas (HESPANHOL; HESPANHOL, 2022, p. 258).

A industrialização da agricultura provocou o êxodo da população camponesa, ocasionando em migrações para as cidades e transformações na vida urbana ao longo de todo o século XX, pois as características rurais passaram a coexistir no espaço urbano, em oposição ou complementariedade (ROSA, 2020, p. 30). Nesse sentido, Rosa enfatiza a relação campo-cidade no Brasil, pois os “Elementos que caracterizam o campo dividem o mesmo espaço com elementos que caracterizam a cidade, formando espaços novos, heterogêneos, onde o conjunto dos elementos presentes define as ruralidades e urbanidades do território brasileiro (2020, p. 33).”

O rápido processo de adoção de inovações tecnológicas na agricultura e a intensificação da concentração fundiária provocaram o êxodo de milhares de colonos, parceiros, arrendatários e pequenos proprietários de terras, os quais se deslocaram tanto para as novas regiões de fronteira agrícola do Centro-Oeste e Norte, quanto para os centros urbanos mais industrializados, principalmente São Paulo e Rio de Janeiro (HESPANHOL, 2008, p. 120).

No próximo item, os aspectos que envolvem as transformações ocorridas no campo e na cidade serão aprofundados por meio das conceituações acerca da agricultura urbana e suas características que colaboram para definir a sua prática na atualidade.

2.3 Conceituações da agricultura urbana

A expansão urbana contribuiu para o avanço do capital no sistema econômico das cidades, mercantilizando o acesso à terra, como, por exemplo, por meio dos interesses do setor imobiliário, dificultando a prática agrícola nesses espaços. Conforme Nagib (2020):

Compreender a propriedade privada da terra como pressuposto da renda e do processo de produção capitalista coloca o espaço urbano mobilizado no cerne do entendimento acerca da valorização do capital. A transferência do dinheiro acumulado pelo setor financeiro ao setor imobiliário vem a apresentar o espaço urbano como produto imobiliário (NAGIB, 2020, p. 67).

Essa dificuldade envolve a mercantilização da vida urbana, desde o acesso à terra e moradia até a dieta alimentar de qualidade, o que resultou no encarecimento dos produtos de necessidades básicas, como aponta Pereira (2020):

Contudo, o acesso a estes alimentos por efetivar-se majoritariamente mediante a economia de mercado, não se efetiva para parcela da população, mesmo havendo a oferta nos mercados locais. Ou seja, é a nova condição de sociedade contemporânea, em que a fome absoluta por inanição ou a fome crônica por falta de compostos minerais e proteicos é resultante da mercantilização dos alimentos. A abundância e diversificação dos mantimentos é restrita à parcela da sociedade que pode pagar por eles (PEREIRA, 2020, p. 55).

Nesse sentido, Mendes (2022, p. 79) define que a prática da agricultura urbana “[...] pode ser caracterizada como uma expressão do estreitamento das relações entre o campo e a cidade, enquanto uma prática que apresenta as feições da produção agrícola rural aliadas à dinâmica do espaço urbano”. Esse estreitamento ganhou cada vez mais relevância com o êxodo rural e o crescimento urbano em marcha desde o século XX.

Conforme Rosa (2020, p. 34), espacialmente a agricultura urbana está presente “nos ‘vazios’ das cidades e áreas periféricas encontram-se hortas, pequenas plantações e criação de animais com o objetivo de garantir a subsistência e a geração de renda de parte da população residente nas cidades e no seu entorno imediato”. Comumente, as pessoas cultivam espécies em terrenos urbanos não edificadas, os quais costumam servir como depósito de entulho e materiais descartáveis.

Essa forma de agricultura promove a conscientização de que todo terreno pode ser aproveitado produtivamente, independentemente de ser dentro ou nos arredores da cidade, de ser habitado ou não, de possuir alguma função social, ou estar abandonado, seja pelo proprietário, seja por órgão público (HESPANHOL; HESPANHOL, 2022, p. 256).

Essa conscientização se ampliou conforme as iniciativas de agricultura cresceram junto com as cidades, estimulando articulações políticas entre as pessoas envolvidas com a prática em busca de apoio para fortalecer o trabalho realizado nesses espaços. Conforme Nagib (2020):

Isto significa que a luta dos agricultores por ampliar seus direitos e garantias de subsistência no meio urbano, além de se tratar de ativismo, adentra nas pautas de luta pelo acesso democrático de uso e parcelamento do solo urbano (NAGIB, 2020, p. 61).

Assim, cabe destacar a diversidade de pessoas praticantes dessa atividade, bem como os espaços em que realizam os seus cultivos, podendo ser em quintais, parques, lajes de cobertura residencial e comercial (*shopping centers*), escolas, terrenos ociosos, avenidas, em áreas próximas aos fundos de vale, em espaços públicos e privados por meio da iniciativa pública, particular, das comunidades, coletivos e sociedade civil (ROSA, 2020).

A autora também discorre sobre o papel das ruralidades como fator de motivação e desenvolvimento das iniciativas de agricultura urbana, pois as pessoas que migraram do campo para a cidade encontram dificuldades no mercado de trabalho urbano e obter emprego nas indústrias, comércio ou serviços, desenvolvendo as atividades que dominam: aquelas que envolvem a agricultura (ROSA, 2020).

Outro fator determinante que motivou a prática agrícola nos espaços urbanos está relacionado com o ativismo de pessoas preocupadas com os problemas ambientais da cidade, envolvendo o contato com o ambiente e áreas verdes, a origem dos alimentos que consomem, entre outras causas defendidas, como aponta Nagib (2020) nos estudos comparativos sobre a cidade de São Paulo e Paris:

[...] a reconexão com a natureza; o apreço pessoal pelo contato direto com a terra, o ato de plantar comida (mesmo que ela não seja consumida, o prazer de cultivar ‘plantas úteis’, ou seja, para além de uma finalidade ornamental), ou a possibilidade de voltar a praticar a agricultura de alguma forma (daqueles que, no passado, viveram no meio rural ou no interior, onde as casas tinham quintais ou jardins maiores); o lazer; a possibilidade de liberar o estresse do dia a dia urbano e encontrar-se num lugar mais tranquilo e silencioso da cidade, especialmente nos fins de semana; a vontade de vegetalizar a cidade ou de revitalizar os espaços públicos; a possibilidade de colocar o filho em contato com a terra e as plantas no meio urbano; a melhor compreensão dos ciclos da natureza; o conhecimento sobre a origem dos alimentos; a possibilidade de socializar com os vizinhos, de fazer novos amigos e de comer e beber coletivamente; a vontade de transformar o espaço urbano de maneira ativa; exercer uma função pedagógica em relação à

ocupação do espaço público e ao plantio de espécies comestíveis; e a autodenominação de ‘ativista’ (NAGIB, 2020, p. 305 e 306).

A característica ativista na agricultura urbana pode revelar duas diferenças nessa prática: o espaço geográfico na qual se insere (centro/periferia urbana), bem como a condição econômica (classe média, alta/classe baixa). Essas diferenças podem contribuir na formação da consciência ambiental e social das pessoas, o que fortaleceria a politização das hortas urbanas nas áreas centrais em detrimento das periféricas.

Essas pessoas, com renda em geral média e alta, costumam ter maior consciência ambiental e social e se preocupam em consumir alimentos saudáveis, bem como em fazer a compostagem de parte dos resíduos orgânicos por elas produzidos. Acrescente-se ao aspecto da consciência ambiental, o fato de que parte dessas pessoas reside em imóveis que permitem a realização de cultivos e criação de animais. Outras, por seu turno, têm participado de projetos de cultivo de horta comunitárias em áreas públicas, transformando essa atividade numa forma de estreitar laços sociais, além de produzir seus próprios alimentos e dar uma destinação nobre a tais espaços. Ainda que, no caso brasileiro, essa prática esteja restrita a um segmento minoritário da população, ela já é expressiva em algumas localidades, especialmente em grandes cidades e zonas metropolitanas (HESPANHOL; HESPANHOL, 2022, p. 259).

Na cidade de São Paulo, a relação entre as pessoas que praticam agricultura urbana se destaca pelo uso das redes sociais na *internet*, considerando a distância das periferias ao centro da cidade, especialmente no tempo de deslocamento e custos com o transporte. Nagib (2020) discorre sobre essa relação, em que:

É verdade, no entanto, que o contato cotidiano entre pessoas de classes sociais muito diferentes é esporádico, uma vez que as hortas reproduzem a realidade dos bairros onde estão inseridas (sejam bairros ricos ou pobres). (NAGIB, 2020, p. 300).

Em áreas mais centrais ou periféricas, cada horta tem algum conhecimento do que se passa em alguma outra, graças às redes sociais, que facilitam a comunicação (e a publicidade de suas atividades cotidianas) e ao conjunto de atores que visam a integrar as iniciativas de diferentes tipologias e expressões sob o grande guarda-chuva da ‘agricultura urbana paulistana’ [...] a democratização e a horizontalidade nas relações entre os ativistas da agricultura urbana não atingem seu grau máximo por uma questão essencialmente espacial, revelando-se mais uma faceta da segregação socioespacial bastante evidente (e estudada) em São Paulo (*Ibid*, p. 312).

Diante da conjuntura contemporânea, a prática da agricultura urbana é composta, geralmente, por múltiplas funções que buscam alcançar diferentes objetivos, tornando a sua definição complexa. No entanto, esse aspecto dinâmico é o que sintetiza a ocorrência

dessa prática, considerando as disparidades locais e regionais em meio à cultura, economia e conservação ambiental (CURAN; MARQUES, 2021).

Compreende-se que tamanha abrangência de tipologias gera como resultado diferentes focos e funções para as distintas formas de AUP [Agricultura Urbana e Periurbana]. De fato, cada propriedade, horta, jardim e/ou *allotment* acaba, em sua maioria, cumprindo diversas funções para além da produção de alimentos, assumindo assim uma agricultura multifuncional. A multifuncionalidade da agricultura representa um modelo de agricultura que atende às demandas da sociedade por proteção ambiental, segurança alimentar, preservação de tradições culturais e promoção do desenvolvimento, funcionando como uma estratégia para os negócios agrícolas e uma possibilidade para a agricultura se adaptar à realidade urbana. Essa prática permite não somente a viabilidade da propriedade, mas também a transformação da paisagem. Relevante destacar que não se trata de diferentes funções ocorrendo ao mesmo tempo num mesmo espaço, e, sim, a sinergia entre estas na paisagem (CURAN; MARQUES, 2021, p. 215).

Sendo assim, a agricultura urbana pode contribuir em três dimensões de atuação: sociocultural, econômica e ambiental. Essa divisão serve apenas para facilitar a compreensão do seu caráter multifuncional, em que pode participar em uma ou mais dimensões ao mesmo tempo. Essas contribuições podem envolver, por exemplo, o empoderamento feminino no âmbito sociocultural, bem como a geração de renda no aspecto econômico e/ou a conservação da biodiversidade e dos recursos naturais na dimensão ambiental (CURAN; MARQUES, 2021).

A dimensão sociocultural destaca-se pela requalificação e ressignificação do espaço urbano, pois a agricultura urbana pode causar estranheza, e até incômodo, às pessoas que habitam a cidade. Destarte, a presença dessa prática no ambiente urbano contribui para a reconexão e valorização dos recursos naturais, como também estimula encontros entre pessoas, podendo gerar uma cultura na escala local e resistir aos interesses do capital imobiliário.

As várias modalidades de agricultura urbana realizadas em terrenos privados não ocupados ou não construídos detêm importância, em suma, em termos da produção de alimentos, da geração de ocupações temporárias e renda, podendo ser apreendidas como formas de resistência à expansão do tecido urbano segundo os interesses dos agentes hegemônicos (HESPANHOL; HESPANHOL, 2022, p. 261).

O direito à cidade, analisado a partir do direito à agricultura urbana, também evidencia como o ato de cultivar a terra ainda é bastante provocativo, especialmente quando a urbanidade confere, àquele labor, um rótulo de atraso, de pouca sofisticação, e até mesmo de sujo ou imundo (NAGIB, 2020, p. 140).

O direito à cidade, enquanto utopia e objeto de luta dos coletivos e movimentos sociais, converte-se em ações diretas no espaço urbano por justiça social, solidariedade e respeito à natureza, em oposição ao controle político e espacial de grandes empresas e governos à serviço da reprodução do capital (*Ibid*, p. 141).

Diante da dimensão econômica, Mendes (2022) pontua que:

[...] a prática agrícola urbana contribui para o orçamento das famílias, principalmente na redução dos gastos da população urbana com alimentos com alto valor nutricional, que, em alguns casos, passam a ser produzidos pelos próprios moradores nas suas residências ou em áreas circunvizinhas, além da possibilidade de serem acessados em canais de compras alternativos por um baixo custo monetário (MENDES, 2022, p. 70).

Assim, a agricultura urbana pode reduzir a pobreza e estimular novas formas de comercialização, buscando garantir o acesso à alimentação das pessoas em vulnerabilidade econômica. Rosa (2020, p. 56) destaca que “na produção para comercialização, a agricultura urbana fornece alimentos mais frescos e com o custo menor ao diminuir o tempo e a distância entre o produtor e o consumidor.”

A dimensão ambiental busca valorizar as áreas verdes, pois a agricultura urbana “[...] têm importante papel no clima das cidades, em especial no que concerne à temperatura atmosférica” (SILVA; AMORIM, 2022, p. 141). Sendo assim, colabora na redução dos efeitos das ilhas de calor urbanas, refrescando o ar e tornando o ambiente das cidades mais agradáveis.

Na cidade de São Paulo, Nagib (2020) destaca as contribuições da agricultura urbana para a conservação da biodiversidade, em que:

[...] a grande parte das hortas comunitárias paulistanas cultivam segundo os princípios da agroecologia e da permacultura. Mesmo quando nem todos os conhecimentos sejam amplamente dominados pelos hortelões, aqueles termos fazem parte de seu vocabulário para explicar os métodos de cultivo de que fazem uso, e há um esforço constante em realizar atividades, geralmente nos fins de semana, nos quais são trazidos especialistas (da própria comunidade ou mesmo experts) para palestrar e ministrar oficinas, na tentativa de ampliar o conhecimento (com enfoque na parte prática) sobre as referidas temáticas (NAGIB, 2020, p. 298).

Cabe destacar o papel relevante da agroecologia para a manutenção da biodiversidade, o qual será trabalhado mais adiante nesse capítulo. No entanto, Hespanhol e Hespanhol (2022) apontam para fatores que limitam essa multifuncionalidade da agricultura urbana, em que:

Verifica-se, assim, que apesar de a agricultura urbana possuir caráter multifuncional, ela apresenta limitações intrínsecas para sua manutenção e expansão, especialmente em países pouco avançados, como é o caso do Brasil, entre elas: a) o reduzido apoio (financeiro, técnico etc.) do poder público; b) a inexistência de regulamentação e a não incorporação da prática da agricultura ao planejamento urbano; c) o caráter itinerante da atividade, tendo em vista que, à medida que as áreas cultivadas se valorizam, elas tendem a ser requisitadas pelos seus proprietários, e os agricultores são forçados a encontrar outros espaços para a realização do seu trabalho (HESPANHOL; HESPANHOL, 2022, p. 259 e 260).

As limitações apontadas envolvem a conjuntura nacional, com a exceção de alguns municípios que apresentaram avanços institucionais recentemente, como é o caso de São Paulo, ainda que insuficientes para garantir as condições básicas de fortalecimento das pessoas inseridas na prática, como será discorrido adiante.

2.4 Avanços institucionais da agricultura na cidade de São Paulo

Inicialmente, ressalta-se a conjuntura política brasileira na atualidade, em que há muitas fragilidades em todos os setores da sociedade cuja responsabilidade envolve, principalmente, os recentes governos federais. Conforme Hespanhol e Hespanhol (2022):

No entanto, a partir de 2017, a fome voltou a assombrar a população economicamente mais vulnerável do país. O aumento do número de pessoas com fome e/ou em situação de insegurança alimentar e nutricional ocorreu devido a vários fatores, entre eles, a recessão econômica a partir de 2014; a crise política que redundou no *impeachment* da presidente Dilma Rousseff, em 2016, e na ascensão de seu vice, Michel Temer, à presidência da república; e, finalmente, a eleição, em 2018, de um presidente declaradamente de direita, o qual, tão logo assumiu o poder, reduziu o papel do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA), retirando sua autonomia e revogando sua atribuição de acompanhar, articular e monitorar a Política e o Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, medidas que resultaram na desestruturação de todo o arcabouço institucional que vinculava a agricultura familiar à rede socioassistencial, notadamente por intermédio do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e de outras ações (HESPANHOL; HESPANHOL, 2022, p. 253).

Sendo assim, enfatiza-se que o presente contexto dessa pesquisa envolve a busca da reconstrução das políticas públicas, bem como do Estado e da democracia nacional, após cinco anos de governos autoritários e conservadores, os quais desmontaram os tímidos avanços institucionais alcançados desde a redemocratização do sistema político

e a promulgação da Constituição Federal Brasileira na década de 1980, resultando no aumento das desigualdades sociais e econômicas da população brasileira.

Essa reconstrução, a partir de 2023, deve fortalecer e recuperar o diálogo entre o Estado e a população, por meio da realização de encontros com associações, coletivos, cooperativas, empresários, movimentos sociais, pesquisadoras/es, professoras/es, representantes políticos e sindicatos para levantar os problemas e pensar em soluções, fortalecendo o debate democrático e reconstruindo os laços sociais de coletividade.

No município de São Paulo, o **primeiro momento histórico** das políticas públicas voltadas à agricultura urbana ocorreu, no âmbito estadual, na década de 1970 e se intensificou na década de 1980, sendo implementadas no governo de André Franco Montoro (governador de São Paulo entre 1983 e 1987), por meio de hortas em espaços públicos não utilizados, como nos terrenos das empresas Eletropaulo, Transpetro e Sabesp (Oliveira, 2017).

O **segundo momento histórico** foi em 2004, quando houve a criação do Programa de Agricultura Urbana e Periurbana (PROAURP) no governo da Marta Suplicy (prefeita de São Paulo entre 2004 e 2008). Porém, a institucionalização em forma de lei não garantiu as ações do poder público, sendo somente “devido a uma ressignificação da atividade atrelada ao movimento de agroecologia e ocupação dos espaços públicos, houve maior pressão para que houvesse mudanças institucionais que favorecessem a atividade”, conforme explicitado por Oliveira (2017, p. 53). A autora detalha que:

Alguns exemplos dessas mudanças institucionais foram: a criação de uma lei específica que privilegia a compras para merenda escolar de alimentos orgânicos locais; a inclusão da AU no Plano de Segurança Alimentar; a inclusão da AU no Plano de Desenvolvimento Urbano, sendo um deles a criação de zonas rurais que favoreçam a agricultura agroecológica; a promulgação de uma lei que favorece a criação de hortas em praças públicas. Ainda assim, apesar da AU ser uma atividade legal, ela é tratada como ilegal por algumas Subprefeituras, os serviços de assistência técnica são pouco estruturados, não há gestão de riscos (OLIVEIRA, 2017, p. 53).

O **terceiro momento histórico**, segundo Oliveira (2017), ocorreu com a criação do Programa de Desenvolvimento Rural Sustentável/Agricultura Limpa em 2009, no governo de Gilberto Kassab (prefeito de São Paulo entre 2009 e 2012). Novamente, a prática agroecológica se destacou nessa busca pela institucionalização da agricultura no município de São Paulo. Dessa vez, o objetivo esteve relacionado com a proteção dos mananciais das Bacias Hidrográficas das Represas Billings e Guarapiranga, localizadas

na Zona Sul da cidade, por meio da agricultura agroecológica. Esse Programa Municipal possibilitou que:

Através desta legitimação da AU agroecológica foram lançados financiamentos através dos recursos do Fundo Especial de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – FEMA, da Secretaria do Verde e do Meio Ambiente. Ademais, recursos públicos foram investidos em projetos com o objetivo de oferecer assistência técnica para a transição agroecológica aos agricultores de Parelheiros. Esses projetos foram implementados principalmente por ONGs e associações da sociedade civil (OLIVEIRA, 2017, p. 83).

Em 2014, sob o governo de Fernando Haddad (prefeito de São Paulo entre 2013 e 2016), acontece o **quarto momento histórico** dos avanços institucionais da agricultura na capital paulista, em que se institui a Política de Desenvolvimento Urbano e o Plano Diretor Estratégico do Município de São Paulo, por meio de uma intensa organização da sociedade civil (OLIVEIRA, 2017, p. 88).

Nessa organização da sociedade civil, destacam-se três tipos de redes de ação: o Movimento Urbano de Agroecologia (MUDA-SP), a rede Hortelões Urbanos e a Plataforma de Apoio à Agricultura Orgânica de São Paulo. Conforme Oliveira (2017, p. 94), estas “redes criaram lógicas distintas de ação, mas que provocaram resultados no fortalecimento da institucionalização da AU e na disseminação de sua existência e sentido nas mídias, nas distintas organizações e na sociedade em geral.”

Dessa forma, nota-se o papel ativista teorizado por Nagib (2020) e desempenhado pelas agricultoras e agricultores da cidade de São Paulo, em que as pessoas inseridas com a prática buscam articulação política para que o Estado comece a trabalhar os possíveis mecanismos institucionais de fortalecimento da agricultura urbana.

Em 2018, sob o governo de João Dória (prefeito de São Paulo entre 2017 e 2020), se implementa o projeto “Ligue os Pontos” pela Secretaria Municipal de Urbanismo e Licenciamento em conjunto com outras secretarias e órgãos municipais da Prefeitura de São Paulo, com a finalidade de promover o desenvolvimento do território rural e aprimorar suas relações socioeconômicas com o meio urbano (LIGUE OS PONTOS/CIDADE DE SÃO PAULO, 2023).

Entre as ações desse projeto está o desenvolvimento da plataforma “Sampa+Rural”, responsável pela sistematização das informações sobre onde comprar produtos locais, quem são os agricultores da cidade e que comercializam esses produtos, as atrações turísticas ligadas aos recursos naturais e turismo rural, além de iniciativas da sociedade civil e poder público para conectar as áreas rurais à cidade

As atividades agrícolas realizadas nas cidades também sofreram impactos da quarentena devido ao COVID-19, como a diminuição da demanda para comida de restaurantes. Assim como em muitas cidades do mundo, São Paulo também experimentou atividades reduzidas em várias hortas comunitárias não comerciais nos primeiros meses da pandemia. Por outro lado, alguns agricultores urbanos aumentaram as suas vendas diretas aos consumidores devido a uma maior demanda por alimentos locais (BIAZOTI; NAKAMURA; NAGIB; LEÃO; GIACCHÈ; MAUAD, 2021, *online*, tradução nossa¹).

Os canais de acesso à alimentação precisaram de alterações para se adaptar ao contexto pandêmico, pois o distanciamento social durante a quarentena promoveu mudanças estruturais na comercialização dos produtos agrícolas, como a paralisação das feiras livres, por exemplo. Os recursos para essa adaptação partiram das pessoas, subjetivamente, pois o Estado em todos os seus níveis (municipal, estadual e federal) pouco se apresentou para oferecer assistência às agricultoras e agricultores do campo e da cidade.

Aproximadamente metade dos agricultores comerciais não sofreu impacto direto devido à pandemia, enquanto a outra metade experimentou queda nas vendas, dificuldade na obtenção de insumos e falta de apoio governamental para manter a produção. Novas alternativas para a comercialização foram observadas em São Paulo, e vários agricultores tiveram que se adaptar para garantir sua renda durante a pandemia. No entanto, a pandemia intensificou problemas já existentes na AU, como a falta de assistência técnica, a necessidade de diversificar a comercialização de canais e a dificuldade de acesso a insumos para a agricultura orgânica na cidade. Os trabalhos em hortas comunitárias foram afetados pela ausência de voluntários principalmente no início da pandemia, mas nenhum jardim em São Paulo foi fechado permanentemente (BIAZOTI; NAKAMURA; NAGIB; LEÃO; GIACCHÈ; MAUAD, 2021, *online*, tradução nossa²).

Atualmente, as contribuições institucionais para as práticas agrícolas na cidade de São Paulo envolvem o Programa Operação Trabalho (POT), instituído em 2001, sob o governo de Celso Pitta (prefeito de São Paulo entre 1997 e 2001), e implementado pela

¹ Agricultural activities carried out in cities also experienced impacts from the quarantine due to COVID-19, such as the decreased demand for food from restaurants. Similar to many cities in the world, São Paulo also experienced reduced activities in several noncommercial community gardens in the first months of the pandemic. On the other hand, some urban farmers increased their direct sales to consumers due to a greater demand for local food.

² Approximately half of the commercial farmers suffered no direct impact due to the pandemic, whereas the other half experienced a decrease in sales, difficulty obtaining inputs, and a lack of governmental support to maintain production. Novel alternatives for commercialization have been observed in São Paulo, and several farmers had to adapt to guarantee their income during the pandemic. However, the pandemic intensified already existing problems in UA, such as the lack of technical assistance, the need to diversify commercialization channels, and the difficulty in accessing inputs for organic agriculture in the city. Work in community gardens was affected by the absence of volunteers mainly at the beginning of the pandemic, but no garden in São Paulo permanently closed.

Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Trabalho. Conforme disponível no *site* da prefeitura, o POT:

[...] tem como objetivo conceder atenção especial ao trabalhador desempregado, residente no município de São Paulo, pertencente a família de baixa renda, visando estimulá-lo à busca de ocupação, bem como à sua reinserção no mercado de trabalho. Entre 2017 e 2020 passaram pelo POT mais de 4 mil pessoas (CIDADE DE SÃO PAULO, 2020, *online*).

Entre 2017 e 2018, houve o Projeto Hortas e Viveiros Urbanos nas ações do POT, em que as pessoas inseridas nessa prática recebiam o valor de R\$ 1.097,25 como auxílio mensal para cumprir a carga horária de 30 horas semanais e 6 horas por dia de trabalho (CIDADE DE SÃO PAULO, 2020, *online*).

Esse projeto foi encerrado em 2018, porém, outros 15 vigoraram ao longo de 2023 com diferentes objetivos por meio de parcerias com entidades públicas ou privadas. Entre estes, destacou-se o Projeto Agricultura, vigente até agosto do referido ano, em que as pessoas inseridas receberam o valor de R\$ 1.386,00 e cujo objetivo foi alinhado com o POT, se concentrando:

[...] por meio de formação de agentes de produção agroecológica para apoiar a implantação de projetos estruturados de agricultura nas Casas de Agricultura Ecológicas e em locais de agricultura na cidade. O POT Agricultura irá oferecer qualificação às pessoas beneficiárias como base fundamental para busca de emprego e/ou empreender. A qualificação concentra-se nas atividades de agricultura urbana e periurbana, com capacitação teórica e prática em agroecologia, boas práticas de cultivo, manejo do solo, preparação de mudas, poda e manejo de árvores frutíferas, produção e aplicação de bioinsumos, comercialização de produtos agroalimentares, entre outros. Integra os objetivos do POT Agricultura capacitação para o trabalho, o fomento ao empreendedorismo, a geração de renda, a qualificação ambiental do território urbano e periurbano e o estímulo à segurança alimentar e nutricional na cidade (CIDADE DE SÃO PAULO, 2023, *online*).

Sendo assim, pode-se sintetizar que os avanços institucionais da agricultura na cidade de São Paulo fomentaram o debate público sobre a prática e a articulação de pessoas da sociedade civil com preocupações mútuas acerca do direito à cidade, bem como da alimentação saudável e a reaproximação com o ambiente ecológico.

No entanto, enfatiza-se que as políticas públicas vigoradas, e em vigor, na cidade de São Paulo e em outras cidades do mundo, ainda são majoritariamente insuficientes para o fornecimento de assistência técnica e financeira, além da criação de mecanismos para estimular e potencializar a prática e seus canais de comercialização. Conforme Hespanhol e Hespanhol (2022):

Verifica-se, assim, que apesar da relevância econômica, social, ambiental, cultural e até política das diferentes modalidades da agricultura urbana, ela permanece carente de apoio institucional no que concerne, por exemplo, ao acesso a água e à oferta de cursos de formação aos agricultores, e depende da própria forma como os gestores públicos atuam nas cidades para organizar os canais de comercialização de alimentos na escala local, a fim de aproximá-la dos mercados consumidores (HESPANHOL; HESPANHOL, 2022, p. 261).

Adiante, serão abordados os temas que envolvem a prática agroecológica. Para a abordagem, priorizou-se elucidar acerca das diferenças entre a produção orgânica e a agroecologia, repetidamente confundidas no cotidiano tanto das pessoas que produzem quanto das consumidoras desses alimentos.

2.5 Alimentos agroecológicos ou orgânicos?

Aumenta-se a preocupação socioambiental nos debates acadêmicos e políticos contemporâneos, motivada pela produção agrícola de larga escala e intensificada a partir da segunda metade do século XX por meio da “Revolução Verde”. Esse foi o modelo escolhido pelos países capitalistas, com o objetivo de combater a fome por meio da “modernização da agricultura”, utilizando máquinas agrícolas e grandes extensões de terra para monoculturas.

No Brasil, a incorporação do pacote tecnológico da Revolução Verde, denominado de ‘modernização da agricultura’, se intensificou a partir de meados dos anos 1960, em pleno período de ditadura militar. Nesse contexto, os interesses da tríplice aliança formada pelo Estado, grandes empresas de capital nacional e internacional foram fundamentais para a consolidação desse processo (HESPANHOL, 2008, p. 119).

Entretanto, na perspectiva atual de mundialização da agricultura, de avanço das culturas capitalistas, a Terra, com T maiúsculo, que tem este princípio feminino de portar a vida, de dar à luz, está sendo arquetipicamente *masculinizada*, o que é muito diferente de estar sendo fecundada. Ao ser fecundada, com o cultivo de alimentos, ela (a Terra ou terra) dá à luz. Está sendo, portanto, masculinizada na medida em que o alimento, neste mecanismo de reprodução ampliada do capital, está sendo transformado diretamente em *commodities*, em alimento para outras *commodities* (aves e suínos, por exemplo) e também em energia (BOMBARDI, 2017, p. 19).

Além das máquinas agrícolas utilizadas no sistema de monoculturas, essa “modernização” introduziu o uso de substâncias químicas nas plantações buscando aumentar a produção em termos quantitativos, desconsiderando as condições qualitativas como as características ambientais da área de produção, bem como as consequências para

a saúde das pessoas envolvidas no manejo, residentes próximos aos cultivos e consumidoras desses alimentos.

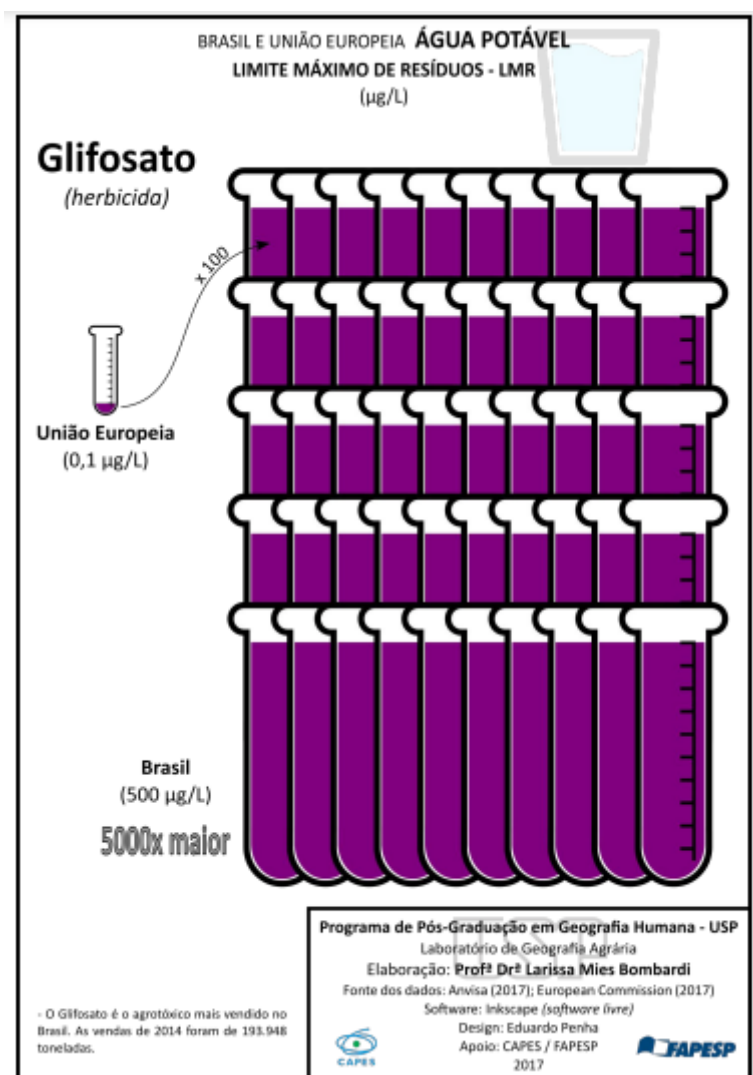
A modernização da agricultura, além das implicações sociais negativas, provocou o agravamento dos problemas ambientais derivados da compactação dos solos em razão da intensa mecanização das atividades agropecuárias e da utilização indiscriminada de agrotóxicos (HESPANHOL, 2008, p. 120).

Chama atenção o fato da soja, que atualmente ocupa mais de 30 milhões de hectares do solo brasileiro seja o destino – sozinha – de mais da metade do volume de agrotóxicos comercializado no país. Para estes três cultivos (soja, milho e cana) convergem 72% de todo agrotóxico comercializado. Portanto, dois terços do montante de agrotóxicos comercializados no país têm como receptáculo três culturas expoentes da agricultura capitalista brasileira e que figuram, como foi apontado, entre os 12 primeiros lugares na pauta total de exportação brasileira (BOMBARDI, 2017, p. 34).

A agricultura brasileira se destaca entre as maiores consumidoras de agrotóxicos no cenário mundial em razão das empresas, fabricantes de agrotóxicos, procurarem as falhas na legislação que normatizam sobre o uso de agrotóxicos, fato comum em países periféricos (*Ibid*, p. 42 e 43). As consequências dessa “modernização” foram, e continuam sendo, negativas em nível ambiental e social.

Na Figura 2 observa-se a presença do Glifosato (herbicida), o agrotóxico mais vendido no Brasil, na água potável da União Europeia e do Brasil. Os resíduos do herbicida na água potável brasileira são cinco mil vezes maior quando comparados com a União Europeia, demonstrando o sucesso das empresas fabricantes de agrotóxicos ao encontrar as brechas na legislação brasileira, além dos prejuízos para a saúde da população.

Figura 2 – Resíduos do Glifosato (herbicida) presentes na água potável da União Europeia e do Brasil, em micrograma/Litro.



Fonte: BOMBARDI (2017).

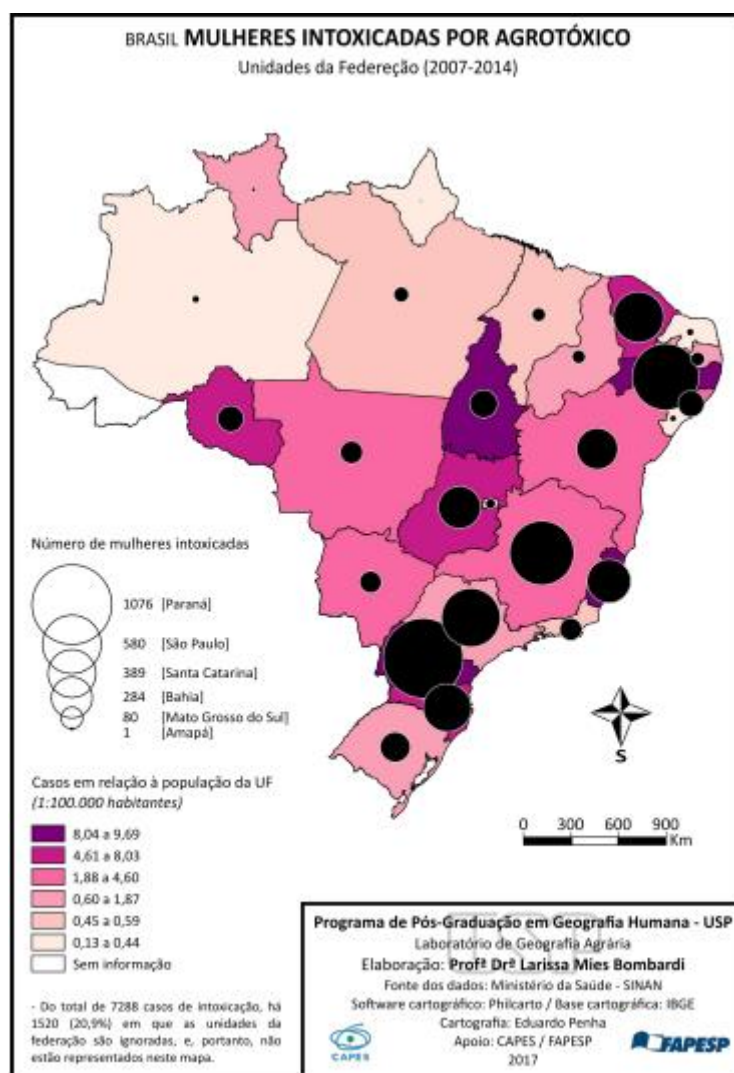
Nota-se, portanto, a significativa diferença na quantidade de resíduos oriundos do herbicida denominado Glifosato presente na água potável dos países da União Europeia e do Brasil. Considerando que a potabilidade está relacionada com a qualidade, assim como o nível de substâncias tóxicas, o volume de Glifosato na água brasileira é cinco mil (5.000) vezes maior, quando comparado com os países da União Europeia, refletindo as consequências da modernização agrícola.

Contaminação ambiental, intoxicações, tentativas de suicídio, malformações congênitas e doenças crônicas são a parte mais aparente de um problema que remonta a questão agrária brasileira e aos mecanismos do capital se reproduzir no campo [...] a terra no Brasil, ao invés de ter sido fertilizada, por meio do trabalho camponês, com práticas agroecológicas, por exemplo, tem sido literalmente violentada

com práticas agrícolas que permitem a reprodução do capital mas que, no limite, proíbem a existência humana, na medida em que começam por adoentar a terra (solo) e, terminam por adoentar o ambiente, os agricultores e, mais amplamente, a população como um todo (*Ibid*, p. 60).

Entre a população afetada pelo uso indiscriminado de agrotóxicos, destaca-se a intoxicação de mulheres, sejam agricultoras envolvidas diretamente com os cultivos ou moradoras nos arredores das plantações. Os estados de São Paulo e da Bahia, que possuem ligação direta com essa pesquisa, apresentam números expressivos de mulheres intoxicadas, sendo, respectivamente, o segundo e quarto mais tóxico para o gênero do país, como se verifica no Mapa 1.

Mapa 1 – Número de mulheres intoxicadas por agrotóxicos no Brasil (2007-2014).



Fonte: BOMBARDI (2017).

Esses aspectos negativos da agricultura moderna levantaram questionamentos de pessoas conscientes sobre a situação, aumentando a desconfiança sobre a qualidade dos alimentos e estimulando o debate acerca do tema. Nesse sentido, começam a surgir meios de produção sustentáveis com o propósito de reduzir os impactos no ambiente e na saúde das pessoas.

Parcela dos consumidores, sobretudo aqueles mais sensibilizados com os problemas ambientais, com maior grau de escolarização e com maior poder aquisitivo, passam a valorizar os produtos genericamente denominados de orgânicos, surgindo novos nichos de mercado que passaram a ser atendidos por produtores rurais que substituíram ou abandonaram o sistema convencional de produção por outros menos agressivos ao meio ambiente e ao homem (HESPANHOL, 2008, p. 121).

O constante incremento de capital no mercado de orgânicos não pode ser considerado à parte de sua regulamentação. De fato, este mercado corresponde a um nicho específico, associado à noção de um produto exclusivo, o que lhe confere uma renda diferencial. Sem a regulamentação, o selo da produção orgânica perde seu valor e, conseqüentemente, o propósito de existir no mundo dos negócios. Devemos considerar o desenvolvimento de marcas, lojas especializadas e produtos voltados para a agricultura orgânica como reflexo da regulamentação e não somente o inverso. Isto é, a política pública favoreceu, em alguma medida, a criação de um mercado especializado e não apenas regulamentou um mercado que surgia (LEÃO, 2019, p. 62).

Dessa forma amadurece um novo mercado na agricultura, agora responsável pela produção sustentável de alimentos orgânicos. Esse novo modelo agrícola exige o cumprimento de um conjunto de critérios que são reconhecidos por meio de certificações institucionais para as pessoas envolvidas no manejo, limitando as condições de inserção nesse mercado.

Os problemas de acesso às informações sobre a produção orgânica, as técnicas e formas de manejo; dificuldades financeiras para o processo de conversão da produção; os altos custos que envolvem a certificação e o acompanhamento rigoroso dos critérios para mantê-la (HESPANHOL, 2008, p. 133).

[...] o contexto da criação dos selos de conformidade: eles dizem respeito, em primeiro lugar, à padronização de práticas que, no mais das vezes favorece a industrialização de certos segmentos, ao invés de garantir a salvaguarda do produtor, do consumidor e do meio ambiente, isto é: a segurança e a soberania alimentar. A industrialização cria relações de trabalho subordinadas visando obter, por meio delas, lucro. Para tanto, como já nos demonstrou Marx, as outras formas de

organização de base comunitária tendem a ser destituídas de sua essência ou situadas à parte com o desenvolvimento capitalista (LEÃO, 2019, p. 67).

Sendo assim, os alimentos orgânicos estão inseridos no modo de produção capitalista, diferenciando-se pela suposta preocupação ambiental e social. No entanto, utiliza-se dos meios de produção que exploram tanto o ambiente quanto as pessoas para defender os mesmos, ocasionando em novas formas de exploração e inalterações na estrutura de produção agrícola.

[...] o crescimento no mercado de orgânicos pouco representa em termos de transformação do campo brasileiro. Foram, portanto, a rentabilidade e o lucro que aumentaram. Este fenômeno significa, em alguma medida, subordinação da renda camponesa aos interesses do capital: não houve avanço em termos de acesso ao mercado para os camponeses. Aliás, desde o recuo das políticas de abastecimento, o cenário favorável à agricultura camponesa regrediu. É neste contexto em que se inserem as iniciativas de camponeses, consumidores e movimentos sociais na criação dos circuitos curtos de proximidade. Nesta altura, podemos situar nossa perspectiva de agroecologia em contraste direto com a noção estrita de produção orgânica. Com este paralelo, queremos dizer que ‘produção orgânica’ e ‘certificação’ não representam, forçosamente, ‘sustentabilidade’ em múltiplas dimensões. Ou podemos assumir que tais conceitos já se encontram capturados no universo das mercadorias (LEÃO, 2019, p. 63).

O modo de produção capitalista coloca em xeque a materialidade dos princípios de sustentabilidade – quer eles sejam considerados apenas pelo ponto de vista técnico, quer por uma perspectiva mais profunda – na medida em que se constitui, necessariamente, sobre a exploração do trabalho de outrem com vistas à obtenção de lucro. Quanto mais ainda se tratamos daquelas relações de trabalho comum ao latifúndio no Brasil (*Ibid*, p. 74).

Na cidade de São Paulo também se encontra experiências de agricultura urbana voltadas para o mercado, em que a produção é de larga escala, com tecnologia avançada e grandes investimentos de capital nas plantações. Conforme Nagib:

Estabelecimentos comerciais e edifícios corporativos são recentes indicadores desta apropriação no âmago do espaço urbano. Em grandes metrópoles, onde o mercado imobiliário é competitivo e possui uma dinâmica mais veloz, estão materializados casos de hortas em telhados, muros, jardins internos e em garagens de grandes edifícios, o que se revela bastante simbólico e inovador enquanto produto ambiental diferenciador e atrativo para o emergente ‘mercado verde’ (NAGIB, 2020, p. 358).

Uma das especificidades desta nova agricultura urbana é que ela vem sendo produzida por jovens empresas e empresários, que se arriscam

em novos negócios ou se engajam em entidades associativas concernentes à produção e à venda de alimentos orgânicos em um circuito inteiramente urbano; em Paris, ademais, há estímulos públicos, principalmente no que se refere à publicidade e divulgação (*Ibid*, p. 390).

Em outra perspectiva da agricultura sustentável, a agroecologia pode ser definida como uma prática agrícola em que se prioriza o manejo ecológico do solo, considerando que este é a fonte principal das formas conhecidas de vida e, se as características naturais forem respeitadas em seu tratamento, podem estimular um ecossistema saudável para a reprodução de todas as espécies existentes no ambiente. Conforme Primavesi:

Nenhum avanço técnico pode nos desligar do fato de que nossa origem é o solo e a ele voltaremos. Ainda vivendo em cidades de cimento, asfalto e vidro, os alimentos virão do solo, e a ele devolveremos o que recebemos. Quão pouco nos interessou este solo! Somente nos servia para obter dinheiro, explorá-lo, esgotá-lo, arruiná-lo e abandoná-lo, mudando para outro terreno intacto em uma agricultura itinerante. Nós obtemos lucro do solo, porém dele também obtemos nossa vida, nossa saúde e nossa vitalidade. Se o solo é ruim, a saúde e a economia também serão (PRIMAVESI, 1982, p. 231).

Para além do manejo ecológico do solo, houve progressivamente uma ampliação das preocupações na agricultura em que se enfatizava, por exemplo, a importância dos aspectos sociais e culturais, conforme destaca Hespanhol (2008, p. 125). A produção agroecológica atua nessa perspectiva, valorizando o trabalho humano durante o manejo agrícola, bem como a cultura e o conhecimento das pessoas e comunidades inseridas na agricultura.

Porém, restaurar a saúde ecológica não é o único objetivo da agroecologia. De fato, a sustentabilidade não é possível sem a preservação da diversidade cultural que nutre as agriculturas locais. O estudo da etnociência (o sistema de conhecimento de um grupo étnico local e naturalmente originado) tem revelado que o conhecimento das pessoas do local sobre o ambiente, a vegetação, os animais e solos pode ser bastante detalhado (ALTIERI, 2004, p. 26).

Sendo assim, a produção agroecológica valoriza o conhecimento ancestral presente nas comunidades locais em que ocorrem as atividades agrícolas. Esse destaque para os princípios da agricultura tradicional pode ser considerado como a contraposição em relação à agricultura orgânica e de mercado. No entanto, é necessário que ocorra a construção de uma organização social responsável pela integridade dos recursos naturais

e estimule a interação harmônica entre os seres humanos, o agroecossistema e o ambiente (*Ibid*, p. 27).

Dessa forma, a presença das agricultoras e agricultores, do campo e da cidade, em associações, coletivos, movimentos sociais, partidos políticos e outras formas de organização coletiva são fundamentais para que o equilíbrio ecológico seja defendido e praticado na agricultura.

A participação de organizações não-governamentais (ONGs) e de agricultores, através de suas associações e entidades representativas, e, mais recentemente, do apoio de órgãos oficiais de pesquisa e extensão rural, nesse processo de transição, é fundamental para garantir sua continuidade e expansão a todos os produtores de pequena escala que desejem adotar formas mais sustentáveis de agricultura (HESPANHOL, 2008, p. 134).

Essa construção política acerca da agricultura urbana será aprofundada na sequência, ao abordar as multiplicidades do espaço a partir de Massey (2008) e os processos de desterritorialização, territorialização e multiterritorialização nos quais são defendidos a dinâmica das relações na escala local, conforme Costa (2011).

2.6 Agricultura urbana nas multiplicidades do espaço e na multiterritorialização

Os instrumentos teóricos da Geografia, selecionados nesse trabalho, para analisar a prática da agricultura urbana foram os conceitos de espaço e território. Massey (2008) argumenta em defesa das trajetórias múltiplas no espaço, contrapondo a ideia de uma sociedade globalizada. Costa (2011) discorre sobre os processos de desterritorialização, territorialização e multiterritorialização, para além da definição do território unitário e estático, enfatizando o aspecto temporal, dinâmico e em rede de suas múltiplas dimensões.

Massey (2008) discorre sobre a perspectiva da globalização como um movimento espacial inevitável e universalizante, o qual contribui para a visão despolitizada desses espaços e, conseqüentemente, a negação das múltiplas trajetórias e relações culturais, econômicas e sociais presentes na escala local.

A ‘façanha’ aqui é transformar em suporte político uma escala espacial abstrata (‘o global’) e, incidentalmente, estimular uma resposta que defenda ‘o local’. Antes de tudo, as relações que mutuamente constroem ambos é que precisam ser objeto de discussão. Finalmente, esse modo de ver a globalização como inevitável, de colocar a economia/tecnologia além do alcance do debate político, também

interpreta a globalização como a Única estória [...] isto, mais uma vez, significa deixar de reconhecer as multiplicidades do espacial. A globalização não é um movimento único que tudo abarca (nem poderia ser imaginada como uma expansão para fora do Ocidente e de outros centros do poder econômico através de uma superfície passiva de ‘espaço’). É uma criação de espaço(s), uma reconfiguração ativa e encontro através de práticas e relações de uma enorme quantidade de trajetórias, e é aí que se encontra a política (MASSEY, 2008, p. 128).

E discutem o ‘livre-comércio’ em termos que, por sua vez, sugerem que há algum direito auto-evidente à mobilidade global. O próprio termo ‘livre’ envolve, imediatamente, alguma coisa boa, algo que deve ser almejado. É certo, de modo óbvio, que o espaço não deveria ter limites. No entanto, surge um debate sobre imigração, e eles, de imediato, recorrem a outra imaginação completamente geográfica, outra visão do espaço global que é igualmente poderosa, igual e aparentemente indiscutível. Esta segunda imaginação é a imaginação dos lugares defensáveis, dos direitos do ‘povo local’ aos seus próprios ‘lugares locais’, de um mundo dividido pela diferença e pelo sabor de fronteiras firmes, uma imaginação geográfica de nacionalismos (MASSEY, 2008, p. 131).

A prática da agricultura urbana estimula as dinâmicas e redes locais, seja na cultura, economia ou política. A presença da atividade agrícola, em pequena escala, no ambiente urbano pode aproximar as pessoas de um bairro, fortalecendo laços políticos na vizinhança por meio de associações e coletivos, contribuindo para a economia local, por meio da comercialização de alimentos, e a valorização da conservação ambiental por meio dos plantios.

É muito fácil mover-se por formas de pensamento que reprimam o desafio do espaço, e quão politicamente significativos podem ser os imaginários espaciais. ‘Globalização’, encarada deste modo, é como a velha estória da modernidade. Mais uma vez concebe a diferença espacial em termos de sequência temporal e, portanto, nega a possibilidade de trajetórias múltiplas; o futuro não é mantido aberto. Esta apresentação da globalização fornece o enquadramento inevitável para a construção de políticas como a ‘Terceira Via’, com sua abolição da esquerda e da direita e seu fechamento político ao redor de um discurso que não permite deslocamento [...] ela instala um entendimento do espaço, o ‘espaço dos fluxos’, que, exatamente como o espaço dos lugares da modernidade, é empregado (quando necessário) como uma legitimação para sua própria produção e visa a uma universidade que, de qualquer forma, ele, sistematicamente, na prática, nega. Pois, na verdade, no contexto e como parte dessa ‘globalização’, novos cercos estão neste exato momento sendo erguidos (MASSEY, 2008, p. 133 e 134).

Sendo assim, o êxodo rural, em decorrência do processo de modernização agrícola, ocorrido em larga escala ao longo do século XX, com destaque para o Brasil, contribuiu para a possibilidade de múltiplas trajetórias nos espaços urbanos. A migração

das camponesas e camponeses para a cidade resultou em diferentes imaginações e significados sobre o espaço, gerando a multiplicidade de possibilidades acerca das atividades realizadas no ambiente urbano por pessoas de origem rural.

Se o espaço for, genuinamente, a esfera da multiplicidade, se for o reino das trajetórias múltiplas, então haverá, também, multiplicidades de imaginações, teorizações, compreensões, significados. Qualquer ‘simultaneidade’ de estórias-até-agora será uma simultaneidade distinta de um ponto de observação particular. Se a repressão do espacial sob a modernidade foi delimitada com o estabelecimento de fundamentos universais, da mesma forma o reconhecimento das multiplicidades do espacial, tanto desafia quanto compreende os universais como posições espaço-temporalmente específicas (MASSEY, 2008, p. 136).

O processo migratório é consequência da desterritorialização ocorrida com as famílias camponesas nos espaços rurais do Brasil, sobretudo na primeira metade do século XX. Essas famílias acabaram se deslocando, majoritariamente, para as periferias urbanas em busca de melhores condições econômicas e sociais, conforme ressalta Costa (2011).

O migrante que se desloca antes de tudo por motivos econômicos, imerso nos processos de exclusão socioeconômica, pode vivenciar distintas situações de des-territorialização. Ele pode estar deixando um emprego mal remunerado para buscar outro com remuneração mais justa [...] (COSTA, 2011, p. 246 e 247).

Em certos casos, como o dos aglomerados de exclusão [...] vinculados a situações endêmicas de precariedade social e fome, a maior estabilidade física num mesmo local ou região pode fazer com que se mantenha ainda um certo grau de territorialização em um nível simbólico [...] como nas favelas de grandes cidades brasileiras, também pode ocorrer algo semelhante, com a população desenvolvendo laços com seu espaço vivido, mesmo em um território ‘funcionalmente’ muito precário (COSTA, 2011, p. 335).

Diante da desterritorialização surge a re-territorialização como a apropriação desses espaços pela comunidade local, seja na cultura, economia ou política. Nesse sentido, desenvolve-se a identidade e o pertencimento das características locais, apesar das dificuldades da (sobre)vivência na periferia urbana.

[...] podemos denominar territorialização: as relações de domínio e apropriação do espaço, ou seja, nossas mediações espaciais do poder, poder em sentido amplo, que se estende do mais concreto ao mais simbólico (COSTA, 2011, p. 339).

Essa apropriação pelo espaço vivido gera uma diversidade de características na unidade espacial: as diferentes culturas, origens e trajetórias na mesma comunidade. Tais

diferenças são somadas para formar a identidade coletiva, e acabam construindo o processo de multiterritorialização.

Multiterritorialidade (ou multiterritorialização se, de forma mais coerente, quisermos enfatizá-la enquanto ação ou processo) implica assim a possibilidade de acessar ou conectar diversos territórios, o que pode se dar tanto através de uma ‘mobilidade concreta’, no sentido de um deslocamento físico, quanto ‘virtual’, no sentido de acionar diferentes territorialidades mesmo sem deslocamento físico, como nas novas experiências espaço-temporais proporcionadas através do ciberespaço (COSTA, 2011, p. 343 e 344).

Esse processo é reforçado pelo uso da *internet* e das redes sociais devido a facilidade para conectar diferentes pessoas e territórios, servindo, para além do entretenimento, como instrumento de trabalho. Por meio das redes sociais criam-se redes de trocas, sejam comerciais ou solidárias, que acrescentam características – virtuais – no processo de multiterritorialização.

A principal novidade é que hoje temos uma diversidade ou um conjunto de opções muito maior de territórios/territorialidades com os/as quais podemos ‘jogar’, uma velocidade (ou facilidade, via Internet, por exemplo) muito maior (e mais múltipla) de acesso e trânsito por essas territorialidades – elas próprias muito mais instáveis e móveis – e, dependendo de nossa condição social, também muito mais opções para desfazer e refazer constantemente essa multiterritorialidade (COSTA, 2011, p. 344).

No próximo capítulo, busca-se sintetizar as características que formam a multiterritorialidade do município de São Paulo com o objetivo de compreender desde o processo histórico aos dados da conjuntura contemporânea.



3.

CONTEXTUALIZAÇÃO ECONÔMICA, POPULACIONAL E DESIGUALDADES NO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO: AS MIGRAÇÕES INTER-REGIONAIS DAS MULHERES DO GAU PARA A PERIFERIA

Ilustração: Maria Frizarin

“Quando eu vou na cidade tenho a impressão que estou no paraíso. Acho sublime ver aquelas mulheres e crianças tão bem vestidas. Tão diferentes da favela [...] Aquelas paisagens há de encantar os olhos dos visitantes de São Paulo, que ignoram que a cidade mais afamada da América do Sul está enferma. Com as suas úlceras. As favelas.”

Carolina Maria de Jesus

3. CONTEXTUALIZAÇÃO ECONÔMICA, POPULACIONAL E DESIGUALDADES NO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO: AS MIGRAÇÕES INTER-REGIONAIS DAS MULHERES DO GAU PARA A PERIFERIA

3.1 Formas de utilização das terras no município de São Paulo

Além de populosa, São Paulo é também uma cidade densamente povoada. O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) calcula que, em 2010, a densidade demográfica do município era de 7.398,26 hab./km², o que equivalia a sexta maior no estado. Quase todos os moradores da capital paulista viviam na zona urbana do município, com menos de 1% da população, ou seja, aproximadamente 101 mil habitantes, vivendo na zona rural. A grande parte desses moradores está concentrada na região sul do município de São Paulo. O maior distrito da cidade, Grajaú, conta com mais de 387 mil habitantes e fica também na Zona Sul da cidade.

Nos espaços rurais, concentrados na região sul do município, podem ocorrer atividades agrícolas e agropecuárias em áreas maiores e formas diversas, como, por exemplo, lavouras e pastagens em diferentes condições de uso. O levantamento sobre os diferentes usos da terra no recorte territorial da pesquisa possui como objetivo identificar como ocorre a sua utilização e compreender a conjuntura contemporânea da agricultura, considerando tratar-se de um município com elevado grau de urbanização.

A área total ocupada pelos estabelecimentos agropecuários no município de São Paulo (Tabela 1) corresponde a 10.954 hectares (IBGE, 2017)³.

³ Não foram encontrados dados disponíveis sobre as formas de utilização das terras em estabelecimentos agropecuários no distrito de São Miguel Paulista. No entanto, destacaremos os dados disponíveis do município de São Paulo, no qual São Miguel Paulista está inserido.

Tabela 1 – Formas de utilização das terras no município de São Paulo, em hectares.

Formas de utilização das terras	Tamanho da área, em hectares
Lavouras permanentes	343
Lavouras temporárias	689
Lavouras com cultivo de flores	432
Pastagens em condições naturais	317
Pastagens em boas condições	122
Pastagens em más condições	21
Matas/florestas em condição natural	139
Matas/florestas em reservas legais	7.832
Florestas plantadas	364
Sistemas agroflorestais	154
Área total dos estabelecimentos agropecuários	10.954

Fonte: IBGE (2017).

Org. Elaborado pelo Autor.

Tratando das formas de utilização das terras nessa área, as lavouras permanentes ocupam um território de 343 hectares, com destaque para a produção de banana. Já as lavouras temporárias ocupam um território de 689 hectares, com destaque para a produção de feijão, milho e mandioca. Por fim, a área para cultivo de flores ocupa um território 432 hectares (IBGE, 2017).

Outra forma de utilização das terras envolve as pastagens, em que 317 hectares estão em condições naturais. Além de que, em 122 hectares estão plantadas em boas condições, e em 21 hectares estão plantadas em más condições. Cabe destacar também os rebanhos bovinos que compõem 859 cabeças. As codornas compõem 120.031 cabeças. Por fim, outro destaque é a quantidade de 1.489 cabeças no efetivo do rebanho dos suínos (IBGE, 2017).

As matas ou florestas em condição natural possuem 139 hectares. Já as matas ou florestas destinadas à preservação permanente ou reserva legal ocupam um território de 7.832 hectares, representando 71,5% do total. Por fim, as florestas plantadas correspondem a 364 hectares (IBGE, 2017). Os sistemas agroflorestais (área cultivada

com espécies florestais também usada para lavouras e pastoreio por animais) ocupam 154 hectares (IBGE, 2017).

Portanto, destaca-se a predominância espacial das matas/florestas em reservas legais entre as formas de utilização das terras nos estabelecimentos agropecuários, enfatizando a importância, por um lado, da legislação, da fiscalização e do Estado e, de outro, da conscientização de parte dos agricultores, para a proteção dos recursos naturais. Verifica-se também o pequeno tamanho das áreas compostas por sistemas agroflorestais, demonstrando a necessidade de ampliação de terras agrícolas que possuem o manejo ecológico do solo.

Para além das florestas, lavouras e pastagens presentes no município de São Paulo, há também que se destacar as características econômicas e populacionais que compõem a conjuntura da capital paulista, buscando o aprofundamento da análise no próximo tópico desse capítulo.

3.2 As desigualdades populacionais e econômicas em São Paulo

O levantamento estatístico acerca dos dados econômicos e populacionais do município de São Paulo possui o objetivo de analisar as características presentes no contexto das Mulheres do GAU. Ressalta-se que, a análise dessa pesquisa é qualitativa. No entanto, considera-se importante, também, que sejam apresentados levantamentos atualizados sobre o recorte territorial da pesquisa, a fim de contribuir para a análise e discussão.

A área de estudo está localizada no município de São Paulo, precisamente no distrito⁴ de São Miguel Paulista, no bairro União de Vila Nova, o qual compõe um dos 96 distritos da capital paulista. É interessante destacar que, embora São Paulo seja dividida em regiões geográficas, que levam em consideração a sua posição, sendo referidas como Zona Norte, Sul, Leste e Oeste, a sua divisão administrativa, por sua vez, se dá por meio de 96 distritos. Esses distritos ficam a cargo de 32 subprefeituras, as quais

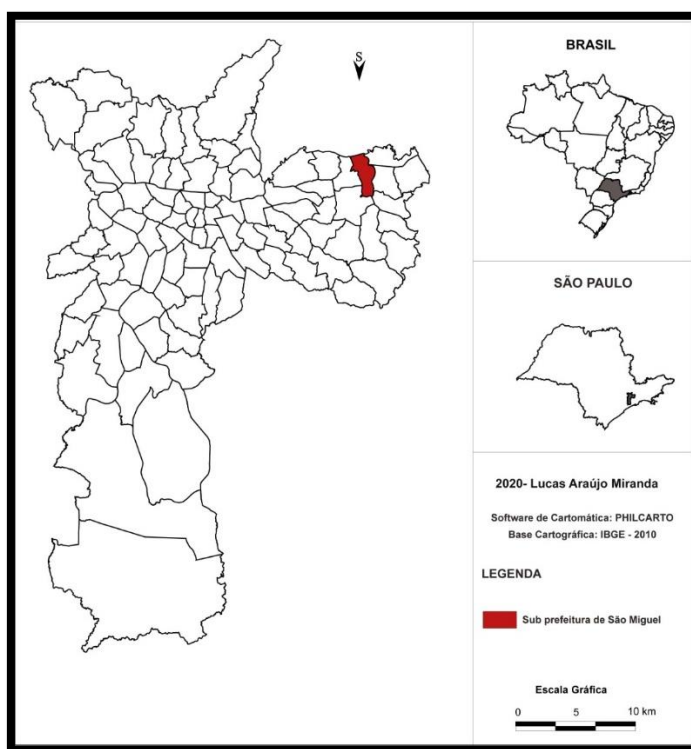
⁴ São Miguel Paulista é, ao mesmo tempo, um distrito e uma subprefeitura do município de São Paulo. A diferença entre eles é que o distrito é uma delimitação territorial enquanto a subprefeitura é o órgão público responsável pela administração do distrito. Ambos foram criados para facilitar a gestão pública do município. O distrito de São Miguel foi criado em 1871. Para mais informações, acessar: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sp/sao-paulo/historico>>.

são administradas pelos subprefeitos, cargo esse que é preenchido mediante a indicação do prefeito do município de São Paulo.

O município de São Paulo está localizado na porção leste do estado de São Paulo, constituindo-se na capital do estado, possuindo área territorial de 1.521,110 km² e a população é composta por 11.451.245 habitantes (IBGE, 2022).

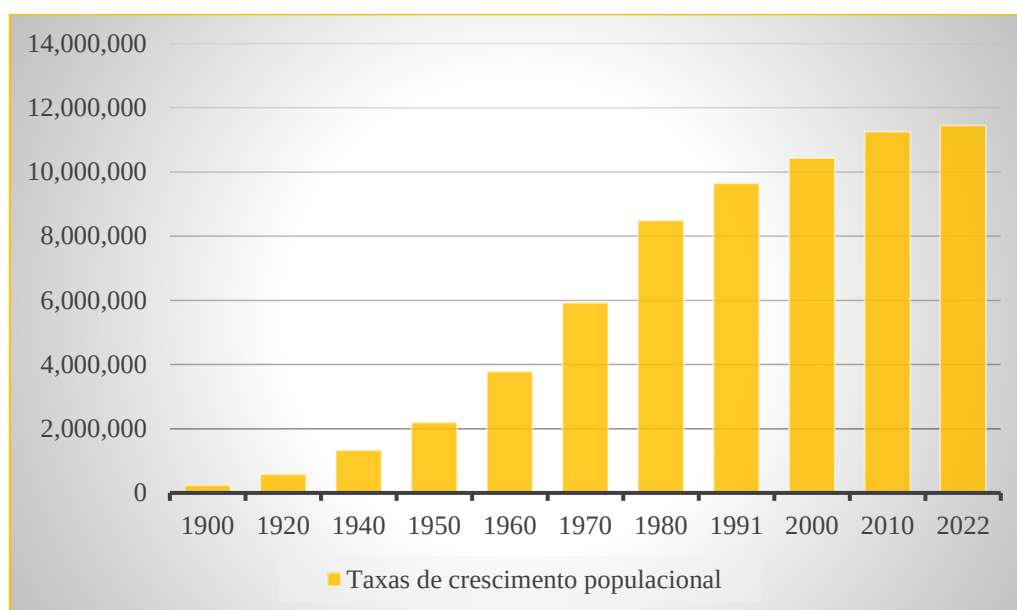
O distrito está integrado à subprefeitura de São Miguel Paulista (Mapa 2), a qual é composta por outros dois distritos: Jardim Helena e Vila Jacuí. Esses juntos representam um território de 24,30 km² e a sua população é de 369.496 habitantes. São Miguel Paulista possui uma área territorial de 8,63 km² e a sua população é representada por 92.081 habitantes (Prefeitura de São Paulo, 2022).

Mapa 2 – Subprefeituras dos distritos no município de São Paulo, com destaque para São Miguel Paulista.



Elaborado por Lucas de Brito Wanderley (2020).

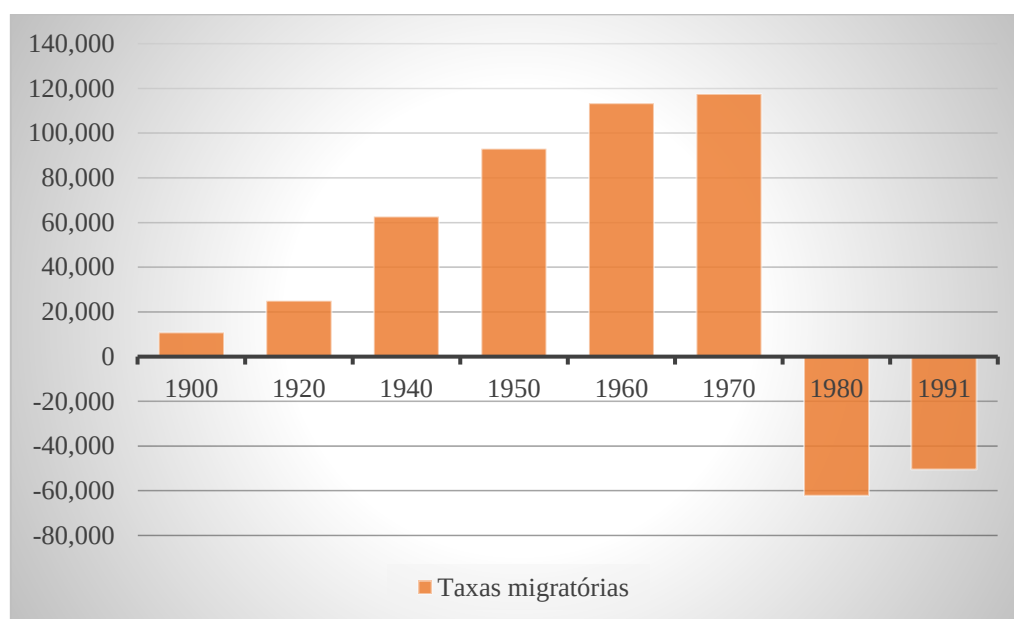
No levantamento realizado em 2022, a capital paulista apresentou a menor taxa de crescimento populacional de sua história (0,15% em comparação com 2010), considerando os dados censitários municipais desde 1900, conforme se pode verificar no Gráfico 1 (IBGE, 2022; SEADE, 2003).

Gráfico 1 – Histórico das taxas de crescimento populacional na capital paulista.

Fonte: IBGE (2022); SEADE (2003).

Org. Elaborado pelo Autor.

O crescimento populacional no município está desacelerando desde 1980, como se pode verificar no levantamento realizado pela Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados (Gráfico 2), quando houve, pela primeira vez, a superação do número de pessoas que saíram da capital em comparação com as que chegaram, totalizando um saldo negativo de 62,2 mil habitantes (SEADE, 2003).

Gráfico 2 – Histórico das taxas migratórias na capital paulista.

Fonte: SEADE (2003).

Org. Elaborado pelo Autor.

A menor taxa de crescimento populacional da história registrada em 2022, bem como o aumento da saída de pessoas da capital pode ser justificado pela qualidade de vida da população, especialmente às mais vulneráveis e empobrecidas, considerando o avanço da desigualdade social e econômica, assim como as dificuldades cada vez maiores no acesso à saúde, educação e renda na conjuntura contemporânea.

O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) de São Paulo é de 0,805, estando, assim, acima da média de 0,783 do estado de São Paulo (IBGE, 2010). Esse índice é o resultado dos cálculos relacionados a qualidade de vida da população, como, por exemplo, o acesso à saúde, educação e renda.

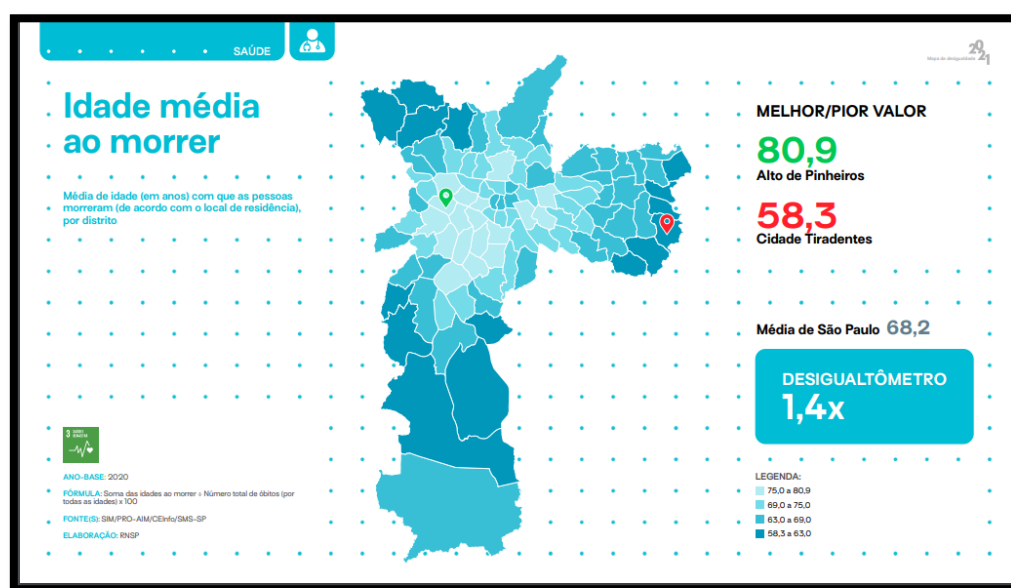
Nas Figuras 4 a 8, elaborados pela Rede Nossa São Paulo em 2021, há o “desigualtômetro” que é a relação matemática entre o melhor e o pior valor dos indicadores pesquisados. No caso de indicadores que possuem melhor/pior distrito zerado, o cálculo passa a considerar o primeiro valor não-zerado, para que seja possível estabelecer matematicamente a relação (Rede Nossa São Paulo, 2021).

O contraste que separa a diminuta camada social com renda elevada de uma parcela predominante da população com renda desfavorável (impedida muitas vezes de satisfazer as condições básicas de sobrevivência) reflete e implica, ao mesmo tempo, em usos diferenciados do território (RAMOS, 2011, p. 15).

Mediante a expectativa de vida da população (Figura 3), nota-se que o distrito do Alto de Pinheiros (área central da cidade) alcança, a média de 81 anos de idade, enquanto na Cidade Tiradentes (área periférica) a expectativa de vida média é de aproximadamente 58 anos.

Esses dados evidenciam uma parcela das desigualdades presentes em São Paulo, levando a deduzir que uma pessoa residente na área central da cidade possui, aproximadamente, uma vantagem, em média, de 23 anos no tempo de vida quando comparada com uma pessoa residente na periferia.

Figura 3 – Idade média dos habitantes (expectativa de vida) nos distritos da capital paulista.



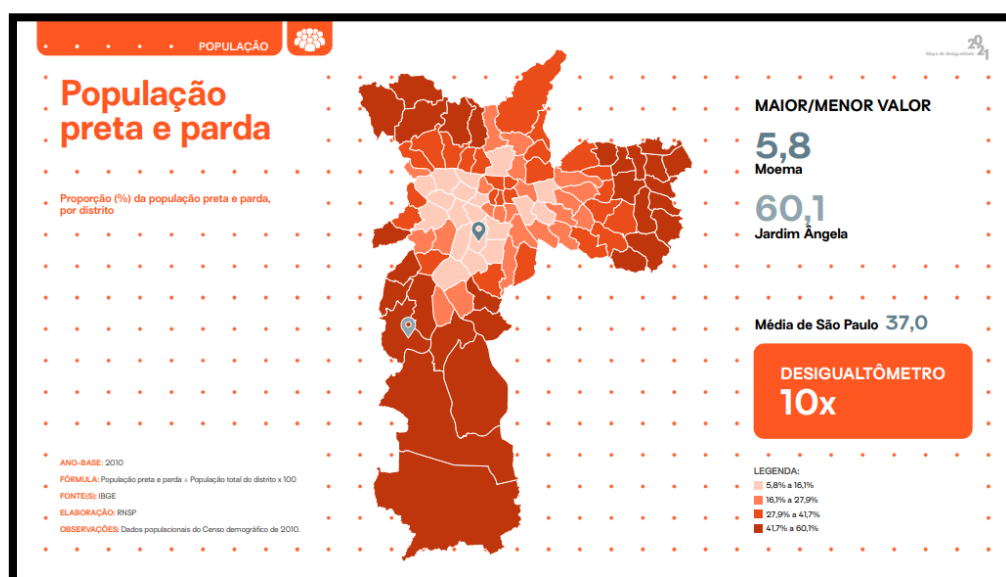
Fonte: IBGE (2010).

Elaborado pela Rede Nossa São Paulo (2021).

O aspecto racial coincide territorialmente com a expectativa de vida, considerando a desigualdade entre os distritos da periferia e aqueles localizados próximos ao centro da cidade (Figura 4). O distrito com a menor concentração da população preta e parda registrada foi Moema com 5,8%, enquanto – a maior presença está concentrada no Jardim Ângela, correspondendo a 60,1% das pessoas. A média municipal é de 37%.

Considerando os dados raciais levantados, nota-se que, conforme Paula e Mares (2022, p. 44) “[...] o corpo exerce influência direta sobre as nossas práticas espaciais”, pois a desigualdade espacial entre diferentes corpos, nesse caso a etnia/raça, é significativa, o que estimula outras desigualdades como no âmbito cultural, econômico e político.

Figura 4 – População preta e parda dos distritos de São Paulo.



Fonte: IBGE (2010).

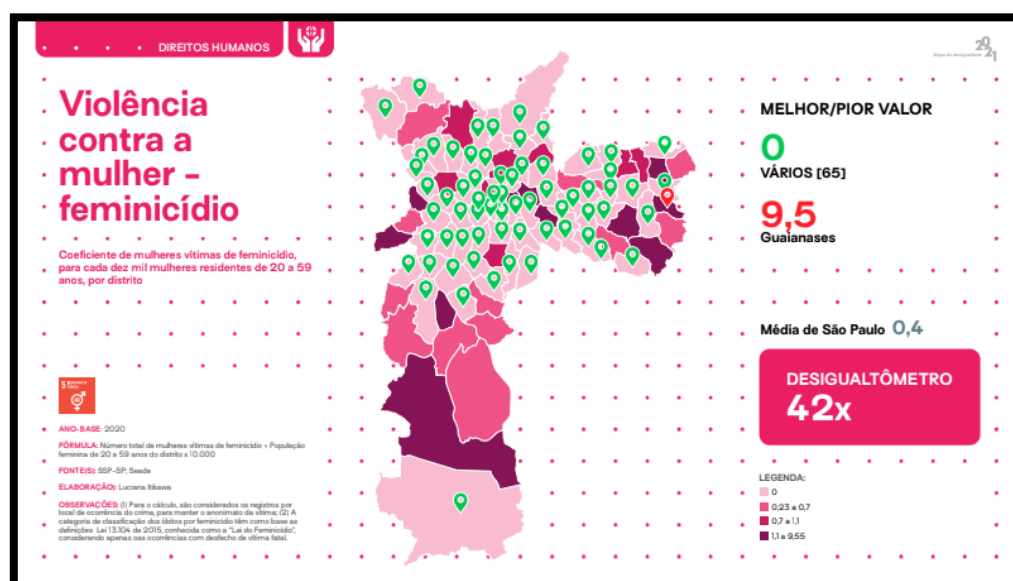
Elaborado pela Rede Nossa São Paulo (2021).

Paula e Mares (2022, p. 52) apontam para a raça e o gênero como elementos estruturantes na sociedade brasileira, sendo que a compreensão dessa estrutura pode exigir uma percepção minimamente solidária, reconhecendo as diferenças entre os corpos nas suas relações com o espaço, influenciando nas práticas, vivências e formas de produzir espacialidades.

Quiçá seja necessário um pouco de empatia para perceber que corpos vivenciam diferentes espacialidades. Os corpos fazem diferença em nossas práticas espaciais, como objetos de vivências, experiências multissensoriais, que ao se movimentarem e se relacionarem, produzem diferentes espacialidades (*Ibid*, p. 45).

Os casos de violência contra a mulher (feminicídio) no município (Figura 5) ocorrem em maior quantidade nos distritos periféricos, com destaque para Guaianases que registrou 9,5 vítimas para cada dez mil mulheres residentes de 20 a 59 anos. Já em 65 distritos não houve ocorrências de feminicídio registradas. A média municipal é de 0,4 vítimas para cada dez mil mulheres.

Figura 5 – Violência contra a mulher (feminicídio) no município de São Paulo.

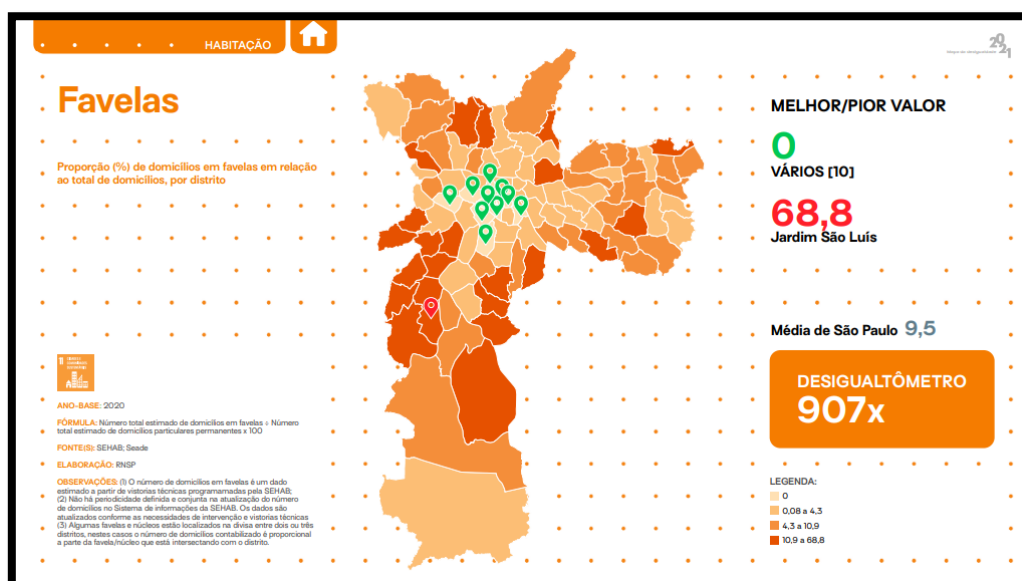


Fonte: SEADE (2020).

Elaborado pela Rede Nossa São Paulo (2021).

Na habitação (Figura 6), cabe destacar que São Miguel é composto por oito (08) favelas em que se estima a existência de 825 domicílios (Prefeitura de São Paulo, 2017). Já no município de São Paulo, a composição das favelas como habitação encontra-se nos distritos da periferia urbana, em que se destaca o Jardim São Luís com 68,8% dos seus domicílios, enquanto não há registros em 10 distritos localizados na área central da cidade. A média municipal é de 9,5 domicílios em favelas para cada 100 domicílios particulares permanentes.

Figura 6 – Domicílios em favelas no município de São Paulo.



Fonte: SEHAB/SEADE (2020).

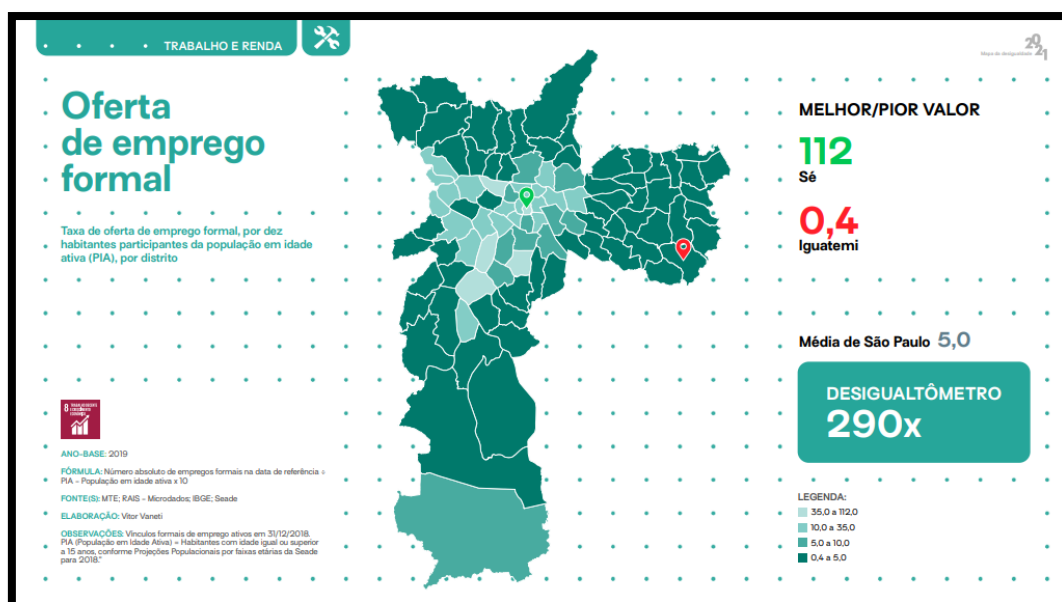
Elaborado pela Rede Nossa São Paulo (2021).

Em relação à oferta de empregos formais, no ano de 2018, em São Miguel Paulista, havia 15.807 pessoas registradas nessas condições trabalhistas, sendo que a maior parcela destas recebia entre um salário-mínimo e um salário-mínimo e meio, que na época correspondia à R\$ 954,00 e R\$ 1.431,00, respectivamente (Prefeitura de São Paulo, 2018).

Outro agravante da vida nas metrópoles diz respeito ao mercado de trabalho. As crescentes exigências por qualificação profissional têm levado muitos indivíduos a expectativas frustradas de inserção no mercado formal de trabalho. Assim, a metrópole paulista inclui pessoas de diferentes origens e *status* social, as quais realizam uma infinidade de atividades econômicas, políticas e culturais. Disto resultam diversas paisagens locais, inclusive há a coexistência de áreas rurais com o fenômeno da urbanização (RAMOS, 2011, p. 15).

Já no município (Figura 7), também há desigualdade na oferta de emprego formal entre os distritos próximos ao centro e aqueles localizados nas periferias. O distrito com a maior oferta de emprego formal é a Sé com 112 para cada 10 habitantes participantes em idade ativa, enquanto Iguatemi apresenta apenas 0,4 ofertas de empregos formais. A média municipal é de 5,0 empregos formais para 10 habitantes em idade ativa.

Figura 7 – Oferta de emprego formal no município de São Paulo.



Fonte: MTE; RAIS – Microdados; IBGE; SEADE (2019).

Elaborado pela Rede Nossa São Paulo (2021).

Conforme o IBGE, a proporção municipal de pessoas ocupadas em relação à população total era de 45,7%, totalizando 5.852.375 pessoas em 2021. Sobre a renda da população no município de São Paulo, o salário médio mensal das pessoas em trabalhos formais era de 4,3 salários-mínimos (o equivalente a R\$ 4.400,00 para o ano de 2021). Essa média é quase quatro vezes maior quando comparada com o distrito de São Miguel Paulista no ano de 2018, demonstrando o baixo valor salarial em um território da periferia da cidade.

O Produto Interno Bruto (PIB) do município de São Paulo, em 2020, foi de R\$ 748.759.006,97, estando em 1º lugar entre os municípios do estado de São Paulo (IBGE, 2020), o que correspondia a aproximadamente 10,2% de todas as riquezas nacionais. Além disso, a capital respondia, em 2017, por 32,33% da economia do estado de São Paulo. A maior parcela das receitas do município é derivada do setor terciário, que representa o comércio e os serviços. Conforme indicava o IBGE (2017), desconsiderando as atividades da administração pública, o segmento é responsável por 82,62% do PIB de São Paulo. Como sendo uma cidade global, as atividades turísticas são igualmente representativas para a economia municipal, as quais se concentram no turismo de negócios e no turismo cultural.

O setor secundário possuía uma participação menor na economia da cidade de São Paulo, respondendo por uma parcela de 9,88% do seu PIB. As atividades agropecuárias, por sua vez, representavam somente 0,01% das receitas paulistanas.

Já o PIB *per capita* nesse mesmo ano foi de R\$ 60.750,09, estando em 62º lugar entre os municípios do estado (IBGE, 2020). Essa diferença na classificação demonstra que São Paulo se destaca pela produção econômica, porém os ganhos dessa produção não retornam para a renda da classe trabalhadora.

Sendo assim, os dados econômicos expressam as desigualdades presentes na população paulistana, especialmente entre as pessoas residentes nos distritos periféricos e aqueles localizados nas áreas centrais e nos bairros mais ricos. Essas desigualdades relacionam-se com o IDH, a renda e a oferta de empregos formais.

Além das desigualdades econômicas expressa nos dados estatísticos, destaca-se o levantamento populacional que apresentou disparidades territoriais entre os domicílios em favelas, feminicídio e a população preta e parda, os quais se concentram nos distritos da periferia de São Paulo, enquanto na área central os dados se apresentam, ou se aproximam, de zero.

Dessa forma, as mulheres negras acabam sendo o grupo mais prejudicado pelas desigualdades nessa estrutura de sociedade, por meio de diferentes exclusões, afetando a sua (re)produção ambiental, cultural, econômica, religiosa, social e política. A criação de dinâmicas que interagem com o espaço, como a agricultura urbana, podem ser estratégias de resistência e sobrevivência.

A mulher negra, é triplamente excluída, por seu gênero, sua cor e sua classe. Tal exclusão é intensificada, a depender das camadas que se sobrepõe sobre essas vidas, o nível de escolaridade bem como a ocupação profissional (já que grande parcela possui baixo nível educacional e exercem funções como empregadas domésticas e faxineiras), a devoção religiosa (sobretudo quando professam a fé em religiões de matriz africana, como o candomblé) e a sexualidade (se considerarmos aquelas que se situam em identificação de gênero e sexualidades dissidentes do padrão heteronormativo) (PAULA; MARES, 2022, p. 41 e 42).

As desigualdades do espaço urbano, manifestadas a partir de preconceitos, violências e da segregação socioespacial, evidenciam que há grupos cuja sobreposição de exclusão, os colocam em condições de maior invisibilidade e precariedade. As mulheres negras, que resistem bravamente sozinhas ou com suas famílias nas favelas e bairros marcados pela pobreza das grandes cidades, são exemplos claros de como a interseccionalidade entre gênero, raça e classe, é condicionada às piores situações da vida urbana (*Ibid*, p. 69).

Ampliando a discussão sobre a população paulistana, no próximo tópico do capítulo será apresentado um breve contexto das migrações para a cidade de São Paulo. A presença de migrantes está entre as principais características que formam o recorte territorial dessa pesquisa, e sendo, também, parte da história das mulheres que compõem o GAU.

3.3 Migração para o Município de São Paulo

Atualmente no Brasil, a região Sudeste possui o maior percentual de população urbana, com 93,14% das pessoas vivendo em áreas urbanas e apenas 6,86% nas áreas rurais. A região Nordeste, por sua vez, possui 73,12% da população vivendo em áreas urbanas, sendo que é a que detém o maior percentual de habitantes vivendo em áreas rurais, com 26,88% de sua população total (IBGE, 2015).

Esses dados regionais são os resultados do desenvolvimento desigual da economia capitalista no Brasil, fomentado por investimentos de capital para a geração de riquezas focados na região Sudeste, com especial atenção para a capital do estado de São Paulo,

enquanto na região Nordeste não houve os mesmos investimentos, tornando-a uma região periférica na economia nacional. Essa estratégia de desenvolvimento proporcionou que:

As desigualdades das taxas de crescimento econômico, da oferta de empregos e de nível de salários tenderiam a criar áreas propensas à evasão populacional e áreas destinadas à atração migratória, originando fluxos de pessoas em busca de trabalho ou melhores rendimentos (OLIVEIRA; JANNUZZI, 2005, p. 135).

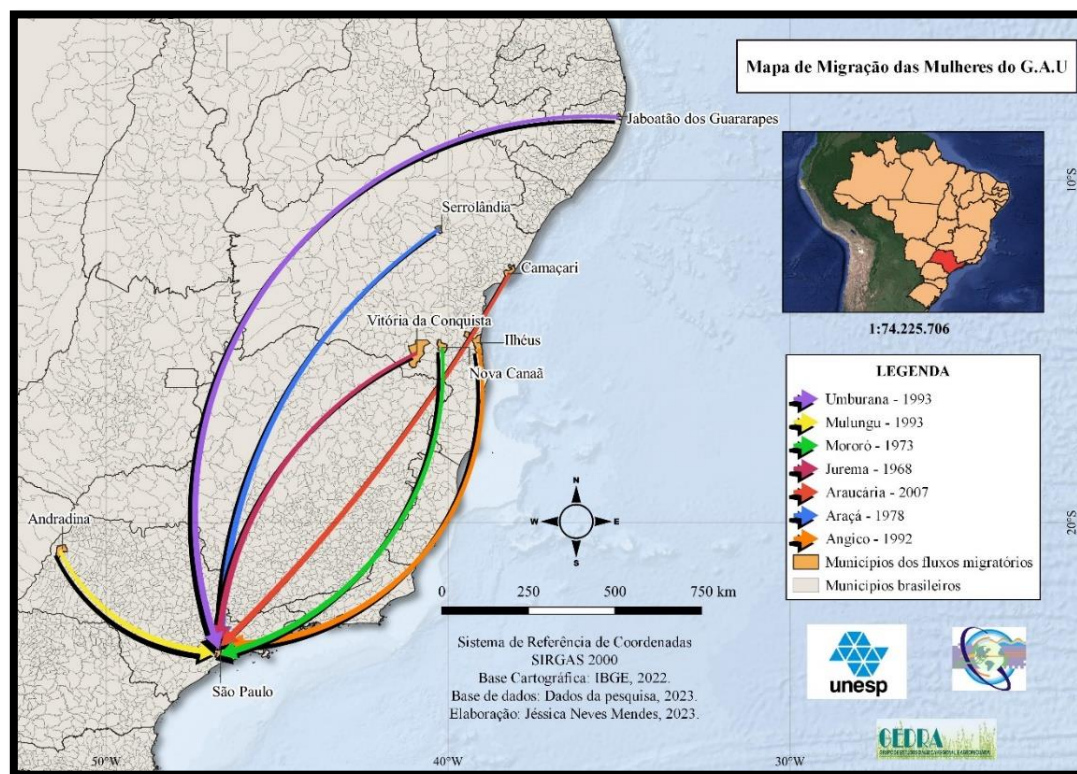
No entanto, a partir das transformações na economia brasileira entre os anos 1980 e 1990 através da desconcentração produtiva, ocorreu uma gradativa diminuição nos fluxos migratórios da região Nordeste para o estado de São Paulo (MELO; FUSCO, 2019). Como consequência, são gerados novos destinos para esses fluxos como, por exemplo, as cidades médias e não-metropolitanas. Porém, parte considerável desses migrantes, que haviam migrado anteriormente, continuou as suas vidas na Região Metropolitana de São Paulo, em que:

Desde o início de seu processo de industrialização e consequente urbanização, a RMSP atraiu volumosos fluxos migratórios compostos por populações provenientes de regiões economicamente menos dinâmicas do país. A Região Nordeste - típica exportadora de mão-de-obra -, neste contexto, foi o seu expoente. No ano 2000, mais de 3 milhões de nordestinos residiam na RMSP. No entanto, já se identificavam substanciais reduções no volume desse fluxo migratório, assim como registros da migração de retorno aos estados de origem. Todavia, boa parte destes migrantes permaneceu na RMSP (MELO; FUSCO, 2019, p. 15).

No que se refere às mulheres do GAU que migraram da região Nordeste para o município de São Paulo e permaneceram, buscaremos compreender a origem e as respectivas características locais em que nasceram e cresceram antes de migrarem para São Paulo. O objetivo dessa compreensão está relacionado em pontuar os fatores regionais que influenciaram na migração dessas mulheres.

A naturalidade das mulheres possui forte ligação com a região Nordeste (Mapa 3), sendo cinco (05) baianas e uma (01) pernambucana. No coletivo também há a presença de duas (02) mulheres paulistas. Com exceção de Araújo, nascida em Serrolândia (BA) e cuja localização geográfica se apresenta distante do litoral, os municípios de origem das mulheres baianas estão localizados na região litorânea, ou próximo dela.

Mapa 3 – Deslocamento migratório entre o município de nascimento e o destino da migração (São Paulo) feito pelas mulheres do coletivo.



Elaborado por Jéssica Neves Mendes (2023).

Fonte: Pesquisa de campo (2022).

Enquanto a Umburana, a única do coletivo que é natural de Pernambuco (PE), nasceu em um município localizado na Região Metropolitana de Recife; as mulheres naturais de São Paulo se diferem, pois uma nasceu no interior do estado e a outra na capital.

Sobre a idade, cabe destacar a amplitude da faixa etária entre as mulheres, variando de 29 até 70 anos. A média de idade das mulheres que participam do coletivo é de 51,5 anos, o que reflete em longas experiências de vida na organização coletiva, sendo formada por diferentes gerações.

Entre as mulheres que migraram do Nordeste, apenas Angico, Araçá e Jurema tiveram experiências relacionadas com a agricultura enquanto viviam em seus locais de origem. Essas experiências envolveram o cultivo de abacate, arroz, banana, cacau, cana-de-açúcar, feijão, laranja, mandioca e milho. Araçá destaca a criação de animais, como bodes e carneiros. Os cultivos e criações eram realizados junto à família, desde a infância,

em terras próprias. O destino da produção era a comercialização para os armazéns e pessoas da cidade em que residiam.

As experiências de participação em organização coletiva envolveram o grupo da própria família junto às outras que trabalhavam em terras diferentes, seja para auxiliarem nos trabalhos na lavoura ou se unirem para comercializar os alimentos excedentes e produtos derivados, como a cachaça, a farinha e a rapadura. Essas experiências contribuíram significativamente quando migraram para São Paulo, pois serviu como base de muitos aprendizados.

Naquele tempo a gente já era um grupo, já era uma associação. Associação de coração, de amor. Por que era associação de amor? Juntava três, quatro famílias, até cinco famílias ou mais, e falava, que todo mundo na Bahia é compadre, entendeu? Compadre, essa semana de segunda à terça nós vamos todos pra sua roça dar o digitório, digitório é juntar pra fazer a tarefa. Digitório é juntar pra arrancar feijão. Então ali passava o ano todo nessa associação com amor e carinho sem ninguém pagar nada pra ninguém (Araújo, participante das Mulheres do GAU, 09/06/2022).

A Mororó e Umburana não tiveram experiências relacionadas com a agricultura porque trabalharam no comércio. Enquanto Mororó trabalhou na mercearia da família, a Umburana obteve experiências em mercados e lojas da cidade, além de participar da associação dos moradores do bairro em que residia.

No entanto, a busca por melhores oportunidades de emprego foi a questão condicionante para a migração. As dificuldades do mercado de trabalho e a fragilidade das condições em seus locais de origem, tanto em relação ao desemprego quanto a qualidade de vida, foram determinantes na migração.

Nesse sentido, cresce a importância das redes de parentes e amigos que migram e, posteriormente, incentivam as pessoas que permaneceram nos locais de origem a migrarem, oferecendo suporte para a mudança. Essas redes foram ampliadas no Brasil durante a segunda metade do século XX, devido ao avanço da modernização agrícola e a, consequente, evasão da população rural em todo o território nacional.

A mecanização e, depois, a cientificização do mundo rural contribuíram, certamente, para a queda da participação da população rural na população total do Brasil, que passou de 68,76% em 1940 para 54,93% em 1960, 32,30% em 1980 e 21,64% em 1996 [...] A situação do Nordeste não é muito diferente. Com 76,58% dos seus efetivos no campo em 1940, atingiu, em 1996, uma proporção de 34,79% (SANTOS; SILVEIRA, 2006, p. 211).

Em relação à idade em que houve a migração das mulheres, nota-se que em todos os casos ocorreu durante a infância e juventude, variando entre 04 e 23 anos. A média de idade para essa decisão foi de 15 anos, revelando o caráter precoce diante de uma situação sensível ao optar pela mudança, ao mesmo tempo, de município, estado e região. Enquanto Araucária migrou, junto com a família, quando ainda era criança, a Umburana mudou-se no início da fase adulta e com filhos.

Em todas as migrações das mulheres houve a influência da família como motivo da decisão. Diante de variados contextos familiares, nota-se um ponto em comum: a pressão econômica pela mudança para São Paulo está presente desde a infância e segue até o início da fase adulta. Umburana se sentiu sozinha em Jaboaão dos Guararapes (PE) aos 23 anos, pois toda a sua família já havia migrado para São Paulo, e somente decidiu pela migração porque queria acabar com essa ausência familiar que estava passando com as suas filhas.

Sendo assim, a migração familiar se apresenta como um aspecto fundamental para a realização dessa mudança. Os deslocamentos ganham expressividade conforme a mecanização das atividades agrícolas, estimulando a migração das famílias camponesas para os espaços urbanos. Com frequência, e conforme a trajetória de Umburana, esse estímulo ocorreu de forma compulsória, pois a decisão pelo deslocamento acabou sendo influenciada pela família, a qual, também com frequência, migram todos os parentes devido a fatores sociais, econômicos e políticos.

A partir de 1950 verifica-se uma aceleração do movimento migratório no país, fenômeno que se impõe nos decênios seguintes em um nível consideravelmente mais elevado [...] a população brasileira tem uma movimentação cada vez maior, misturando, sobre todo o território, pessoas das mais diversas origens estaduais. O percentual de brasileiros ausentes dos seus lugares de nascimento é, em 1960, um pouco mais que o dobro do de 1940, mas quase quadruplica entre 1940 e 1970. Entre 1950 e 1991, o percentual respectivo é quase multiplicado por cinco (SANTOS; SILVEIRA, 2006, p. 212).

Não podemos esquecer que havia mais de 16 milhões de hectares produtivos não-utilizados no Brasil em 1996, isto é, o equivalente ao total de terras de Tocantins. Havia cerca de 332 milhões de hectares distribuídos em 3,6 milhões de estabelecimentos, ao passo que cerca de 220 milhões de hectares estavam repartidos entre 1,3 milhão de estabelecimentos trabalhados por arrendatários, parceiros e ocupantes, o que configurava uma estrutura fundiária apta a expulsar a população rural. Em 1997, segundo a Comissão Pastoral da Terra, havia 622 conflitos pela terra no campo brasileiro. O Nordeste liderava, atingindo duzentos conflitos (79 dos quais no Estado de Pernambuco e 42 na Bahia) [...] (*Ibid*, p. 213).

Dessa maneira, foram apresentadas as informações compartilhadas sobre as motivações que levaram à migração das mulheres. Portanto, essas motivações foram determinadas pelas conexões familiares, caracterizadas por um imaginário comum de que em São Paulo haveria maiores oportunidades de emprego e melhores condições de vida, estimulado pelas notícias enviadas por parentes e amigos que já haviam migrado para a capital paulista a procura das supostas melhores condições de trabalho, além da oferta de apoio caso migrassem.

Nesse sentido, reforça-se a importância das redes de migração formadas por parentes e amigos que se articulam para a concretização das mudanças, compartilhando informações e oferecendo todo o suporte, de forma solidária, para garantir que o deslocamento do próximo familiar ou de amigos seja seguro.

Já sobre os fatores relacionados com a organização coletiva e estímulo para o cultivo da horta, nota-se a influência das experiências vivenciadas na região Nordeste durante a infância e adolescência, em que as mulheres trabalharam no cultivo de lavouras junto às suas famílias. Sendo assim, esses fatores contribuíram consideravelmente para a trajetória da organização coletiva das Mulheres do GAU.

Cabe destacar a estrutura patriarcal presente nas vivências das mulheres, em que o pai se apresentava como o provedor da família e o responsável pelo cultivo das lavouras e as mulheres serviam, apenas, como ajudantes nos cultivos. Essa produção familiar patriarcal é uma das características herdadas do período colonial, em que os atuais estados do Nordeste tiveram papel relevante desde o início da exploração europeia, utilizando-se de condições sociais precárias.

O Nordeste, incluindo Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe e Bahia, é uma área de povoamento antigo, onde a constituição do meio mecanizado se deu de forma pontual e pouco densa e onde a respectiva circulação de pessoas, produtos, informação, ordens e dinheiro era precária, tanto em razão do tipo e da natureza das atividades (sobretudo uma agricultura pouco intensiva) como em virtude da estrutura da propriedade (SANTOS; SILVEIRA, 2006, p. 271 e 272).

Todas essas experiências levaram as mulheres, assim como as suas famílias, à saída dos seus locais de origem. Na sequência, serão apresentadas as informações referentes aos destinos desses deslocamentos no território nacional, destacando o contexto de chegada na cidade de São Paulo e como se iniciou o processo de formação das Mulheres do GAU.

3.3.1 A chegada em São Paulo das Mulheres do GAU

Em relação à chegada em São Paulo, cabe destacar que há diferença, em alguns casos, na idade em que houve a migração da região Nordeste. Essa diferença se explica pelo fato das mulheres, junto com suas famílias, passarem por outras cidades localizadas no próprio estado de origem, antes de se estabelecerem em São Paulo. São os casos de Angico e Araucária.

Angico residiu em Canavieiras (BA), Itabuna (BA) e Itajuípe (BA), trabalhando como doméstica, antes de se estabelecer em São Paulo. Já Araucária residiu em Paulo Afonso (BA), trabalhando como doméstica e feirante, antes de se estabelecer em São Paulo.

Nesse sentido, as migrações vivenciadas pela Angico e Araucária ocorreram por etapas, sendo uma característica comum entre a população migrante nordestina durante o processo migratório. O avanço da industrialização ocasionou o crescimento urbano em diferentes localidades, ampliando, assim, os possíveis destinos para se inserir socioeconomicamente e recomeçar a vida, sendo que essas etapas podem ocorrer tanto no estado de origem, quanto no estado de destino migratório, dependendo das oportunidades de inserção no mercado de trabalho.

Nessa Região Concentrada do país, o meio-técnico-científico-informacional se implantou sobre um meio mecanizado, portador de um denso sistema de relações, devido, em parte, a uma urbanização importante, ao padrão de consumo das empresas e das famílias, a uma vida comercial mais intensa. Em consequência, a distribuição da população e do trabalho em numerosos núcleos importantes é outro traço regional [...] A cidade de São Paulo continua sendo, nesse novo período, o polo nacional (SANTOS; SILVEIRA, 2006, p. 269).

Há também o caso de Mulungu que, apesar de não ter migrado da região Nordeste, decidiu sair do município de origem, Andradina (SP), para se fixar em São Paulo aos 12 anos de idade. O motivo envolveu o adoecimento da mãe, fazendo com que ela fosse morar com o pai na capital do estado. Mulungu já residiu nos bairros do Jardim Marília e Limoeiro, e agora está morando no bairro Jardim Nossa Senhora do Carmo, todos estes localizados na Zona Leste da cidade.

Completando o coletivo, Jequitibá é a única com naturalidade de São Paulo. Atualmente reside em Itaquaquecetuba (SP), mas anteriormente morou em São Miguel Paulista, sendo este o bairro em que nasceu, cresceu e comentou que planeja retornar

devido à família e o pertencimento ao lugar. Sendo assim, Jequitibá é a única mulher do coletivo com a naturalidade do local em que a horta está localizada.

Entre todas as mulheres do coletivo, três (03) se deslocam diariamente de outros distritos do município para o trabalho, enquanto cinco (05) mulheres residem em São Miguel Paulista. Esses deslocamentos geram custos econômicos e tempo de viagem. Sobre os bairros em que já residiram, todas as mulheres apresentaram um histórico de mudanças, se concentrando nas localidades da Zona Leste de São Paulo, na qual também está São Miguel Paulista.

Sobre a preferência de residência e padrão de vida, a maioria das mulheres migrantes informou que prefere o estilo de vida das cidades que nasceram no Nordeste, porque valorizam a conexão com a família e a natureza. Além destes, enfatizou-se o padrão de vida saudável em seus lugares de origem, devido ao maior tempo de descanso e tranquilidade na rotina de trabalho.

A vida lá é outra, né? Porque aqui em São Paulo, eu gosto daqui. Vai dizer que eu não gosto, a gente gosta, sabe por quê? Nós aqui já acostumou com o ritmo daqui, é correria. Então lá é mais sossego. Lá é sossegado, gente. Lá é sossegado, e aqui é correria. Então hoje, aqui em São Paulo a gente não vive não. Porque o negócio aqui é trabalho. Além do mais, aqui também em todos os lugares é perigoso, mas hoje a gente não sente nem vontade mais de você sair pra ir num canto comer, beber ou passar assim porque não é pela gente, é quem tá lá, ninguém sabe o que pode esperar. Você tá num canto tranquilo e chega um assalto, e chega outro, quantos morrem? (Mororó, participante das Mulheres do GAU, 07/06/2022).

Essa escolha pelo padrão de vida presente no local de origem pode ser justificada por uma idealização do passado, quando eram crianças e jovens que viviam nestas localidades, mas também, pelas sucessivas transformações culturais, econômicas, sociais e políticas que buscam modernizar a cidade em que residem atualmente. Novas pessoas, construções, empresas, bairros e centros comerciais alteram as dinâmicas locais, forçando adaptações diante das novas características espaciais e das relações sociais. Essa adaptação necessita de esforços em busca de um novo equilíbrio para o ambiente local, seja no acesso ao saneamento básico, energia elétrica, cultura, educação, saúde ou transporte público.

Esses esforços costumam ser realizados pela própria população local, pois o objetivo da modernização está estritamente relacionado com o desempenho na economia e na manutenção da hegemonia econômica paulistana. Os acessos a demandas sociais são secundários pelos agentes modernizadores, e que acaba dificultando as condições de parte

significativa da população. Essas dificuldades geram sentimentos nostálgicos e idealizações do local de origem como se lá não houvesse problemas e desafios a serem enfrentados.

A cidade de São Paulo vê engrossar o contingente de seus pobres e agora, em pleno processo de globalização, o desemprego atinge legiões, reunindo, em meados de 1999, cerca de 20% da população economicamente ativa (SANTOS; SILVEIRA, 2006, p. 270).

Cada vez que há uma modernização, esta é encampada pela região. A cidade de São Paulo é um bom exemplo disso, pois constantemente abandona o passado, volta-lhe as costas e, em contraposição, reconstrói seu presente à imagem do presente hegemônico, o que lhe tem permitido, nos períodos recentes, um desempenho econômico superior, acompanhado por taxas de crescimento urbano muito elevadas (*Ibid*, p. 275).

Apenas duas mulheres migrantes compartilharam que preferem o estilo de vida de São Paulo, pois formaram as suas famílias na cidade e as características do espaço da horta as fazem lembrar da sua origem. Além destes, comentaram sobre o falecimento de familiares e a violência que ocorre no município de origem.

É por isso que eu amo esse pedacinho aqui, porque aqui eu me sinto lá na Bahia, aqui eu sinto minha infância, aqui eu sinto minha adolescência, porque o meu negócio é terra, então se eu queria um tempo atrás pensar se eu pudesse, meu marido se aposentasse, nós ir embora pra um lugar, eu prefiro ficar os meus dias de luta aqui mesmo (Araçá, participante das Mulheres do GAU, 09/06/2022)

Foi no ano de 2007 que ocorreu a criação do Grupo de Agricultura Urbana (GAU) por meio da Araçá, Jurema e Umburana. Posteriormente, o coletivo foi aumentando com a entrada de mulheres entre 2015 e 2019. Cabe destacar que houve outras pessoas que entraram no coletivo durante esse período, inclusive homens, porém, as entradas masculinas duraram até o ano de 2016, quando foram expulsos pelas mulheres devido a desentendimentos referentes as relações de trabalho e os respectivos pagamentos.

Conforme relatado nas entrevistas, esses homens não cumpriam o combinado pelo trabalho e, ao final do dia, cobravam pelo pagamento integral. Em resposta, as mulheres pagaram o valor de acordo com o trabalho realizado, ou seja, pela metade. Essa decisão gerou revolta entre os homens, concluindo na decisão de expulsá-los do GAU.

O resgate histórico da trajetória de luta das agricultoras remete a um passado marcado por enfrentamentos que romperam com a condição de subalternidade e silêncio que predominavam na vida dessas mulheres. A partir do conhecimento de sua condição na desigual relação de gênero e na desvalorização de seu trabalho, estas mulheres organizaram grupos de bases por todo o território brasileiro, articulando, ao longo dos anos,

eventos e atividades em redes, de abrangência multiescalar, se considerarmos a vinculação com movimentos internacionais, como a Via Campesina (PAULA, 2020, p. 148).

O modo como ocorreu a entrada das mulheres no coletivo apresenta contextos específicos para cada caso, sendo inicialmente motivado pela recuperação ambiental de um terreno ocioso, localizado no mesmo bairro (União de Vila Nova) do espaço atual, mas em uma rua diferente, que estava abandonado pelo proprietário e servia como depósito de entulhos pela comunidade local, conforme informado por Araçá e Jurema.

Araçá e Jurema estavam incomodadas com o acúmulo de entulhos nesse terreno e decidiram começar a limpeza da área, pois não aceitavam a situação daquela área no bairro em que residiam. A partir de então, realizou-se a limpeza e, posteriormente, começaram a mexer na terra e cuidar do solo. Com o avanço da recuperação, iniciaram o plantio de flores no terreno.

Nesse período, Umburana estava caminhando pelo bairro e conheceu o trabalho realizado por Araçá e Jurema. A beleza das flores despertou o seu interesse pelos cuidados com a natureza e, após algumas conversas, decidiram formar um grupo para facilitar o trabalho com os cultivos da área. No entanto, essa decisão foi desafiadora para Umburana, devido as diferentes formas de violência cometidas pelo seu marido naquela época.

Eu tinha uma relação de um marido que ele era muito ciumento, como é que chama, autoritário não, pessoa assim, abusivo. E outra coisa também, dominador não, como é, uma pessoa assim que coisa a pessoa, e eu tinha medo dele, que ele me colocou medo, e na época ele tinha arma, e ele foi preso por causa disso, aí ele tinha arma e dizia assim: ou você faz o que eu quero ou então você toma bala na cabeça. E ele botou esse medo em mim. Aí eu tinha medo, coisa assim da cabeça da pessoa, coisa que não tem nem explicação. Eu sei que me vi numa situação dessa, mas eu tinha medo mesmo, eu tinha medo dele. Daí quando eu vim pra roda de conversa e ela abordava esses temas assim, foi a primeira vez que ouvi a palavra feminismo, porque não me ligava muito nisso assim. Aí ouvi essa palavra e na minha terra não falava essas coisas, falava sobre violência doméstica, mas era outro contexto. E ela abordava, fazia roda de conversa, falava sobre isso e eu falava: ‘meu Deus, como é que vou falar um negócio desse pra mulher?’ Mulher eu só posso ficar até 16h30, porque ele chegava 17h. Aí eu inventei uma conversa lá e ela ‘tá bom’. Aí 16h30 eu saía correndo dali, e quando eu chegava em casa, ele chegava. Aí ele não sabia que eu tava fazendo o curso (Umburana, participante das Mulheres do GAU, 08/06/2022).

A coragem de Umburana a fez seguir no curso sobre os cultivos agrícolas no terreno do bairro, mantendo contato com as mulheres e, assim, resistindo diante das violências que estava vivendo. Cabe enfatizar que existe uma gama de ataques cometidos pelo homem contra a mulher, para além da agressão física. Destaca-se que:

A violência contra a mulher abrange atos de discriminação, agressão, coerção, ocasionados pelo simples fato de a vítima ser mulher, gerando, constrangimentos, danos, limitações, sofrimentos físico, sexual, moral, psicológico, social, político e econômico (ou perda patrimonial) e até mesmo a morte – feminicídio (PAULA, 2020, p. 123).

As mulheres, de origem rural e urbana, sofrem com a dominação masculina, aspectos simbólicos (opressão) e materiais (exploração). A subjugação social das mulheres as coloca em situações de: violência sexual e doméstica, segregação no mercado de trabalho, duplas e triplas jornadas de trabalho, exígua representatividade em instâncias de âmbito político e menor participação nas políticas públicas (*Ibid*, p. 134).

Sendo assim, evidencia-se o conjunto de mecanismos que (re)produzem as desigualdades de gênero, prejudicando e ameaçando a vida das mulheres. Essas desigualdades estão presentes nos aspectos culturais, econômicos, sociais e políticos, constituindo a estrutura patriarcal. Diante desse contexto, destaca-se a importância no âmbito político, buscando estratégias para aumentar a representatividade das mulheres nos espaços de poder e decisão, assim como na participação das políticas públicas, por meio do acesso a recursos para garantir sua autonomia econômica.

Entretanto, o proprietário desse terreno ocioso reivindicou a sua posse, justificando que começaria a usá-lo a partir daquele momento, o que resultou na expulsão das mulheres daquele espaço. No mesmo período, as mulheres se deslocaram para outro terreno do bairro – o atual –, que era pertencente a Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado de São Paulo (CDHU). A situação desse terreno, assim como o anterior, também estava precária devido às condições de uso da população local, a qual utilizava para despejar entulhos no espaço. Porém, a CDHU autorizou temporariamente o uso da área para as mulheres realizarem os seus trabalhos, dando início à história do Grupo de Agricultura Urbana.

Sendo assim, o motivo que resultou na formação da agrofloresta está relacionado com as violências e os abusos sofridos pelas mulheres, pois seria uma forma de resistir e empoderar as suas lutas por meio da independência econômica possibilitada pela comercialização dos produtos gerados pelos cultivos. Além desse fator, também há a saudade da região Nordeste e de sua natureza, pois estavam conectadas com a terra em seus locais de origem.

Essa conexão com a terra é uma motivação comum entre as pessoas que começam a realizar atividades agrícolas na cidade, se relacionando com o interesse pela aproximação com a natureza, o contato com as plantas, o cultivo e domínio da alimentação para autoconsumo, assim como da sua qualidade para a saúde, a preocupação

com as condições climáticas e a conservação do ambiente, além da ruralidade nostálgica proporcionada pela agricultura urbana e presente entre as mulheres do coletivo.

A independência econômica foi construída de acordo com a economia solidária, conforme os relatos de Jurema e Umburana:

Porque elas queriam que assim, nós fizesse independente, nós arrumasse mais pessoas, e servisse mais pessoas, pra poder trabalhar, porque as mulheres precisava de mostrar que nós mulher podia, poderá ter a nossa autoridade, você entendeu? Então por isso que nós entramos nessas mulheres do GAU e começamos vendendo, começamos fazer doce, fazer isso e aquilo, fui falando o que eu sabia e fui fazendo, e aí começamos (Jurema, participante das Mulheres do GAU, 06/06/2022).

Foi uma necessidade de empoderar as mulheres, de ter alguma coisa, um trabalho mesmo com mulheres, assim focado mais nas mulheres, porque a gente tava pegando um contexto que não tava dando muito certo com os homens, daí a gente decidiu trabalhar só com mulheres, fazer a questão da agricultura só com mulheres mesmo, e questão financeira, porque tinha acabado o POT, né? E a gente ficou sem renda, e a gente começou a fazer o orgânico, e a gente ia pros eventos, passava dois dias, aí começamos também na comida, a produção de comida é uma produção árdua, porque é muita coisa pra fazer, e tinha também a produção dos comésticos, e os homens não se integravam muito nisso, nas atividades, e quando a gente praticava, ainda pratica, a economia solidária, que é juntar tudo que se ganhou, tira os gastos, e divide, aí a gente não achou justo essa divisão, de dar dinheiro pra umas pessoas que não tava somando, entendeu? Aí por isso se levantou as mulheres do GAU, mulheres da agricultura urbana no contexto de não ter homens (Umburana, participante das Mulheres do GAU, 08/06/2022).

A partir da união entre as mulheres inseridas nas atividades agrícolas, culinárias e cosméticas, removendo os homens até então envolvidos, foi possível gerenciar os custos de produção e organizar os pagamentos, facilitando as discussões que buscavam o consenso econômico e político para a realização dos trabalhos pelo coletivo.

Considero a organização de grupos coletivos, como as associações, baseadas nos preceitos de economia solidária, é uma estratégia de cunho social pelo fato de contribuir para a criação de espaços de discussão, reflexão, decisões coletivas, direito à fala, posicionamentos de cobrança às autoridades políticas locais, além da questão do apoio mútuo e afetividade (PAULA, 2020, p. 292).

É interessante que as atividades de economia solidária criam espaços intermediários entre o âmbito privado/doméstico e a esfera pública, entre a esfera reprodutiva e produtiva; podendo então, se constituírem num mecanismo de contribuição para a superação de dicotomias e das assimetrias de gênero (*Ibid*, p. 330).

Dessa forma, houve o fortalecimento da organização coletiva em busca da independência econômica de cada mulher inserida nas atividades, amadurecendo as relações de produção por meio dos princípios da economia solidária.

Durante a formação inicial da horta, no atual terreno da CDHU, se apresentaram desafios como a carência da mão-de-obra nos cultivos, pois havia muito trabalho para poucas mulheres, o que resultava em sobrecarga de tarefas fisicamente pesadas. Além dessa carência, destacou-se a preocupação com o título da propriedade em que a horta está localizada devido a esta pertencer à CDHU, gerando angústia e dúvidas sobre a continuidade dos trabalhos.

Eu ainda sinto o desafio que a gente ainda não é assim, bem, a gente não é dona disso aqui, né? Isso é, pra mim, é um desafio, que eu ainda fico com um pé aqui outro lá. Porque como o espaço é da CDHU, eu tenho que a qualquer hora, eu não sei, a gente não tem autodomínio (Araújo, participante das Mulheres do GAU, 09/06/2022).

A reivindicação pela titularidade do terreno implica em um conflito entre as mulheres e o Estado, por meio da CDHU, considerando a dimensão de um território pelo qual disputavam a sua apropriação. Reforçando o fundamento teórico de Costa (2011), essa disputa pela apropriação da titularidade está relacionada com a territorialização das mulheres nessa área, na qual construíram uma identidade coletiva por meio das diferentes trajetórias que se uniram e reivindicam o domínio do espaço perante o Estado.

No entanto, a defesa pelo domínio gera um conflito entre as mulheres e o poder público. Nesse sentido, o poder da estrutura patriarcal presente no Estado atua contrariamente à reivindicação das mulheres. Conforme relatos obtidos em campo, houve pressão política durante o período da campanha eleitoral em 2022, feita por candidatos da base do governo, os quais pediram, às mulheres, o apoio e divulgação dos seus materiais, sob a ameaça de perder o espaço, caso recusassem a colaborar na campanha.

O patriarcado é considerado uma teoria ou doutrinação política de contrato de dominação e exploração sobre a mulher. As relações patriarcais se estruturam segundo hierarquias de poder, alcançando toda a sociedade civil e também o Estado (PAULA, 2020, p. 122).

Apesar dessa situação, as mulheres possuem relação com a assistência técnica da CDHU, a qual colabora na mediação dessa disputa e fornece contribuições institucionais às mulheres, explicando o funcionamento dos mecanismos jurídicos e orientando sobre os processos formais do Estado. A insegurança fundiária é um problema comum entre as pessoas que buscam realizar atividades agrícolas na cidade.

Quando grupos urbanos passam a integrar a luta para destinar áreas intra-urbanas ao cultivo de alimentos e à criação de animais, está introduzida uma nova leitura espacial que exige do poder público, do setor privado, das organizações sem fins lucrativos, dos estabelecimentos de ensino e pesquisa e de diversos setores da sociedade civil, novas posturas frente a um arranjo material que nos parece anacrônico ou bastante distante do modo de vida urbano atual (NAGIB, 2020, p. 73).

Sendo assim, o Plano Diretor Estratégico do Município de São Paulo (Lei n. 16.050 de 2014), sancionado pelo então prefeito Fernando Haddad (gestão 2013-2016), representou significativo avanço político diante dessa insegurança, pois entre as estratégias de estímulo à agricultura urbana havia a regularização fundiária para as pessoas que não possuem a titularidade dos lotes cultivados (NAGIB, 2020, p. 259).

Os impactos na vida após a formação da horta foram positivos, porque as mulheres conquistaram empoderamento e independência econômica, por meio da geração de renda, em relação aos homens. Outro impacto muito citado envolve a mudança nos hábitos alimentares devido a uma dieta mais saudável por meio dos cultivos realizados no espaço.

O conceito de empoderamento está relacionado com as experiências de poder, enfatizando a transformação das estruturas políticas de subordinação, a emancipação feminina e relações sociais democráticas (PAULA, 2020, p. 128). Sendo assim, empoderar implicaria a busca pela igualdade de gênero, por meio de ações que visam ao fortalecimento das mulheres no âmbito cultural, econômico, social e político em busca da sua autonomia e poder de decisão.

Pra mim mudou muita coisa, eu aprendi bastante coisa, coisa que eu não sabia, que eu não conhecia e passei conhecer, né. Vamos supor, aqui tinha muita coisa que eu nem sabia o que era PANC, eu nunca tinha visto o que era um peixinho na minha vida, você frita isso aí e você come, eu não sabia. Essas flor que o povo come, eu não sabia que era comestível, não sabia. Suco verde e essas coisa assim, sabe? Eu também não tomava na Bahia essas coisa. Eu tomava suco, mas não desse jeito que o povo toma aqui, então muita coisa aqui eu aprendi, foi muito bom (Mororó, participante das Mulheres do GAU, 07/06/2022).

Aqui, né, é bom de trabalhar porque, além de ser só mulheres que uma entende a outra, né, não é como se você vai numa firma, né, igual a minha filha, quando esses dias, né, se eu tivesse numa firma, ou o médico ia ter que dar um atestado no meu nome pra cuidar dela, aí aqui tem esse negócio, uma entende a outra, né, como mulher, como mãe (Mulungu, participante das Mulheres do GAU, 09/06/2022).

Eu achei assim, o impacto de trabalhar, de ter assim auto domínio, assim, o meu trocadinho é meu, sabe? Graças a Deus que muitas não fala isso, porque vai ajudar na casa, eu tenho o meu marido, mas se eu quiser dar um tênis melhor pro meu filho, eu dou. Se eu quiser juntar

um dinheirinho pra fazer uma viagem, eu vou. Se eu quiser dizer, vamo ali tomar um mel, nós vamos. Vamos fazer um almoço, uma feijoada, isso tudo tem custo, mesmo a família estando próxima, mas meu filho, às vezes, ‘mãe, eu preciso de um agasalho’. E tudo pra sair do pai, com a nossa moeda desvalorizando como tá aí, o custo caríssimo, com gente passando fome que não é pouco, então um poquinho eu achei mais domínio, mais responsabilidade, aprendi falar, andar, conhecer gente, porque não passa pouca, é muita. Entrevista pra Globo um tempo atrás eu não abri a boca. Hoje nós fala, a natureza que nós sabe fazer, simples, encara assim, que é uma coisa, uma sabedoria, um auto domínio (Araçá, participante das Mulheres do GAU, 09/06/2022).

Os motivos para cultivar uma horta agroecológica na cidade de São Paulo estão ligados com a produção de áreas verdes e proteção do ambiente em território urbano, estimulando o contato com as árvores, os cultivos e a terra na periferia da cidade. A promoção de alimentos sem agrotóxicos por meio da agroecologia, priorizando o respeito pela natureza e a saúde das pessoas nas comunidades.

Essas motivações demonstram a valorização da dimensão ambiental inserida na multifuncionalidade da agricultura urbana, conforme a fundamentação teórica de Curan e Marques (2011). A produção de áreas verdes e a preocupação com a natureza no ambiente urbano, partindo dos princípios agroecológicos, contribuem para a redução dos efeitos climáticos urbanos como as ilhas de calor, melhora na qualidade do ar e microclima, proporcionando conforto térmico. Nagib (2020) destaca que a grande parte das hortas comunitárias paulistanas cultivam segundo os princípios da agroecologia e permacultura.

A alface da feira ele tem um gosto diferente, e o daqui, nossa... Você come querendo mais, então é muito importante isso. Fora o ar que a gente respira, que a gente sente, porque quando a gente tá aqui a gente sente o ar mais limpo. Agora a gente atravessou ali, saiu daqui a gente vai mais pra ali, já vê a diferença no ar, né? Por causa da poluição. Aqui a gente não tem tanta poluição. Minha filha vem pra cá e chupa cana, e brinca, e tudo mais. Onde que eu ia ter isso? Hoje é tudo prédio (Jequitibá, participante das Mulheres do GAU, 06/06/2022).

Porque assim, o que eu falo, a gente aqui principalmente as periferias, esse contexto da periferia, de não ter acesso à agricultura urbana, os orgânicos, se aqui a gente inventar ‘agora a partir de hoje vou querer comer orgânico’, onde que eu ia comprar? O lugar mais perto é o parque da Água Branca, e o contexto de lá, o poder aquisitivo nosso não dá pra lá, então é melhor trazer pra cá, fazer essa parte da horta urbana aqui mesmo, e também levar que eu chamo isso aqui é uma farmácia viva, levar também essa questão da educação ambiental para nossas crianças e jovens, porque aqui mesmo com o contexto dessa agricultura aqui, quando eu cheguei aqui, não se tinha árvore, a gente fez a arborização pelo viveiro, essas árvores que você vê plantada aí foi pelo viveiro [...] Por esse contexto de ter o orgânico, porque não adianta você inserir uma

horta urbana no meio do urbano e vir com monocultura, uma agricultura, pra mim, suja, cheia de fertilizante, cheia de agrotóxico, então já que tá inserindo uma horta no meio do urbano então vamos fazer direito, faz uma agricultura limpa, né? Já faz direito, porque não adianta, veneno já tinha ali em Mogi, para aqueles lado, Cinturão Verde, sei lá que tem tanto veneno, então se você fazer, faz logo direito, faz logo agricultura limpa (Umburana, participante das Mulheres do GAU, 08/06/2022).

É muito importante, porque você vai ensinar a reciclar, reduzir uma coisa que vai pro solo, pro lixo, e você pode fazer um adubo, você pode... Do lixo que diz que é lixo, e não é lixo, é um adubo completamente, tudo o que sobra da sua cozinha que vai para aquela cestinha e que vai pôr no saquinho de lixo, você pode fazer uma composteira, tudo ali. Numa casa, se a pessoa tiver o hábito de reciclar ele só vai jogar o papel do banheiro, só isso ali, porque o resto tudo é reciclagem, e tudo é custo [...] então por que ter sua horta? Se você ter, porque hoje mora tudo em prédio, e a dificuldade é muito grande, porque sai de manhã e volta à noite, pra ter cuidado com as suas samambaias, imagina com a sua horta. Mas vamos pegar essas crianças da periferia, vamos trabalhar na cabecinha delas, vamos tentar respeitar uma árvore, vamos tentar fazer uma horta na sua casa, numa caixinha de madeira, num prédio, dá pra por lá no cantinho, plantar sua cidreira, em cima da laje, que muita gente tem laje, laje é uma horta, meu Deus. Você vai trabalhar, sua laje é uma horta (Araçá, participante das Mulheres do GAU, 09/06/2022).

O conjunto de possibilidades, apontadas pela Araçá, exemplifica como pode ocorrer a requalificação do espaço urbano, um dos aspectos que compõem a dimensão sociocultural do caráter multifuncional da agricultura urbana, de acordo com Curan e Marques (2011). Dessa forma, “sua laje é uma horta” serve como uma expressão da agricultura urbana que pode ser considerada uma reivindicação política do espaço urbano e/ou um instrumento pedagógico de conscientização, conforme destaca Nagib (2020):

Em relação às hortas comunitárias, que passam a ser enquadradas como uma expressão da agricultura urbana, elas assumem um novo tipo de resposta cidadã “de baixo para cima”, de reivindicação do compartilhamento e da coletivização do espaço urbano, seja no conjunto das lutas sociais ou no âmbito pedagógico, a fim de conscientizar e criar mecanismos de maior autonomia em relação a alimentação industrializada, ou ainda, dialeticamente, é no seio de iniciativas de hortas comunitárias que surgiram as ideias e os arranjos de se materializarem novas tipologias da agricultura urbana, a exemplo das modernas fazendas urbanas sobre os telhados de edifícios (NAGIB, 2020, p. 339).

No entanto, houve dificuldades para o desenvolvimento e consolidação dos cultivos sem o uso de agrotóxicos, como a carência da mão-de-obra na horta devido ao excesso de trabalho acumulado para as mulheres, considerando que essa forma de manejo agrícola demanda mais tempo de atenção e cuidados. Outra dificuldade está relacionada

com a necessidade de assistência técnica para as mulheres, porque carecem de estudos sobre a agroecologia, além daquelas estruturais como acesso à água, para adquirir adubo orgânico e o apoio de parcerias para promover o desenvolvimento e consolidação de seus trabalhos.

Parcerias para esse contexto de insumos, assim, agora que se tem os pátios de compostagem, porque agora que tão se doando os adubos, mas ainda tem essa logística do transporte, que o cara cobra 400 reais, 450, pra trazer até aqui, e também tem a questão da compra da semente que tem que ter, que como aqui a gente já tem o selo da transição, pra colocar ali não pode ser qualquer semente, e mudas também, tem que saber de onde vem, e é cara, não é barato. Compra lá em Suzano, tem transporte, tem o custo do fornecedor, ele cobrar mais um pouco porque ele também tem o selo. Tem que saber a origem de onde vem, adubo, tudo. Tudo que você botar aqui tem que saber da origem (Umburana, participante das Mulheres do GAU, 08/06/2022).

Sintetizando as motivações, desafios e dificuldades, buscou-se identificar as vantagens e desvantagens do uso de agrotóxicos na agricultura (Quadro 2), para compreender a importância dessa forma de cultivo.

Quadro 2 – Vantagens e desvantagens quando não são utilizados agrotóxicos no manejo agrícola.

Identificação	Vantagens	Desvantagens
Angico	Não comentou, pois focou nas desvantagens	Perda do ecossistema e do ciclo da natureza; promoção de alimentação venenosa
Araçá	Respeito pelos insetos e o tempo da natureza (ecossistema); aumento do sabor dos alimentos	Alimentos sem sabor e crescem fora do seu tempo natural; veneno faz mal à saúde
Araucária	Proteção das pessoas, do meio ambiente e o pensamento no futuro das próximas gerações	Contaminação da água e de pessoas
Jequitibá	Promoção da alimentação saudável	Perda de alguns cultivos por conta dos insetos
Jurema	Importância da alimentação saudável	Risco na ingestão de venenos pelas pessoas
Mororó	Não quis responder devido a não trabalhar na horta	Não quis responder devido a não trabalhar na horta
Mulungu	Sem veneno é mais saudável	Não comentou
Umburana	Sabor dos alimentos	Desvalorização na comercialização

Fonte: Pesquisa de campo (2022).

Org. Elaborado pelo Autor.

Cabe, também, destacar as falas de Angico, Araçá, Jurema e Umburana sobre as desvantagens do uso de agrotóxicos na agricultura:

O que vai acontecer com o uso do agrotóxico: você vai ter uma produção gigantesca nesse pedacinho aqui, você vai conseguir manter, por exemplo, umas quatro ou cinco quitandas aqui do bairro, mais os moradores nesse pedaço aqui de terra, nesse chão aqui que a gente tem, certo? Mas você tá levando veneno pra sua mesa, pra sua mesa não, porque eu tenho certeza que o agricultor que trabalha com agricultura convencional que usa agrotóxico ele não leva daquele alimento pra dar pra sua família, isso eu tenho certeza. Porque ele sabe o que a pessoa tá ingerindo, principalmente o alface. O alface se come cru. Não tem nem a chance de você... não adianta lavar. Você pode lavar para tirar o excesso que fica nas folhas, mas o agrotóxico em si ele se insere na célula dos alimentos, e como que você vai tirar? Como? Entendeu? (Angico, participante das Mulheres do GAU, 07/06/2022).

Não tem nem comparação, não usar é o carro chefe da coisa. ‘Ah, mas a horta não vai ficar bonita, sem ter um veneno pra matar as lagartinha, pra matar as formiguinha, pra matar as joaninha, pra matar as vaquinha’. E vai tudo embora, sem saber que a minhoca trabalha no solo. Minhoca é coisa boa. A joaninha é coisa boa pra planta, come aqueles bichinhos que tem lá. Então se a gente quer uma coisa saudável, imagine os bichinhos, né? O que é uma folhinha nova, saudável, gostosa, não tem veneno pra machucar ela. E veneno faz mal, para aqueles idosos todos que trabalhava com muito veneno naquele tempo, muito veneno eles trabalhavam, porque não tinham sabedoria [...] porque o homem lá quer jogar veneno em tudo, e tá jogando veneno em tudo, pra dar essas coisas bombásticas, sem gosto, tudo com esses fertilizantes que cresce fora do tempo, que não tem tempo pra nada. E com o tempo tudo é gostoso, só aquele da natureza que é o lugar dele, saber de tratar ele, com fertilizante de tantas coisas aí, pode usar pimenta, pode usar o alho nos garrafão de água, aquele cheiro incomoda a gente, imagina os insetos, então ali não é veneno, mas pra eles é. É só ter a sabedoria, e saber aprender, isso aí eu aprendi com esses cursos (Araçá, participante das Mulheres do GAU, 09/06/2022).

Porque o veneno trás muitos problemas sérios para as pessoas. Quem não entende, acha que não, que é bobagem. Mas você tirar uma planta saudável sem veneno, porque aqui nós não joga veneno, não tem veneno, não tem mesmo. Então quer dizer que é uma coisa natural, você entende? E eu acho muito importante, uma coisa que tá ensinando as pessoas a sobreviver, a alimentar saudável, porque às vezes a pessoa fala ‘porque esse câncer que tá matando meio mundo, é por causa disso’, os veneno que eles bota, isso aí com o tempo vai digerindo por dentro, vai digerindo [...] essa é a realidade (Jurema, participante das Mulheres do GAU, 06/06/2022).

O contexto das hortas da ZL, eu vejo isso em geral, porque eu converso sempre com as meninas da associação, com as meninas que tem hortas urbanas, e aqui pra esse lado a gente tem um pouco de dificuldade de valores, sabe? Porque quando a gente vai nessas hortas lá pra zona sul, para aqueles lado ali, nossa, super valorizado, me dá uma dor, sabe? De ver isso, você chega lá um pezinho de alface é 8, 9. 6 bananinhas 20 conto. E as pessoas comprando, lotada a lojinha. Aí você vai vender aqui uma dúzia de banana por 7, 8 reais. Um pé de alface 4 reais e as pessoas pedindo de graça. O contexto foi o mesmo, ele gastou a mesma coisa que nós de insumo, e ele ganha três vezes mais, isso aí eu acho errado. Mas fazer o que, né? É o poder aquisitivo do local (Umburana, participante das Mulheres do GAU, 08/06/2022).

As falas apresentaram diferentes preocupações sobre as desvantagens no uso de agrotóxicos, enfatizando as consequências prejudiciais tanto para a saúde humana quanto para os insetos, plantas e solos inseridos nos cultivos. Os prejuízos implicam no desenvolvimento de doenças, como o câncer, por meio da ingestão dos agrotóxicos tanto pelas pessoas que produzem, quanto por quem consome esses alimentos.

Além dessa desvantagem, Umburana menciona a dificuldade para a comercialização dos alimentos que não utilizam agrotóxicos, apontando para as reclamações da comunidade local sobre os valores cobrados pelos alimentos. Essa desvantagem econômica está relacionada com a baixa oferta de emprego, assim como de poder salarial nos bairros da periferia urbana paulistana, quando comparados com as áreas centrais da cidade, conforme já levantado e analisado.

Para a formação inicial e o posterior desenvolvimento da organização coletiva foi necessário que as mulheres divulgassem o seu trabalho, buscando atrair novas pessoas para colaborar com as tarefas agrícolas e culinárias. Essa divulgação começou na escala local, conversando com a comunidade do bairro, conforme compartilhou Araçá:

O santo de casa não faz milagre. Esse boca à boca, o pessoal de fora até hoje valoriza mais o nosso plantio do que os daqui de dentro. Daqui de dentro veio a reportagem, viu a gente na televisão, ‘uh, que lugar lindo é aquele?’, toma vergonha na sua cara, é lá onde te chamo todo dia pra tu ir, e tu não vai. ‘E aquelas fotos que tu posta aquelas alface bonita?’. Eu te chamo todo dia quando tu tá aí sentada, fumando, deitada no sofá parecendo uma coruja, e tu não vai ficar lá. Só precisa ir conversar comigo. Então ajudou muito, a divulgação, muita gente vem de fora, gente que não tá dando conta dessa demanda. Cada vez que eu venho pra cá, a gente pensa que é besteira, mas a divulgação bomba. Foi surgindo projeto, foi surgindo oficina por aí (Araçá, participante das Mulheres do GAU, 09/06/2022).

As mulheres do coletivo começaram a publicar os seus trabalhos na internet em 2016, divulgando por meio das redes sociais (Figuras 8 e 9).

Figuras 8 e 9 – Páginas nas redes sociais (*Instagram e Facebook*) das Mulheres do GAU.



Fonte: *Instagram e Facebook* (2024).

As publicações nas redes sociais se tornaram importantes para o desenvolvimento da horta e a comercialização dos cultivos porque trouxe visibilidade para o trabalho do coletivo, alcançando muitas pessoas dispostas a ajudar e recebendo propostas para participarem de eventos e projetos sociais, além dos pedidos de cestas de alimentos para a comercialização.

Muito importante, porque querendo ou não a gente precisa de ajuda. A gente não tem ajuda de ninguém. Se não for a gente, vai ser quem? A gente não tem ajuda do governo. Então toda ajuda possível é bem vinda. E a internet é isso, a internet vai ajudar [...] (Jequitibá, participante das Mulheres do GAU, 06/06/2022).

É muito importante, porque através das redes sociais que a gente tá tendo uma visibilidade muito grande, né? Pra fora do Brasil. Você sabe que a gente tá sendo reconhecida mundialmente, né? Ai, que chique (risadas) [...] olha, você vê que dentro de 50 opções no edital, a gente foi selecionado para receber o recurso que veio da Casa de Cultura Alemã, isso é chique demais. E a gente teve toda a assessoria deles, planejamento, orçamento, de tudo. Até mesmo pra gente conseguir fazer a associação, foi através desse edital que a gente conseguiu, que antes a gente não tinha. A gente teve uma ajuda de custo durante 6

meses, todas as mulheres (Angico, participante das Mulheres do GAU, 07/06/2022).

Muito importante, porque daí é que vem os eventos, aí que vem também, olha, o menino entrou na página, viu lá, da Globo, e tá mandando hoje aqui, conheceu o projeto, eles vão lá, pelo *Instagram*, pelo *Facebook*, conhece o projeto e vem [...] também é muito importante, porque é por lá que eles pedem cestas, pedem produtos, pedem os *coffes*, quer visitação (Umburana, participante das Mulheres do GAU, 08/06/2022).

Eles pega encomenda, manda o Uber entregar, essa tecnologia ajudou muito. Muita gente vem aqui pegar, muita gente manda o carro pegar, entendeu? Muito, muito. Então, se não fosse a divulga o, não tinha como você sair l  daquele meio de mundo pra vim pegar (Ara a, participante das Mulheres do GAU, 09/06/2022).

A partir dos relatos, percebe-se como os aspectos da multiterritorialidade interagem por meio da conexão entre diferentes pessoas e territórios, possibilitando a cria o de redes solidárias que buscam estimular a troca de conhecimentos e comercializa o. Nesse sentido, a *internet* pode ser considerada um mecanismo estratégico para as pessoas inseridas na prática da agricultura urbana. Nagib (2020) pontua sobre o ciberativismo, que seria o ativismo praticado na *internet*.

Por isso,   um mecanismo pelo qual ativistas de diferentes regiões podem se conectar e identificar uns aos outros, facilitando suas estratégias de a o e levando-os a trocarem posteriores mensagens privadas, além de ser um canal para pedir ajuda e apoio estratégico, isto  , uma ferramenta que não deixa de ser propulsora da prática de ciberativismo (ativismo realizado pela *internet*) (NAGIB, 2020, p. 275).

Essa visibilidade por meio das redes sociais contribuiu para a aprova o de um financiamento pela Casa de Cultura Alemã durante seis (06) meses em 2022, no qual receberam remunera o em dinheiro pelos trabalhos agrícolas e culinários, além da assistência técnica para avançar nas documenta es da associa o, contribuindo no planejamento das Mulheres do GAU.

De um modo geral, a regulariza o institucional pode ser um avanço estratégico na prática da agricultura urbana, considerando a possibilidade de inclusão em políticas públicas. As mulheres do coletivo enfatizaram que a aprova o da associa o seria uma estratégia institucional para alcançar essa inclusão, aliado com a gera o de renda obtida nos trabalhos agrícolas, culinários e educacionais que têm valorizam o trabalho do coletivo.

Dessa forma, as mulheres somam, atualmente – janeiro de 2024 – mais de 12 mil seguidores, considerando as páginas no *Facebook* e *Instagram*. Essa rede de apoio virtual

também contribuiu – durante a pandemia de Covid-19, pois devido aos protocolos sanitários, houve a paralisação dos eventos presenciais, o que prejudicou a comercialização dos alimentos. No entanto, as mulheres realizaram arrecadações por meio de “vaquinhas *online*”, em que os seguidores doavam valores em dinheiro através de transferência bancária *online*, garantindo a diminuição dos prejuízos econômicos naquele período.

No próximo capítulo haverá a abordagem das relações de gênero e o associativismo das Mulheres do GAU, começando pela sistematização das informações compartilhadas em pesquisa de campo sobre o manejo agrícola.



4.

RELAÇÕES DE GÊNERO E O ASSOCIATIVISMO DAS MULHERES DO GAU

Ilustração: Maria Frizarin

“Ta pensando: será que Deus vai ter pena de mim? Será que eu arranjo dinheiro hoje? Será que Deus sabe que existe as favelas e que os favelados passam fome?”

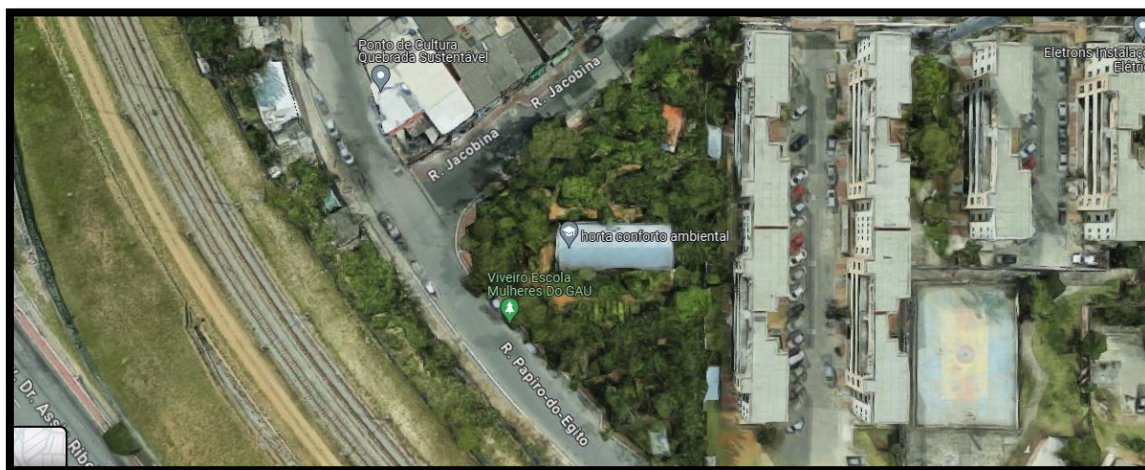
Carolina Maria de Jesus

4. RELAÇÕES DE GÊNERO E O ASSOCIATIVISMO DAS MULHERES DO GAU

4.1 A agroecologia como princípio do trabalho agrícola

O espaço da horta (Figura 10) é composto por uma área de agrofloresta em toda a sua dimensão, medindo aproximadamente 2.000 m². No centro desse espaço, foram construídos dois (02) cômodos em que funcionam a cozinha e o escritório administrativo. Esses cômodos estão inseridos numa estrutura de estufa composta por 130 m². Os cultivos estão presentes em toda a área do terreno, havendo rotação do plantio ao longo do ano, principalmente das hortaliças. No entanto, Araucária enfatizou que existem dificuldades para essa variação, pois o espaço é pequeno.

Figura 10 – Vista aérea do terreno cultivado pelas Mulheres do GAU, com destaque para a agrofloresta em toda a sua dimensão e a estrutura de estufa ao centro. É possível observar, também, os trilhos da ferrovia, assim como os prédios da CDHU nas proximidades da área.



Fonte: Google Maps (2024).

Na horta, são cultivadas árvores frutíferas, hortaliças (verduras e legumes) e plantas herbáceas como as ervas medicinais e plantas alimentícias não-convencionais (PANC). As espécies desses cultivos encontram-se elencadas no Quadro 3, assim como nas Fotografias 9, 10, 11 e 12. Além destas, ocorre o manejo da cana-de-açúcar (gramínea), orquídeas e samambaias (plantas ornamentais) na horta.

Quadro 3 – Espécies dos cultivos realizados na horta.

Cultivos	Espécies
Árvores frutíferas	Abacateiro, Aceroleira, Amoreira, Bananeira, Coqueiro, Goiabeira, Graviola, Jenipapeiro, Macieira, Mamoeiro, Mangueira e Videira
Ervas medicinais	Alecrim, Alfavaca, Babosa, Cana-Do-Brejo, Canfora, Capim-Santo, Carqueja, Erva-Cidreira, Erva-Doce, Gengibre, Guaco, Hortelã, Menta, Mucuna, Pariparoba, Poejo e Vinagreira
Hortaliças	Açafrão, Alface, Alho-Poró, Almeirão, Batata-Doce, Berinjela, Cebolinha, Coentro, Couve, Ervilha-Torta, Escarola, Mandioca, Manjerição, Orégano, Pimenta-De-Cheiro, Rúcula, Salsa e Tomilho
Plantas alimentícias não-convencionais (PANC)	Azedinha, Bertalha, Capuchinha, Ora-Pro-Nobis, Orelha-De-Macaco, Serralha, Taioba e Xaia

Fonte: Pesquisa de campo (2023).

Fotografias 9, 10, 11 e 12 – Parte das espécies que formam a agrofloresta do terreno, sendo possível observar, nas fotografias, os cultivos de tomates, bananas, mangas e os canteiros de PANC.





Fonte: Pesquisa de campo (2022).

A adubação da horta é realizada, majoritariamente, por meio das doações da Subprefeitura de Ermelino Matarazzo para a compostagem (Fotografia 13). Angico compartilhou que, atualmente, são doadas, mensalmente, 10 toneladas de resíduos orgânicos, mas que já houve meses em que receberam até 20 toneladas. Minoritariamente, se faz compostagem com as podas das árvores frutíferas, bem como utilizando as folhas que caem das herbáceas, além das cascas de alimentos após o preparo das refeições na cozinha e consumidas no local. Conforme relata Araucária, esta forma de adubação acontece em menor quantidade devido à ausência de mão-de-obra.

Fotografia 13 – A Subprefeitura entrega os resíduos orgânicos em barris tampados, conforme o registro fotográfico. Os resíduos orgânicos são destinados para a composição da compostagem.



Fonte: Pesquisa de campo (2022).

Para essa adubação feita diretamente pelas mulheres, há uma composteira na área da horta (Fotografia 14). Cabe considerar que, parte desses resíduos orgânicos, são destinados para a formação de minhocários, em que são realizadas atividades pedagógicas com as crianças da comunidade local, nas oficinas ministradas pelas mulheres.

Fotografia 14 – Composteira feita pelas mulheres do coletivo, em que se deposita a matéria orgânica para começar a decomposição dos seus nutrientes e, assim, enriquecendo a terra para o plantio e formação de minhocários.



Fonte: Pesquisa de campo (2022).

Para a horta, a origem da água utilizada na irrigação dos canteiros provém de um poço semi-artesiano presente no próprio terreno. Já na cozinha, a água utilizada é fornecida pela Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo (SABESP), sendo o seu consumo custeado pelo Governo do Estado.

As mudas (Fotografia 15) das hortaliças são obtidas por meio da compra no município de Suzano (Região Metropolitana de São Paulo), com um agricultor que possui selo orgânico. Já as mudas das ervas medicinais são adquiridas na loja chamada “*Garden*”, no município de Guarulhos (Região Metropolitana de São Paulo), as quais também são orgânicas.

Fotografia 15 – Parte das mudas orgânicas compradas para as atividades do coletivo.



Fonte: Pesquisa de campo (2022).

A origem das sementes é crioula/tradicional, sendo motivada pelos princípios da agroecologia. Sendo assim, Araçá relata que guarda as sementes dos alimentos que consomem, com a intenção de desenvolver o processo de plantar e cultivar várias vezes até que a semente se recupere, tornando-se crioula novamente. Além dessas iniciativas, Araçá também possui um banco de sementes (Fotografia 16) armazenado na casa de barro, a qual foi nomeada carinhosamente de “Casinha da Vovó”.

Como, cultivo, colho, planto, e vou fazendo essa limpeza. Porque se ele tiver algum resíduo de veneno, uma hora ele vai ficar limpo, e você sabe, o milho, qualquer coisa assim, pra ele ficar limpo, orgânico, tem que ter esse processo, esse trabalho na natureza, de plantar, colher, plantar, colher e limpar, e ficar uma coisa crioula. Ainda não fica 100%, porque a nossa terra não é tanto lá essas coisas [...] eu mesma não sou de vendas. Eu quero manter isso da troca. Quando eu te der essas duas sementes, você vai ter carinho. Quando você recebe uma coisa, se você gosta, você tem carinho. Se é contra você fala ‘ah, se perder eu compro outra’. O que eu ganhei faz diferença em toda essa história que eu tô contando. Então eu gosto de fazer troca. Como não é muita, eu gosto de passar pra multiplicar. Meu negócio é florir o solo e ter semente pra comer. Eu sou da troca. E sementes raras quando eu encontro por aí eu tento comprar, porque ninguém me dá mesmo, porque ninguém é besta... besta não, não é sabido igual eu, não gosta de multiplicar, mas

eu gosto e compro pra tentar limpar ela, e fazer uma semente saudável e trocar depois (Araçá, participante das Mulheres do GAU, 09/06/2022).

Fotografia 16 – Banco de sementes criado pela Araçá, em que se armazenam sementes crioulas nos recipientes guardados na casinha da vovó, valorizando os ensinamentos de sua mãe.



Fonte: Pesquisa de campo (2022).

O banco de sementes surgiu devido a inspiração materna de Araçá. Durante a infância na Bahia, Araçá acompanhava a mãe nas colheitas e, conforme andavam pelas plantações, guardava as sementes que encontravam pelo caminho enquanto escutava as explicações de sua mãe sobre a importância de preservá-las. Inspirada por essa lembrança e buscando materializar o cuidado com as sementes, Araçá decidiu criar o banco.

Todas as espécies de cultivos elencadas no Quadro 8 são destinadas à comercialização, bem como para o autoconsumo das mulheres. Os trabalhos realizados na horta e cozinha são a principal, e única, fonte de renda monetária somente para a metade das mulheres (Araucária, Jequitibá, Jurema e Mulungu). A outra metade das mulheres possui uma segunda fonte de renda, sendo: o Instituto Nova União da Arte

(NUA)⁵ e o projeto Quebrada Sustentável⁶ para Araçá; a pensão alimentícia para os filhos, no caso de Angico; o salário da empresa terceirizada pela CDHU para Mororó; e a produção e venda de bolos caseiros para Umburana.

Cabe enfatizar que a renda oriunda de trabalhos culinários é separada daqueles realizados nos cultivos, como explica Angico:

Tem a frente horta, a renda dela, e a frente cozinha, que é diferente. A renda da frente cozinha é dividida entre as mulheres da cozinha, e a frente horta, entre as mulheres que trabalham na horta, entendeu? Só que a nossa renda na frente horta é bem pouco, porque a gente não tem uma produção grande, que consiga ter uma renda boa. Tem mês que a gente tira R\$ 250,00, R\$ 300,00, aí quando tem as oficinas, aí a gente ganha um pouco mais (Angico, participante das Mulheres do GAU, 07/06/2022).

A comercialização das produções realizadas na cozinha e horta ocorre nos espaços do Serviço Social do Comércio (SESC), além de eventos em que são convidadas para servir *Coffee-Breaks* e no próprio espaço da horta. Houve também, durante a pandemia de Covid-19, a comercialização pela *internet* quando as mulheres produziram marmitas, na cozinha da horta, e entregavam na casa dos clientes que faziam os pedidos por meio das redes sociais.

Os produtos cultivados são vendidos para as pessoas que visitam o espaço cotidianamente (público em geral que varia da comunidade local a pessoas de outros países), com destaque para o público vegano, porque possuem uma alimentação restrita, e as mulheres preparam biscoitos, bolos, geleias, tortas e outras opções, utilizando ingredientes cultivados na horta.

As mulheres também fazem doações, sendo destinadas para a vizinhança quando procuram a horta e pedem ervas medicinais para tratar problemas de saúde, pois reconhecem as dificuldades econômicas e sociais da população local para comprar remédios farmacêuticos.

A importância do autoconsumo dos cultivos da horta na vida das mulheres está relacionada com o conhecimento da origem e a melhora dos hábitos alimentares.

⁵ Instituto Nova União da Arte (NUA) é uma organização da sociedade civil, cujo objetivo é a promoção do desenvolvimento social, econômico e comunitário no bairro Vila Nova União, por meio da arte, educação, esporte e geração de renda. Suas ações se baseiam numa diretriz político-pedagógica pautada pelo fortalecimento de uma coletividade participativa, protagonista e gestora de seus processos de inclusão social (PROSAS, 2024).

⁶ Projeto de Regeneração do Viveiro Escola União, da terra degradada com entulhos à Agroecologia, hoje com uma linda agrofloreza e técnicas de permacultura em geral (Facebook, 2024). Esse projeto busca ser um ponto de cultura socioambiental na comunidade, sendo liderado pelas Mulheres do GAU.

O coletivo de mulheres não está inserido em programas governamentais, porém, busca estratégias de comercialização por meio das participações em *Coffee-Breaks* dos eventos no SESC, fornecem alimentos para a ONG do CREN⁷, realizam oficinas na horta com o financiamento do Instituto Nova União da Arte e divulgam os trabalhos nas redes sociais em busca de novas parcerias.

No entanto, o coletivo já esteve inserido em um programa municipal, denominado Programa Operação Trabalho (POT) da prefeitura – de São Paulo, no qual o coletivo tinha vigência no Projeto Hortas e Viveiros Urbanos. O objetivo dessa política pública era a formação de agentes multiplicadores locais, para atuarem junto às organizações comunitárias e coletivos sociais na implantação de projetos de agricultura urbana que deviam gerar trabalho e renda, além de contribuir para preservar e recuperar recursos naturais na cidade (CIDADE DE SÃO PAULO, 2020). Porém, essa política pública foi encerrada em 2020, durante a pandemia de Covid-19, e prejudicou cada uma das mulheres que recebiam um salário-mínimo (no valor de R\$ 1.045,00 para aquele ano) pelo trabalho desenvolvido na horta.

A ONG que contribui com os trabalhos realizados na horta é o CREN por meio da aquisição mensal de uma parcela dos produtos cultivados. Além desta, o Instituto NUA colabora, organizando oficinas na horta em que as mulheres são remuneradas para desenvolver atividades pedagógicas com as crianças e adolescentes da comunidade local. Cabe destacar também a contribuição do CDHU, por disponibilizar o espaço para que essas atividades aconteçam.

Se não for as oficinas, como a gente tá aqui num lugar que é, tipo agrofloresta, né? Aqui a gente representa o que tem, então as hortaliças precisam muito de espaço e luminosidade, e daí como a gente tem as plantas e é mais pra consumo próprio, então a gente não consegue assim ter uma renda boa, sendo só produtos da horta. Aí o que dá uma rendazinha, pro fluxo de caixa da horta, é quando tem oficinas, se não tiver oficinas aí o fluxo de caixa da horta é mais saída do que entrada (Araucária, participante das Mulheres do GAU, 09/06/2022).

O trabalho realizado na horta não tem financiamento público ou privado. Todavia, as mulheres recebem doações de mudas vindas da população civil como a vizinhança do

⁷ O Centro de Recuperação e Educação Nutricional (CREN) é uma Organização Não Governamental (ONG) que desde 1993 atua no combate e prevenção à má nutrição infanto-juvenil. Essa ONG, que atua junto à Prefeitura de São Paulo, é o único cliente garantido mensalmente, pois compram os produtos cultivados, buscando garantir que 100% do consumo de alimentos orgânicos ou de base agroecológica na alimentação escolar do município de São Paulo seja atingido até 2026, em referência ao cumprimento da Lei 16.140/15 (CREN, 2021). O CREN também colabora com o coletivo por meio do transporte das mudas que são adquiridas em Suzano (SP), sendo entregue para as mulheres no espaço da horta.

bairro, o Instituto Nova União da Arte, os equipamentos da cozinha que foram doações aprovadas por meio de inscrição em projetos empresariais (liquidificadores e painéis pela empresa Electrolux e um fogão e geladeira pela empresa Consul), além do adubo orgânico que recebem do poder público municipal para a horta e as doações que receberam utilizando as plataformas digitais durante a pandemia de Covid-19.

É tipo uma troca, sabe? Aí eles vêm e trazem as mudas, e aí a gente dá um chazinho ou um adubo, aí vem uma conversinha e a gente começa a conversar, e começa a contar as histórias, aí eles querem saber como que a gente faz pra poder cultivar, aí a gente ensina, aí dá a vara e eles vão pescar, eles têm que saber pescar o peixe deles (Angico, participante das Mulheres do GAU, 07/06/2022).

As dificuldades para a comercialização dos alimentos cultivados estão relacionadas com a pouca mão-de-obra para a grande quantidade de demanda, fazendo com que percam alguns pedidos. Outra dificuldade está relacionada com o transporte, pois não possuem veículo para realizar as entregas desses pedidos. Dessa forma, a comercialização dos alimentos cultivados na horta é pequena, tornando o foco dessa destinação para o CREN, pois o acordo comercial está garantido.

A gente não tá tendo dificuldade não, a dificuldade tá sendo pra atender a demanda. É muita gente querendo comprar, se a gente tivesse produto aí a gente vendia, com certeza. Mas assim, uma dificuldade que a gente tem, às vezes, pra ir pra um evento, pra vender, é o transporte, né? É o que pesa muito. Porque quando a gente vai ver a venda que a gente fez, aí a gente paga o transporte, com o que sobra (Araucária, participante das Mulheres do GAU, 09/06/2022).

A comercialização das produções nos eventos do SESC é realizada em pequeno volume, pois são poucas vendas concluídas. Além dessa dificuldade econômica, também ocorre a preocupação com a data de validade dos alimentos devido ao retorno para a cozinha e passando um tempo maior de armazenamento.

Nesse caso, os ingredientes culinários ficam armazenados em armários, estantes, *freezer* e geladeira situados na cozinha. Esses equipamentos de infraestrutura são fundamentais para a concretização dos trabalhos gastronômicos, garantindo a preservação dos alimentos e a qualidade na entrega dos pedidos.

A relação com a vizinhança da horta é distante, pois as pessoas reclamam dos preços dos produtos ofertados pelas mulheres e acabam não se interessando pelo espaço, e nem buscam entender o trabalho agroecológico desenvolvido pelo coletivo. Apesar dessa situação, as mulheres gostariam de envolver a vizinhança nas atividades.

Essas reclamações advindas da comunidade podem estar relacionadas com o poder aquisitivo e a média salarial da população. Nesse sentido, o fator econômico, como uma renda suficiente para as necessidades básicas, seria essencial para possibilitar a aquisição dos alimentos, atendendo aos preços ofertados pelas agricultoras e agricultores.

É boa, tem alguns que compram. Eles têm uma certa dificuldade, porque eles querem que a gente vende pelo preço da quitanda, né? Aí a gente começa a explicar a diferença, aí tem uns que começa a provar e quer da gente, mas eles têm uma certa resistência, devido a ser o valor diferente, não é tão diferente, né? Porque a gente sabe que a gente tá no nosso local, que é uma, né... o nível de pessoas que não tá em condições tão... Daí não dá pra gente... Mas se for comprar um pé de alface no centro... Aí a gente muda um pouquinho e o pessoal já acha ruim (Araucária, participante das Mulheres do GAU, 09/06/2022).

A comunidade aqui é muito fraca. Eu falo pela cozinha, pela cozinha... A gente ganha mais com o povo de fora, do que do povo aqui dentro. Aqui dentro o povo não dá muito, querendo essas coisas que a gente faz não, apesar que eles nem gostam dessas coisas. Geleia, essas coisinhas de mato, porque eles não são, eles não gostam, então eles não são muito chegado não. Agora se for uma coisa assim que, eu gosto demais, aqueles biscoitinhos, a comunidade aqui, a gente vende mais pra fora mesmo. Aqui dentro mesmo... Se a gente fosse viver pelo povo daqui de dentro a gente morria de fome. Porque aqui dentro não tem negócio, aqui dentro não dá (Mororó, participante das Mulheres do GAU, 07/06/2022).

De um modo geral, há pouca participação da comunidade local nas atividades da horta, aparecendo pessoas voluntárias em raros momentos. Conforme Umburana, “tá muito não, voluntário aqui é meio difícil, mas esse é o contexto de todas as periferias, vem muito mais gente de fora, de outros lugares, tem um monte de gente querendo vir, mas aqui mesmo é difícil.”

A fala de Umburana relaciona a distância da comunidade local com o fator espacial, pois considera que esse distanciamento está inserido no contexto de todas as periferias, sendo uma característica presente na dinâmica das relações sociais nesses espaços. Esse contexto pode ser justificado pelas desigualdades de acesso à cultura, educação, lazer e saúde no ambiente urbano.

No geral, as mulheres costumam diariamente receber visitas na horta. São pessoas de diferentes lugares e origens, como estudantes, migrantes nordestinos, pessoas de outras comunidades periféricas, políticos, professores, representantes de instituições, sendo na maioria das vezes, intermediado pelas redes sociais.

Aqui vem pessoas de toda forma. Aqui vem pessoas que vem com problema de depressão, pessoas que vem visitar aqui e tá triste, tem pessoas que vem aqui passando problema financeiro, outro já vem com

problema familiar, e chega aqui, passa o dia com a gente, muitas vezes desabafa, conversa e sai daqui outra pessoa. Então isso é muito bom. Eu acho isso aí muito, muito bom (Mororó, participante das Mulheres do GAU, 07/06/2022).

Essas visitas são boas experiências para as mulheres, pois aprendem, ensinam e recebem afetos por meio das conversas e elogios das pessoas visitantes, melhorando o ânimo, a autoestima e a saúde emocional como um todo. Dessa forma, muitas dessas pessoas que visitam as mulheres, normalmente, acabam retornando ao espaço em outras oportunidades.

Além do cultivo agrícola, existem outras atividades exercidas diariamente no espaço da horta, como o trabalho realizado na cozinha para o preparo de almoços, as oficinas sobre educação ambiental, visitas monitoradas para apresentar os cultivos e a “casinha da vovó”.

Essa tríade de atividades exercidas está relacionada com a busca pelo empoderamento das mulheres, por meio da autonomia econômica e geração de renda. Apesar da atuação do patriarcado na divisão sexual do trabalho, bem como na desvalorização do trabalho feminino, as mulheres se organizaram coletivamente para enfrentar as imposições machistas como o trabalho agrícola considerado apenas como ajuda aos homens e o trabalho não remunerado na cozinha dos ambientes familiares, com o objetivo de produzir para a comercialização e garantir a independência econômica.

Entretanto, é preciso que as participantes permaneçam centradas na autonomia com fins de atenuar as fontes de desigualdade. Nesse sentido, as mulheres devem ser capazes, e essa capacidade passa pela abordagem cognitiva de cada uma, de estabelecer padrões que as apoiem em seu julgamento moral, ou seja, de estabelecer uma reflexão acerca de direitos e deveres para com o trabalho e dos vários papéis desempenhados por elas na sociedade como um todo (HERK, 2011, p. 71 e 72).

As oficinas (Fotografia 17) sobre educação ambiental são referentes aos temas e práticas de descarte de resíduos, reaproveitamento de materiais, como o plástico e a madeira, além da reciclagem. O objetivo é proporcionar uma experiência prática, estimulando o plantio nos canteiros e compartilhando vivências sobre os assuntos.

Fotografia 17 – Gravação da oficina sobre reaproveitamento de materiais para a matéria do Globo Rural, em que Angico estava explicando, para o grupo de estudantes, como a madeira pode ser reutilizada para a confecção de móveis.



Fonte: Pesquisa de campo (2022).

Dessa maneira, foram apresentadas as informações compartilhadas sobre a horta cultivada pelo coletivo, identificando as características agroecológicas praticadas pelas mulheres e relacionando com a alimentação saudável para o autoconsumo, comercialização e conservação ambiental.

Sendo assim, nota-se que o cultivo agroecológico praticado na horta contribui significativamente para a mudança nos hábitos alimentares das mulheres do coletivo por meio do autoconsumo dos plantios, promovendo a melhoria da saúde por meio da alimentação.

O cultivo agroecológico também colabora na parceria com a ONG do CREN junto à prefeitura municipal, pois destina a maior parte da produção para as escolas do município, o que fortalece a comercialização por meio de um acordo contínuo e garantia de venda. Além desta, o cultivo agroecológico contribuiu com outras estratégias de comercialização que buscam o consumo de alimentos orgânicos, como os *Coffee-Breaks* realizados nos eventos do SESC.

Essa forma de manejo agrícola praticado pelo coletivo também promove a conservação ambiental, para além dos cuidados com a terra e as espécies de plantas na área do terreno, realizando oficinas sobre educação ecológica e visitas monitoradas para apresentar como desenvolvem as suas práticas no espaço, compartilhando assim, os seus

aprendizados e expandindo o conhecimento para o público acerca da importância de preservar o ambiente, bem como a saúde humana.

A seguir, serão trabalhadas as atividades realizadas na cozinha e os seus produtos desenvolvidos pela ecogastronomia, buscando verificar a importância do autoconsumo e se possui relação com a melhoria da alimentação das mulheres, além das formas de comercialização para a geração de renda.

4.2 A ecogastronomia como princípio do trabalho culinário

O espaço da cozinha (Fotografias 18 e 19) foi construído pela CDHU. Cabe considerar que essa construção, inicialmente, não era para ser uma cozinha, mas funcionava ali um escritório da empresa em um cômodo construído no terreno. No entanto, quando as mulheres começaram a trabalhar na área, o coletivo entrou em contato com estudantes da Universidade de São Paulo para organizar a ampliação desse cômodo para que fosse implantada uma cozinha, além de um segundo cômodo, ao lado, para estabelecer um escritório administrativo do coletivo.

Essa organização junto aos estudantes resultou em uma campanha de arrecadação que totalizou R\$ 9.000,00 para a realização das obras. No mesmo período, também contataram a CDHU que contribuiu com mais R\$ 4.000,00, totalizando R\$ 13.000,00 para a reforma e ampliação do cômodo, a qual foi feita pela empresa por meio de um agente que fornece assistência técnica para as pessoas da comunidade.

Fotografias 18 e 19 – Espaço da cozinha, em que se realiza o trabalho culinário, por meio da ecogastronomia, para atender as encomendas solicitadas ao coletivo.



Fonte: Pesquisa de campo (2022).

Os equipamentos (Fotografias 20 e 21) utilizados na cozinha, como o fogão, geladeira e as panelas, foram adquiridos por meio de doações após suas inscrições serem selecionadas em projetos empresariais que fazem premiações para trabalhos considerados de relevância, e que são desenvolvidos por mulheres. A empresa privada Electrolux doou liquidificadores e panelas e a Consul doou um fogão e geladeira através do Instituto Consulado da Mulher, o qual é responsável pelas ações sociais da empresa. Outras doações foram feitas pelas pessoas que visitaram o espaço do coletivo.

Fotografias 20 e 21 – Equipamentos, como o fogão e as panelas, foram recebidos por meio de doações ao coletivo, sendo parte essencial da estrutura para a realização dos trabalhos culinários.



Fonte: Pesquisa de campo (2022).

Os alimentos (Fotografias 22, 23, 24 e 25) preparados na cozinha para a comercialização são: biscoitos veganos, bolos, cestas agroecológicas, esfirras veganas, geleias, pães e tortas. A partir dessas produções, são montados os *Coffee-Breaks* para os eventos em que são convidadas. Há também o preparo de pratos de comida para servir nos almoços na área de convivência ao lado do espaço da cozinha. O objetivo é produzir a refeição da horta para a mesa, por meio da ecogastronomia, despertando a importância da alimentação fresca e saudável.

Então, porque, aqui desde quando as mulheres do GAU foi falado assim, é da horta pra mesa, então ficou uma coisa que é assim, quando vai explicar, é tira dali e já vai pra cozinha, e já apronta tudo, você entendeu? Então é da horta pra cozinha, ‘ah, eu quero fazer alguma

coisa', não precisa ir comprar, vai ali, pegou, foi lá e fez. É da horta pra cozinha (Mororó, participante das Mulheres do GAU, 07/06/2022).

Fotografias 22, 23, 24 e 25 – Cesta com pães caseiros, geleia artesanal, bolo com PANC em sua superfície e o biscoito vegano feito a partir da casca de banana, demonstrando alguns resultados dos trabalhos ecogastronômicos produzidos pelo coletivo.



Fonte: Pesquisa de campo (2022).

O conceito da ecogastronomia possui origem na ascensão dos movimentos sociais durante as décadas de 1960 e 1970, marcado pelas críticas ao processo capitalista de produção industrial, o qual provocou mudanças significativas na agricultura e, consequentemente, nos hábitos alimentares da população, assim como impactou os ambientes naturais para fins de produção agrícola e agropecuária. Conforme Pinheiro (2020):

De outro modo, a partir da década de 1970, percebe-se uma contratendência. Surgem movimentos de resgate dos hábitos alimentares tradicionais e de preservação dos recursos da sociobiodiversidade – como *Slow Food*, *Locavore*, *Farm to Table* – que, em diversas medidas, trazem à tona o caráter político da alimentação, em um processo de empoderamento dos extremos da cadeia de produção – produtor e consumidor – promovido pelo

crescente debate sobre a natureza interdisciplinar do fazer e do comer comida [...] Rapidamente, o foco do movimento no consumidor – em que contam o sabor e a qualidade do alimento – passa a questões mais amplas e complexas, como o meio ambiente, através do conceito de ecogastronomia, e às demandas de produtores rurais, comunidades agrícolas e povos tradicionais (PINHEIRO, 2020, p. 3).

Dessa forma, estimula-se a reflexão acerca da origem dos alimentos consumidos pela população, especialmente urbana. Considerando que “O termo ecogastronomia define um novo olhar, mais amplo e responsável, sobre as formas de pensar e produzir o alimento” (PINHEIRO, 2020, p. 4), surge um método culinário preocupado com a conservação dos ecossistemas para a produção dos alimentos, bem como a valorização da saúde humana que os consome.

O ecogastrônomo tem, portanto, a consciência de que, quando pensamos e produzimos o alimento, geramos impacto em diferentes esferas e em escala temporal, pois o alimento tange o material e o imaterial – sabor, nutrição, linguagem, simbolismo, tradição, cultura, ecossistemas – em interação contínua (PINHEIRO, 2020, p. 9 e 10).

Esse método culinário busca, além da produção sustentável de alimentos, aproximar as pessoas inseridas na produção agrícola com o público consumidor, pois considera fundamental a prevalência dessa relação social na comercialização dos alimentos, contribuindo para a consciência ambiental e social de quem produz e quem consome.

A agroindústria à base do sistema alimentar hegemônico, atualmente, representa a antítese da ecogastronomia e do desenvolvimento sustentável. A globalização alimentar, associada à especialização regional, resultam no distanciamento entre o local de produção do alimento e seu consumidor final (PINHEIRO, 2020, p. 10).

Referente à divisão e organização do trabalho das mulheres na produção culinária, as funções são divididas de acordo com a afinidade e preferência individual pelas receitas, pois uma pode considerar mais fácil preparar esfirras, enquanto outra pode considerar que sejam os pães, por exemplo, facilitando assim a produção dos alimentos.

Essa divisão se faz coletivamente, por meio dos princípios da economia solidária, considerando que “A abordagem solidária se reveste de relações pessoais e sociais de forma a contribuir para o bem comum” (HERK, 2011, p. 55). Dessa forma, a organização das mulheres valoriza o trabalho culinário e a produção de alimentos, combatendo a exploração e invisibilidade pelo patriarcado dessa atividade essencial para a (re)produção humana.

Apesar desses obstáculos criados pelo patriarcado, o coletivo consegue obter renda suficiente para as necessidades básicas individuais por meio da entrega dos pedidos solicitados, principalmente, pela *internet*. Sendo assim, “[...] o maior desafio da economia solidária é buscar um novo recorte para relações interpessoais e de gênero, ou seja, proporcionar maior autonomia e capacidade de conhecimento, no intuito de abrir novas possibilidades de atuação” (HERK, 2011, p. 72).

Na organização do trabalho culinário, as tarefas acontecem de acordo com a demanda diária, sendo fixada uma lista dos afazeres na parede da cozinha e o desenvolvimento dos trabalhos a partir dela.

O motivo para a produção de alimentos culinários envolve o aumento na renda das mulheres, pois a geração de renda por meio dos cultivos da horta era baixa e insuficiente para suprir as necessidades básicas.

A gente tentou dois anos, dez pessoas, era homem e mulher, não chegava a 200, era 180, e trabalhava de domingo à domingo; aí chamaram um agrônomo, todo mundo conhece ele no Cinturão Verde, ele mediu tudo, pensou, fez o cálculo e veio um dia aqui e falou: gente, vocês trabalhando aqui, de domingo à domingo, com o tamanho dos canteiros tudo, ninguém tira mais do que R\$ 200,00 em 10 pessoas. Aí foi quando a gente pensou em migrar, e foi quando migramos para os cosméticos. Aí por isso foi levantada a cozinha na época. Na cozinha agora, tá tirando R\$ 1.200,00, R\$ 1.400,00, R\$ 1.600,00 dependendo do mês, né. Mas é trampo, não é assim não (Umburana, participante das Mulheres do GAU, 08/06/2022).

Houve a produção de cosméticos, para higiene pessoal, pelo coletivo durante o período inicial de formação do GAU. Na época, ao mesmo tempo que se uniram para a recuperação ambiental de um terreno no bairro, também trocaram informações estratégicas para a obtenção de renda. As trocas resultaram na produção e comercialização de cosméticos orgânicos para uso de higiene pessoal, como, por exemplo, sabonetes artesanais.

As dificuldades da produção culinária estão conectadas com a sobrecarga de tarefas devido a participação de poucas mulheres na realização das funções, e com a ausência de apoio econômico para facilitar o desenvolvimento e ampliação dos trabalhos culinários.

Aqui a gente não tem aquele apoio, de nada, de governo, nós não tem apoio de nada, sabe? Aqui é nós por nós mesmo. Então era bom que surgisse, né, dependendo de Deus, e que desse a mão pra isso aqui crescer cada vez mais. Porque o nosso plano aqui, nós da cozinha, era transformar isso aqui tudo num restaurante, assim, com tudo isso aí, mas alguma coisa bem organizada. Lá na frente fazer uma casinha pra esperar as pessoas, tudo arrumadinho, mas cadê verba? Não tem. Então

esse é o nosso plano. Fazer um fogão de lenha aqui, era tudo isso aí, plano nosso. Fazer aquelas casinha, aquelas cabana, bem bonitinha, pras pessoas chegar, sentar. Ter um dia de lazer, num domingo, ‘ah, fulano, vamos marcar, hoje vou passar o dia aí’, e a pessoa puder chegar e sentar ali, conversar, comer, beber e sair satisfeito. Mas falta dinheiro, o dinheiro não dá (Mororó, participante das Mulheres do GAU, 07/06/2022).

Entre as atividades exercidas pelo coletivo, a preferência pela culinária foi escolhida pela Jequitibá, Mororó, Mulungu e Umburana. O principal motivo pela preferência envolve o desconhecimento sobre a natureza e as formas de manejo para cuidar dos cultivos, ao mesmo tempo em que entendem e gostam do trabalho culinário.

Essa ausência de conhecimento sobre as técnicas do trabalho agrícola pode estar relacionada com a desigualdade de gênero, por meio da divisão sexual do trabalho, em que há a exclusão das mulheres nas atividades agrícolas, desde o plantio às colheitas, sendo uma tarefa, culturalmente, destinada ao gênero masculino. Nesse sentido, ressalta-se que “[...] a discussão sobre gênero deve ser foco de espaços direcionados à reflexão de práticas que minimizem as desigualdades e a exclusão da mulher no campo do trabalho, seja ele qual for” (HERK, 2011, p. 35).

Apesar da cultura patriarcal, a preferência pelo manejo na horta foi escolhida por Angico, Araçá e Araucária. A motivação da escolha envolve o contato humano com a terra e a natureza, e porque possuem mais habilidade com o trabalho agrícola.

Jurema foi a única que compartilhou gostar das duas atividades na mesma intensidade, se destacando por ser a única do coletivo que trabalha tanto na horta como na cozinha ao mesmo tempo, dividindo-se em duas funções diferentes na divisão prévia das tarefas.

Não há dificuldade para a comercialização dos produtos culinários, pois recebem muitos pedidos para preparar os alimentos com os quais trabalham. Esses pedidos são chamados pelas mulheres de encomendas, as quais são entregues no endereço da pessoa ou instituição após a conclusão do trabalho culinário.

As entregas das encomendas podem acontecer de forma presencial ou por aplicativo de celular. Presencialmente, as mulheres se organizam para formar um grupo que se deslocará para a instituição e realizar a entrega. Habitualmente, ocorre durante eventos acadêmicos, culturais e sociais organizados em bairros centrais da cidade.

Assim, o deslocamento se faz por meio do transporte público, utilizando as linhas de trem, metrô e ônibus para realizar as viagens. No entanto, as mulheres destacaram o significativo custo com as passagens, apontando para a diminuição do ganho econômico

com as entregas das encomendas nos eventos, resultando em dificuldades econômicas para o coletivo.

Virtualmente, as entregas costumam acontecer pelos aplicativos de viagens para celular, como, por exemplo, a *Uber*. Habitualmente, esses pedidos provêm de pessoas físicas, e não de instituições. Essa forma de encomenda se fez presente, com maior frequência, durante a pandemia de Covid-19, sendo um mecanismo fundamental para a garantia de renda das mulheres naquele período.

Por fim, cabe destacar que todas as mulheres do coletivo se alimentam diariamente dos produtos culinários elaborados por elas. Com isso, verifica-se a importância da produção do autoconsumo para a melhoria da alimentação e a comercialização para a geração de renda, considerando que o trabalho de culinária com produtos orgânicos colabora tanto para os hábitos alimentares mais saudáveis, quanto para o aumento na renda das mulheres, agregando valor na comercialização.

No próximo tópico do capítulo, será discorrido sobre a economia solidária como método do trabalho coletivo, destacando as características encontradas na prática organizativa das Mulheres do GAU e relacionando com as fundamentações teóricas.

4.3 A economia solidária como princípio do trabalho coletivo

A organização coletiva das Mulheres do GAU pode ser relacionada com os princípios da economia solidária, a qual serve como orientação para as relações sociais e econômicas, assim como nas decisões políticas entre as mulheres, conforme enfatizaram nas entrevistas. Assim, buscam articular capital, trabalho e cooperação perante as demandas cotidianas, as quais, mesmo não inseridas no mercado de trabalho formal, criam redes de comercialização e solidariedade.

Ao total, foram oito (08) mulheres entrevistadas para a pesquisa. Entretanto, essa não é a totalidade das participantes das Mulheres do GAU. Normalmente, a composição do grupo é maior, porém, com variações temporais, pois novas integrantes se aproximam e depois se afastam, saem e posteriormente retornam, dependendo do contexto de cada mulher. Aquelas com maior constância e permanência no coletivo foram selecionadas para responder as perguntas e contar as suas trajetórias, assim como sobre a formação do grupo.

As mulheres optaram por trabalhar de forma coletiva porque estimula o fortalecimento e a união entre as pessoas, promovendo um ambiente de trabalho acolhedor e agradável, formando assim, amizades e parcerias.

Eu acho que a vida em si, tanto a associação quanto uma empresa normal, a gente trabalha em grupo, sempre vai trabalhar em grupo, não dá pra trabalhar sozinho. Não dá. E a associação é só uma... uma desculpa. Foi só uma desculpa. Porque uma empresa você vai trabalhar com não sei quantas pessoas, é trabalho em grupo. Se eu trabalho como vendedora, vai ter mais meninas, é trabalho em grupo. Então tudo é trabalho em grupo, mesmo você trabalhando na sua casa, eu sou casada, meu marido tá em casa, ele vai me ajudar, vai acabar sendo uma atividade entre eu e ele. Dá pra trabalhar sozinho, dependendo do que você for fazer na sua vida, mas na maioria dos rolês a gente quer ser grande, e pra ser grande a gente tem que trabalhar com pessoas (Jequitibá, participante das Mulheres do GAU, 06/06/2022).

Outro motivo para a organização coletiva envolve a visibilidade do trabalho, atraindo o interesse de empresas e instituições para desenvolver ações e projetos sociais no espaço da cozinha e horta do coletivo, contribuindo para a geração de renda das mulheres.

Porque coletivo dá mais visibilidade. Se não fosse pra trabalhar em grupo, eu tava na minha casa fazendo isso. Vou ser sincera pra você. Se eu visse que coletivo ele não dava assim, uma visibilidade, assim, porque essas empresas quando elas te contratam, quando elas contratam um coletivo social, essas coisas, é uma ação social, eles ficam bem visto (Umburana, participante das Mulheres do GAU, 08/06/2022).

Sempre houve resistência. E as mulheres negras têm resistido historicamente de diversas formas. Atualmente, o engajamento em movimentos sociais, associações de bairros e grupos de economia solidária têm proporcionado o protagonismo da luta destas mulheres, de diferentes gerações, que distantes de qualquer resignação, buscam incessantemente melhores condições de vida para si, suas famílias e suas comunidades (PAULA; MARES, 2022, p. 64).

Tais motivações evidenciam as estratégias selecionadas pelo coletivo de mulheres em busca da autonomia no âmbito econômico, social e político, sendo que “as mulheres que participam desses movimentos sociais travam uma luta contra uma segregação socioespacial de gênero [...] podem protagonizar e organizar lutas por uma cidade que inclua os seus interesses, superando as opressões de uma cidade desigual, patriarcal e racista” (*Ibid*, p. 65).

Nesse sentido, a organização coletiva proporciona experiências sociais e políticas que, normalmente, prezam por mudanças nas estruturas que sustentam as desigualdades existentes. O diálogo e as relações de solidariedade com outros grupos fortalecem essa

luta e resistência diante do modo capitalista de produção, alterando as práticas no espaço urbano.

O espaço urbano [...] apresenta-se, por um lado, formado por uma materialidade e um conjunto de práticas sociais funcionais à reprodução do modo de produção capitalista e dos procedimentos cotidianos definidos por ele. Por outro lado, ele também apresenta diversas realidades de convivência de pequenos grupos de interesse que se segregam, se evitam, se aproximam, alterando a funcionalidade das práticas, as próprias condições materiais dos lugares e os códigos de identificação e representação de si mesmos e dos outros, com os quais co-habitam a cidade (TURRA NETO, 2013, p. 9).

Os trabalhos praticados na horta e cozinha são coletivos desde o início da trajetória, cabendo lembrar que nos primeiros anos da organização havia a participação masculina e o nome do coletivo era apenas Grupo de Agricultura Urbana (GAU). Posteriormente, aconteceram desentendimentos e decidiram, em 2016, alterar a forma de organização, expulsando os homens que trabalhavam na horta e passando a aceitar apenas mulheres. Assim, surgiu a nomenclatura Mulheres do GAU.

Essa alteração na organização coletiva se deve as mulheres priorizarem mecanismos que estimulassem o empoderamento feminino, proporcionando a independência econômica e relações sociais de solidariedade, em contraposição à dominação masculina e imposições patriarcais que haviam enfrentado no grupo até aquele momento.

Nesse sentido, pode-se pensar que o empoderamento das mulheres poderia representar um desafio às relações patriarcais, significar uma mudança na dominação tradicional dos homens sobre as mulheres, na busca de lhes proporcionar garantias e autonomia. O processo de empoderamento da mulher pode trazer à tona, por conseguinte, uma nova concepção de poder, assumindo formas mais democráticas, construindo, assim, novos mecanismos de responsabilidades coletivas, de tomada de decisões e responsabilidades compartilhadas (RUI, 2019, p. 55).

No cotidiano, não há uma escala de trabalho, porém as tarefas são realizadas ao mesmo tempo, pois se articula a divisão em três funções distintas: 1) Manejar os cultivos agrícolas; 2) Cozinhar e preparar alimentos; 3) ministrar oficinas e monitorar visitas. A organização coletiva proporciona a divisão prévia das tarefas, e o critério para designar as funções envolve a afinidade e habilidade individual de cada mulher, selecionando o trabalho de sua preferência.

Assim, demonstra-se, na prática, a importância das relações de gênero na organização coletiva. Essa articulação para dividir os trabalhos almeja ser justa e

igualitária entre as participantes, por meio de relações democráticas e solidárias, possibilitando eliminar, ou atenuar, formas de dominação e exploração no grupo.

Sendo assim, as relações de gênero nos mostram que até então não existiam relações igualitárias nos espaços públicos e privados. Ao entender que sexo também é político, pois nele contém relações de poder, o feminismo rompe com os modelos tradicionais e aponta também para um caráter subjetivo da opressão (RUI, 2019, p. 38).

Ressalta-se que essa é uma divisão prévia, ou seja, pré-estabelecida. Na prática cotidiana, ocorre a flexibilização das funções para facilitar o desenvolvimento dos trabalhos, gerando alterações nas funções entre as mulheres. O motivo dessa flexibilização está relacionado com a alta demanda de tarefas, e pouca mão-de-obra para exercer as funções, gerando a sobrecarga de trabalho entre as mulheres.

A remuneração ocorre de acordo com a tarefa realizada e a sua respectiva função, sendo uma renda específica para a horta, outra para a cozinha, que também se difere das oficinas. Essas funções são chamadas de “frentes” pelas mulheres, para reforçar a divisão das tarefas e contribuir com a organização coletiva.

A remuneração é distribuída de forma igualitária em todas as três frentes de trabalho. Ao final do mês, uma das mulheres em cada frente organiza o fluxo de caixa (dinheiro que entra e sai das comercializações) e realizam o pagamento para as companheiras em suas respectivas funções desempenhadas. Entretanto, o fluxo de caixa para cada frente de trabalho corresponde a valores monetários diferentes, pois cada atividade gera um produto específico, com custos de produção variados (como, por exemplo, a aquisição de ingredientes para o trabalho culinário e/ou o consumo de água durante o manejo agrícola) e o seu respectivo preço para a comercialização.

As mulheres enfatizaram que o coletivo não possui liderança(s), sendo uma forma de organização que preza pelas relações igualitárias em todas as tarefas que envolvem o grupo. Apesar das diferentes funções desempenhadas entre as participantes, o foco está nas relações democráticas e trocas justas na divisão dos trabalhos. Assim como a tríade de tarefas para a geração de renda no coletivo (agrícola, gastronômica e pedagógica), as funções referentes a gestão coletiva também são divididas de acordo com a subjetividade de cada mulher.

As funções da gestão coletiva envolvem a administração das relações econômicas, sociais e virtuais. As questões financeiras voltam-se, principalmente, a distribuição da remuneração para cada participante, assim como os custos de produção. As questões sociais visam a conexão de parcerias para a comercialização e criação de redes solidárias.

Por fim, as questões virtuais estão relacionadas com a divulgação dos trabalhos nas redes sociais.

Considerando a quantidade de tarefas organizadas de forma coletiva, acaba sendo natural que apareçam conflitos e/ou dificuldades nas relações sociais e decisões que envolvem o grupo. Nas entrevistas, houve o destaque para as discordâncias ocasionadas pelos posicionamentos diferentes, tanto na forma de pensar quanto na execução das tarefas, gerando conflitos e discussões para se chegar em um acordo.

A desvantagem que eu acho do grupo é não ser muito unida, né? Podia ser mais. Eu acho que o grupo devia ser mais unido para aquilo crescer. Porque muitas vezes não é, e devia ser. Como diz o povo: uma andorinha só não faz verão, né? Então tem que ser um grupo, assim, se uma cair, a outra levanta (Mororó, participante das Mulheres do GAU, 07/06/2022).

A desvantagem é você ter um equilíbrio, pra saber lidar com pensamentos diferentes, pessoas diferentes, tem que ter coerência, tem que ter paciência, porque às vezes chega no limite. Nem sempre as pessoas demonstram uma coisa, por exemplo: você pega uma pessoa, a pessoa tá super disposta, faço isso, faço aquilo, e quando chega na realidade, a pessoa mentiu e chega na hora de fazer o serviço, não faz o serviço, e você tem que tá no pé pedindo pra ela fazer, sobrecarrega os outros, é complicado viu? Muito complicado. A desvantagem é essa, saber lidar com as pessoas. Às vezes, a gente é incompreendido (Araucária, participante das Mulheres do GAU, 09/06/2022).

As vantagens para trabalhar coletivamente envolvem os afetos e vínculos criados a partir dessa forma de organização, pois são feitas amizades que se fortalecem durante a realização das tarefas para alcançar os mesmos objetivos de vida.

A vantagem pra mim foi ter mais conhecimento com as pessoas, né. Porque no momento que eu cheguei aqui pra trabalhar com o coletivo, eu tive a oportunidade de conhecer pessoas lá fora, né. Pessoas que eu não conhecia, pra mim foi bom, pra ter um conhecimento melhor. Que eu nem, eu era uma pessoa assim, que nem falava muito. Ficava quieta no canto, tinha vergonha. Essa é a verdade, vergonha. Gostava de ficar mais quieta no canto. Hoje não. Hoje eu já falo um pouco, hoje já dá pra mim falar com as pessoas, então pra mim foi melhor, né (Mororó, participante das Mulheres do GAU, 07/06/2022).

No grupo, apenas Araçá, Jurema e Umburana tiveram experiências anteriores de trabalho coletivo. Para Angico, Araucária, Jequitibá, Mororó e Mulungu, essa é a primeira experiência nessa forma coletiva de organização.

Houve a oferta de cursos ministrados para as mulheres sobre os trabalhos desenvolvidos pelo coletivo envolvendo diversos assuntos, tais como: agroecologia, cuidados com as árvores, higiene na cozinha, cultivo de hortas, natureza, organização

financeira, plantações, plantas medicinais e trabalho com vendas. Alguns desses cursos foram ofertados pela prefeitura de São Paulo, e outros foram pelo Instituto Consulado da Mulher.

Entretanto, houve obstáculos para a realização de cursos para formação devido à jornada dupla das mulheres entre os trabalhos desenvolvidos pelo coletivo na horta e cozinha, e os cuidados maternos no ambiente doméstico.

Aí ele tá parado lá, a minha filha faz mesas de mármore, né? Aí ele tá parado. Aí eu chego em casa, e tá lá ele, deitado... Aí eu falo: Por que você não foi adiantando um arroz, um feijão, tem que esperar eu chegar? Aí eu chego, tenho que dar banho na menina, fazer comida... Não faz, não cozinha um ovo. Eu poderia estar fazendo outras coisas, né? Igual esses dias surgiu um curso aqui pra confeitaria bolo, nossa, eu adoraria aprender, mas não tenho como [...] é porque assim, como eu tenho essa menina pequena, eu moro mais longe, às vezes tem um curso, tinha curso, do consulado, tudo, só que eu não podia participar, porque eu tenho horário pra pegar ela na creche. Eu venho mais mesmo, faço as produção, e saio correndo. Ter tem os cursos, mas eu não participo (Mulungu, participante das Mulheres do GAU, 09/06/2022).

De vez em quando a gente tá se inscrevendo em umas *live* da vida... É porque eu tenho a minha filha, e a noite é difícil, às vezes eu quero participar, e aí ela chega da escola, e tem que tomar banho, tem que jantar, daqui a pouco quer brincar, ela quer brincar primeiro, viu? (risadas) Eu tô com uns livros lá que é pra mim ler, e aí eu vou deitar com ela, aí eu falo assim: ‘eu vou levantar pra ler o livro’. Quem disse que eu levanto? Por causa do cansaço, né? [...] a gerente social do CDHU, teve uma época que tava dando um pessoal aqui da USP, né? Daí ela falou pra gente, que se alguém quisesse ela conseguiria bolsa pra gente tá fazendo o curso, mas aí fui falar pro meu marido e ele não me apoiou, e a minha filha era pequena, né? A minha filha era pequena então não tinha como... Nunca teve o costume de trocar a fralda dela... Machista, né? Homem machista. Aí eu fiquei com dó, né. E hoje mesmo eu ainda fico pensando: ‘meu Deus, eu vou ter coragem de enfrentar a jornada dupla, esse homem machista, que não ajuda em nada. Quando você tem uma pessoa que ajuda, você chega em casa e já tem uma jantinha pronta... Eu chego em casa e vou fazer marmitta, é marmitta que ele leva, viu? Hoje mesmo tenho que cozinhar feijão, já tô imaginando... Às vezes eu saio daqui tarde, mas eu já tô imaginando o que é que tem em casa pra fazer. Aí já sei que hoje tem feijão, e já não posso sair muito tarde (Araucária, participante das Mulheres do GAU, 09/06/2022).

Novamente, nota-se a presença da divisão sexual do trabalho, por meio das relações patriarcais e dominação masculina, ocasionando em uma gama de prejuízos para as mulheres, como a perda na formação profissional, a sobrecarga de trabalho no ambiente doméstico e o desgaste físico e mental. Assim, reforça-se a desigualdade de gênero ao mesmo tempo que se torna ainda mais necessário o combate dessas desigualdades,

apoiando-se em estratégias de empoderamento feminino, com o intuito de formar consciência social para encontrar um caminho de autonomia em relação aos homens.

O objetivo principal do empoderamento é a tomada de consciência e das próprias competências, não é somente construir uma sociedade de mulheres empoderadas, porém isoladas, mas contribuir para a construção de uma nova ordem socialmente justa e politicamente democrática. Sendo assim, ninguém contesta que o poder seja central na discussão sobre gênero. Para além de definir gênero como uma privilegiada instância de articulação das relações de poder, a noção de empoderamento vem buscando a participação e a integração por meio da igualdade e do fim da subordinação das mulheres (RUI, 2019, p. 58).

A desigualdade de gênero foi evidenciada na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio Contínua realizada em 2022, em que a população com 14 anos ou mais de idade dedicava, em média, 17 horas semanais aos trabalhos domésticos e/ou cuidado de pessoas, sendo 21,3 horas semanais para as mulheres e 11,7 horas para os homens (IBGE, 2023).

Nessa pesquisa, também, se revelou que o Nordeste tinha as menores taxas de realização de trabalhos domésticos, para o total (81,1%), para os homens (71,6%) e para as mulheres (89,7%). A desigualdade racial apresentou que as taxas de realização de trabalhos domésticos pelas mulheres brancas (90,5%), pretas (92,7%) ou pardas (91,9%) são sempre mais altas que a dos homens dos mesmos grupos de cor ou raça (80,0%, 80,6% e 78,0%, respectivamente) (*Ibid*, 2023).

Sobre o tema da agroecologia, as mulheres reconhecem a importância da prática, informando a preocupação com as próximas gerações, a valorização dos recursos naturais e interações respeitosas, tanto com o ambiente quanto com as pessoas.

É o estudo da terra, é o trabalho limpo sem nenhum tipo de agrotóxico, é o teu conhecimento das plantas amigas, que você pode tá plantando junto, variedades de plantas, né, como podem ser frutíferas ou ornamentais, árvores, e você fazer o plantio sem desmatar, sem queimar, entendeu? E conseguir fazer um plantio conciliando com a natureza, sem prejudicar o meio ambiente (Angico, participante das Mulheres do GAU, 07/06/2022).

Eu acho que é uma maneira da gente respeitar a natureza, se você respeita a natureza você vai tá respeitando as pessoas, né? Agroecologia é entender a natureza, você vai tá cultivando e ao mesmo tempo vai tá preservando o meio ambiente, pensando nas próximas gerações, né? (Araucária, participante das Mulheres do GAU, 09/06/2022).

No que se refere ao uso das sementes transgênicas na agricultura, as mulheres se posicionam de forma contrária, porque modifica a naturalidade da semente, a qual se torna

mais resistente aos venenos aplicados nas lavouras, prejudicando assim a saúde de quem as consome.

Então, é uma coisa que agride muito, modifica toda a natureza, porque ali passa por uma transformação... Eu tava vendo uma matéria esses dias, que essas sementes que eles modifica, eles modifica pra tudo, né? Pra mudar várias características. Eles modifica até pra ser resistente aos venenos. Quer dizer, eles taca veneno lá sabendo que ela vai, né, resistir, daí a gente se ferra, porque a semente resiste e a gente? Nossa, meu, eu vi que até a depressão, disse que aos pouquinhos vai desenvolvendo, até a depressão, já pensou? Autismo nas crianças, meu Deus! (Araucária, participante das Mulheres do GAU, 09/06/2022).

Em relação ao uso de agrotóxicos, também se expressam contrariamente porque contamina a alimentação das pessoas, além da natureza, fazendo com que se desenvolvam doenças em quem consome, concomitantemente aumentando os lucros de quem produz dessa forma.

Eu acho que aí é envenenar a população, quer acabar de extinguir ela, gerar doença, levar doença pro povo. Isso aí é uma parte do agronegócio aí, que eles querem ganhar, e pouco tá se importando com o que as pessoas estão consumindo, porque se tivessem pensando na saúde coletiva... E o governo não toma atitude disso aí, né. O que gera a máquina é o dinheiro, pouco se importa com o que os outros tão comendo (Umburana, participante das Mulheres do GAU, 08/06/2022).

A Reforma Agrária é um assunto desconhecido pela maioria das mulheres, com as exceções de Angico e Umburana que expressaram as suas indignações sobre as condições de acesso à terra para trabalhar com os cultivos. Angico mencionou a relação de solidariedade com um assentamento rural da região que realizou doações de alimentos orgânicos⁸ para o coletivo de mulheres, demonstrando a importância da Reforma Agrária na relação entre o campo e a cidade.

As atividades do coletivo acontecem nos espaços da cidade de São Paulo. Entretanto, a maioria das participantes é constituída de migrantes nordestinas condicionadas pelos processos de espoliação ocasionados por latifundiários locais. As memórias e experiências vividas nos espaços rurais nordestinos, estimularam a realização das práticas agrícolas nos espaços urbanos da capital paulista. Assim, o debate sobre a Reforma Agrária pode se inserir na trajetória das Mulheres do GAU.

⁸ Ressalta-se, novamente, como discorrido no Capítulo I, sobre as diferenças entre alimentos agroecológicos e orgânicos, pois, frequentemente, as pessoas se referem às produções agroecológicas como orgânicas. Nesse sentido, aponta-se para a necessidade do debate sobre a agricultura e as suas formas de produção, o qual poderia estar incluso na assistência técnica às agricultoras e agricultores do campo e da cidade, por meio de cursos formativos.

Terra pra todos, tem muitas terras aí que são produtivas e tão com uns fazendeiros que não liga pras terras que tem, e muitos agricultores que precisa de um pedaço de chão, que precisa produzir, que se a gente bater de frente a gente consegue, porque você vê que a Reforma Agrária que veio em muitos assentamentos que tem, a gente já recebeu doações para panelaço, ali na Patriarca, só de produtos orgânicos que veio dos assentamentos, então sou a favor (Angico, participante das Mulheres do GAU, 07/06/2022).

Meu Deus do céu, isso aí é uma vergonha pro Brasil, tantos anos, e passa, e quando eu ia viajar que eu olho, eu vejo aquele mundão, com aquela cerca lá, eu digo olha aí, tanta gente precisando e tá aí, o cara deixa lá aquele espaço sem produzir nada, só esperando subir o terreno na especulação imobiliária, e ninguém toma uma atitude, e quando invade é ‘os maloqueiros, não sei o que’, o que eu penso é isso. Porque se a pessoa não produz, tem que deixar quem quiser produzir. Se a pessoa não mora, tem que deixar quem quiser morar (Umburana, participante das Mulheres do GAU, 08/06/2022).

Os discursos politizados de Angico e Umburana apontam para a desigualdade no acesso à terra, marcado pela concentração fundiária por um grupo minoritário em detrimento da maioria espoliada, sendo intensificado durante a modernização da agricultura brasileira, ocasionando no aumento da desigualdade social e econômica da população.

Para as mulheres, a importância da agricultura familiar envolve um caminho possível rumo ao aumento da promoção de alimentos saudáveis para a população, porém, enfrentam muitas dificuldades para desenvolverem os seus trabalhos e acabam, oportunamente, utilizando agrotóxicos nos cultivos.

Importante pra gerar renda pras pessoas, e levar também esse contexto, porque eles também produz muito orgânico, né, a maioria das famílias, poucas, vou dizer também que não tem, tem agricultura familiar que usa veneno. Mas a maioria delas não usa, e também é o contexto de levar a comida saudável (Umburana, participante das Mulheres do GAU, 08/06/2022).

Sobre a importância de mulheres na agricultura, as entrevistadas destacaram o jeito amoroso, carinhoso, corajoso, cuidadoso e protetor no tratamento com as plantas, além da força e liderança para enfrentar os obstáculos e alcançar os mesmos resultados obtidos pelos homens.

Primordial, porque mulheres sempre foram tidas como um segundo setor, né? ‘Os homens é forte’, aí você vai em outros lugares e você vê mulheres fortes na agricultura que antes não era enxergada, né? Porque a agricultura era tida por homens, as mulheres eram aquelas que faziam um chazinho, era mais da culinária e os homens que eram o forte na agricultura, e hoje a gente vê que hoje em dia era tudo tabu, mentira (Umburana, participante das Mulheres do GAU, 08/06/2022).

Nesse caso, Umburana demonstra o amadurecimento da consciência social perante as relações de gênero, desmistificando o papel histórico atribuído pelo patriarcado, às mulheres. Percebe-se a importância do empoderamento para o reconhecimento das competências, contribuindo para a autonomia feminina e igualdade de gênero.

Houve experiências de trabalho com homens na agricultura e não foram boas, porque as entrevistadas reclamaram sobre a desigualdade no cumprimento das atividades, na presença para trabalhar e o pagamento ao final. Conforme o compartilhamento das informações, os homens não queriam realizar os trabalhos, fazendo com que sobrasse para as mulheres concluírem, mas no dia do pagamento havia cobranças por parte deles para receber o valor total de um serviço feito pela metade.

Aqui mesmo, as meninas falou que antigamente, antes de ser, não era mulheres do GAU, era GAU, aí trabalhavam homens e mulheres, e tinha dia que as meninas estavam pegando na enxada e os homens estavam deitados debaixo da bananeira, então tipo a mulherada, e na hora da repartição todo mundo queria receber igual, então é complicado trabalhar assim, se as mulheres tomar, pegar na enxada porque você não vai pegar também, né? (Jequitibá, participante das Mulheres do GAU, 06/06/2022).

Segundo as mulheres, existem diferenças de gênero no trabalho agrícola por causa do machismo presente nas relações, considerando que ganham menos que os homens, ao mesmo tempo em que trabalham mais, gerando desigualdades econômicas e na divisão social do trabalho concomitantemente, sendo este um reflexo de todos os setores da economia, para além da agricultura.

Outra motivação que estimula as diferenças de gênero na agricultura está relacionada com o estereótipo social sobre a mulher delicada e frágil com a finalidade de cumprir os trabalhos domésticos, e o homem bruto e forte com o intuito de cumprir os trabalhos braçais nas lavouras.

Então, pela questão do machismo, o homem chega a ganhar mais, eu também escutei uma reportagem que tava falando que as mulheres de uma localidade, elas eram agricultoras e ganhavam menos que os homens, desenvolvendo as mesmas atividades. Acho que em tudo, né, em todos os setores, né? (Araucária, participante das Mulheres do GAU, 09/06/2022).

Assim, compreende-se as motivações que levaram à formação das Mulheres do GAU, verificando as características das relações sociais e econômicas presentes na organização coletiva ao longo de sua trajetória. Nota-se a ocorrência de problemas e

dificuldades vivenciadas pelas mulheres desde o início da trajetória, considerando as relações desiguais de gênero diante do trabalho agrícola, quando homens compunham o coletivo.

Mesmo após a expulsão dos homens, observam-se as barreiras proporcionadas pelo machismo devido à sobrecarga de tarefas pelas mulheres que são mães e vivenciam jornada dupla de trabalho, impossibilitadas de se matricular em cursos de formação.

Entretanto, ao se organizarem somente entre mulheres, acabaram formando laços de amizade e apoio para se fortalecerem e alcançarem os seus objetivos conjuntamente. Após essa formação, também surgiram atritos e brigas, porém, sempre acabam entrando em um acordo, mantendo a união das Mulheres do GAU.

A organização coletiva é rigorosa, havendo a divisão do trabalho por tarefas, considerando a habilidade e preferência individual de cada mulher. Ao final de todo mês, o dinheiro que ganharam é somado e dividido igualitariamente entre todas, cabendo destacar que cada função exercida possui o seu ganho próprio (cozinha, horta e oficinas).



5.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ilustração: Maria Frizarin.

“O Brasil precisa ser dirigido por uma pessoa que já passou fome. A fome também é professora. Quem passa fome aprende a pensar no próximo, e nas crianças.”

Carolina Maria de Jesus

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O desenvolvimento desta pesquisa ocorreu no contexto da pandemia de Covid-19 e seus decorrentes prejuízos econômicos, políticos, psicológicos e sociais. Nesse sentido, os objetivos delineados na pesquisa foram alcançados, sendo possível concluir que os motivos que levaram à formação da horta pelo coletivo das Mulheres do GAU estão vinculados, as experiências com agricultura vividas na região Nordeste, a necessidade de melhorar as condições econômicas, de ocupação e alimentação, além da violência de gênero que foram determinantes para a referida organização coletiva.

Dessa forma, se destaca as relações de gênero, considerando a busca pela autonomia econômica e social pelas mulheres por meio da agricultura urbana e organização coletiva feminina, pois enfrentavam dificuldades no ambiente familiar e conjugal, bem como no mercado de trabalho.

Essas dificuldades foram superadas somente com a criação das Mulheres do GAU, possibilitando a geração de renda e formação de redes comerciais e solidárias. Assim, a articulação entre as mulheres foi preponderante para a independência econômica e o respectivo empoderamento feminino.

A importância das relações de gênero se reforça pelas experiências masculinas no coletivo, as quais resultaram em discussões, iniciadas pelos homens, por causa do rendimento no trabalho e o respectivo pagamento. A articulação entre as mulheres determinou a expulsão dos homens, decidindo pela composição, somente, feminina do coletivo.

Portanto, enfatiza-se a coragem das mulheres para enfrentar as opressões patriarcais, bem como a dominação masculina presente nas relações culturais, econômicas, familiares, políticas e sociais. O poder de decisão, por meio da organização coletiva, é um avanço significativo para o empoderamento de cada participante das Mulheres do GAU.

Verificou-se, também, por meio da pesquisa, que o fator ambiental foi decisivo, pois o início das atividades se fez visando a recuperação de uma área utilizada para o depósito de entulhos pela comunidade local. Portanto, partindo das experiências vividas na região Nordeste, as mulheres decidiram pela limpeza desse terreno, iniciando os cultivos de diferentes espécies vegetais. Com a necessidade de mudança desta área devido a posse do terreno ser reivindicada pelo proprietário logo após a recuperação ambiental feita pelas mulheres, houve a necessidade de mudança para outro terreno. Atualmente, o

Viveiro Escola está localizado em uma área da CDHU, onde as mulheres realizam suas atividades. Entretanto, como esse terreno é cedido, persiste a sensação de insegurança fundiária e, até mesmo, pressão política sobre as mulheres em anos eleitorais.

Assim, é fundamental que a organização coletiva seja a proprietária legítima e reconhecida do espaço que produzem, contribuindo para a estabilidade econômica, política e social das mulheres. Há, também, necessidade de políticas públicas com maior durabilidade e eficiência, pois os mecanismos atuais, como o Programa Operação Trabalho (POT), são insuficientes para garantir a estabilidade necessária.

O cultivo agroecológico realizado pelas Mulheres do GAU contribui para a Segurança Alimentar e Nutricional do seu público consumidor, além de estimular a educação alimentar por meio de práticas sustentáveis na produção, comercialização, divulgação nas redes sociais e em oficinas ministradas no Viveiro Escola.

No entanto, se verificou que o público consumidor do GAU são pessoas e instituições, geralmente, externas ao bairro em que a horta está localizada, denotando pouca articulação com a escala local. Assim, destaca-se a vulnerabilidade socioeconômica presente nas periferias do município de São Paulo, pois o principal motivo dessa pouca articulação local é a impossibilidade monetária para adquirir os alimentos pelos preços ofertados.

A produção realizada é composta por árvores frutíferas, hortaliças, ervas medicinais, PANCs, cana-de-açúcar, orquídeas e samambaias em uma área de, aproximadamente, 2.000 m². A adubação dessas espécies se faz pela compostagem da matéria orgânica recebida por meio de doação da Subprefeitura do Distrito de Ermelino Matarazzo.

Em relação à origem das mulheres do GAU, destaca-se que os deslocamentos migratórios que a maioria das mulheres realizaram da Região Nordeste para São Paulo eram articulados em redes, compostas tanto por familiares quanto por amigas, para trocar informações e aumentar a segurança do processo.

Dessa forma, essas redes solidárias facilitavam a migração das pessoas que decidiam pela mudança de vida, e pressionavam quem “ainda” não havia migrado, como no caso de Umburana. Nota-se a significativa pressão exercida por quem migrou, supondo que a melhora da qualidade de vida só aconteceria com a saída do local de origem.

Atualmente, cinco (05) mulheres residem no bairro União de Vila Nova, estando próximas do espaço de trabalho. Já em outros três (03) casos, as mulheres informaram que residem em outros distritos da Zona Leste da capital, utilizando diariamente o

transporte público para trabalhar no coletivo. Assim, destacou-se a significativa quantidade de tempo e dinheiro despendido no transporte público, afetando a qualidade de vida das mulheres que precisam se deslocar pela cidade.

A organização coletiva se estrutura por meio dos princípios da economia solidária. Assim, as mulheres dividem as tarefas de acordo com a habilidade individual, selecionando o trabalho de sua preferência. A remuneração é distribuída de forma igualitária entre as participantes, sendo um valor específico para cada frente de trabalho: agricultura, gastronomia e educação. Nessa organização coletiva não há liderança(s), pois busca-se, durante todo o tempo, relações igualitárias e democráticas no ambiente do grupo.

Nesse sentido, o papel do gênero é significativo para a produção dessa organização coletiva, pois os princípios da economia solidária começaram a ser praticados quando o grupo passou a ser composto somente pelo gênero feminino, iniciando, também, a busca pela autonomia cultural, econômica, política e social de cada participante do grupo.

As dificuldades enfrentadas no período da pandemia de Covid-19 estiveram relacionadas com as redes de comercialização, pois a paralisação dos eventos, devido as medidas sanitárias, ocasionou na perda significativa da renda pelo coletivo. Para lidar com essa situação, as mulheres utilizaram as redes sociais para obter doações monetárias e, assim, garantir a sobrevivência de cada participante, bem como do GAU.

Assim, as fundamentações teóricas e práticas abordadas na pesquisa contribuem significativamente para as ações voltadas a sustentabilidade ambiental, econômica e social, destacando a agroecologia como método agrícola, a ecogastronomia como método do trabalho culinário e a economia solidária como método do trabalho coletivo.

A perspectiva para o futuro das Mulheres do GAU envolve trabalho e resistência, pois essas características estão presentes desde o início das atividades da organização coletiva, e não será diferente nos próximos contextos, independentemente do governo e representantes eleitos, possíveis crises econômicas, sociais ou sanitárias. A organização coletiva trabalhou e resistiu diante do avanço da extrema direita na política, além da pandemia de Covid-19 e todas as consequências negativas decorrentes.

No entanto, se acredita que as eleições municipais de 2024 possam eleger representantes que valorizam a agricultura urbana, assim como os princípios da agroecologia para estimular a geração de alimentos e áreas verdes no ambiente urbano. No caso das Mulheres do GAU, destaca-se o interesse, por parte dos representantes

políticos, para a periferia da cidade, historicamente ausente e excluída dos mecanismos das políticas públicas.

Portanto, conclui-se que o fator político é estratégico para a (re)produção da organização coletiva, pois o interesse de representantes institucionais em formas de estimular as atividades e melhorar as condições de trabalho pode contribuir significativamente para o avanço das Mulheres do GAU, e da comunidade local.

Enfatiza-se que outras pesquisas podem avançar nas abordagens sobre a Geografia de Gênero, aprofundando o debate acerca da interseccionalidade. A produção espacial realizada por mulheres, e as opressões enfrentadas para além da questão de classe social, considerando a raça e o gênero, são fundamentações teóricas e práticas relevantes para futuras pesquisas sobre as Mulheres do GAU.

Essa pesquisa aponta para a necessidade de estimular as abordagens da Geografia Feminista e de Gênero, reconhecendo que as relações de gênero também produzem o espaço geográfico. Assim, essa visibilidade pode contribuir para mitigar as desigualdades e violências que compõem os espaços.

REFERÊNCIAS

ALTIERI, M. **Agroecologia**: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável. 4ª edição. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

BIAZOTI, A. R; NAKAMURA, A. C; NAGIB, G; LEÃO, V. O. P. de S; GIACCHÈ, G; MAUAD, T. The impact of COVID-19 on Urban Agriculture in São Paulo, Brazil. **Sustainability**, v. 13, n. 11, *online*, 2021. Disponível em: <https://www.mdpi.com/2071-1050/13/11/6185>. Acesso em 01/02/2024.

BOMBARDI, L. M. **Geografia do Uso de Agrotóxicos no Brasil e Conexões com a União Europeia**. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

CARVALHO, P. N. de. Da crise à abundância: Segurança alimentar e modernização agrícola na Europa no pós-Segunda Guerra Mundial. **Histórias & Perspectivas**, v. 31, n. 59, p. 141-154, 2018.

CIDADE DE SÃO PAULO. **Dados demográficos dos distritos pertencentes às Subprefeituras**. Cidade de São Paulo, 2022. Disponível em: https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/subprefeituras/subprefeituras/dados_demograficos/index.php?p=12758. Acesso em 11/07/2023.

_____. **Distribuição das favelas**. Cidade de São Paulo, 2017. Disponível em: https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/urbanismo/infocidade/htmls/9_distribuicao_das_favelas_2017_516.html. Acesso em 11/07/2023.

_____. **Empregos formais, segundo faixa de rendimento.** Cidade de São Paulo, 2018. Disponível em: https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/chamadas/10_trabalho_2018_1580928284.htm. Acesso em 11/07/2023.

_____. **Estimativas de domicílios em favelas.** Cidade de São Paulo, 2017. Disponível em: https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/urbanismo/infocidade/htmls/9_estimativas_de_domicilios_em_favelas_2008_10781.html. Acesso em 11/07/2023.

_____. **Projetos Hortas e Viveiros Urbanos.** Cidade de São Paulo, 2020. Disponível em: <https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/desenvolvimento/cursos/index.php?p=205077>. Acesso em 30/06/2023.

COSTA, R. H. da. **O mito da desterritorialização:** do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. 6ª edição. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011.

CREN | ENFRENTANDO A DESNUTRIÇÃO ATRAVÉS DA EDUCAÇÃO NUTRICIONAL. **Como atuamos.** Cren, 2021. Disponível em: <https://www.cren.org.br/atuacao/>. Acesso em 30/06/2023.

CURAN, R. M; MARQUES, P. E. M. Multifuncionalidade da agricultura urbana e periurbana: uma revisão sistemática. **Estudos Avançados**, n. 35, p. 209-224, 2021. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/eav/issue/view/11988>. Acesso em 17/07/2023.

DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO. **Decretos.** Diário Oficial, 2020. Disponível em: <https://www.saopaulo.sp.gov.br/wp-content/uploads/2020/03/decreto-64862.pdf>. Acesso em 15/06/2023.

FUNDAÇÃO SISTEMA ESTADUAL DE ANÁLISE DE DADOS. **A população da cidade de São Paulo agora cresce menos.** SEADE, 2003. Disponível em: <http://produtos.seade.gov.br/produtos/spdemog/index.php?tip=ja03>. Acesso em 11/07/2023.

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO. **CDHU – Quem Somos.** PORTAL DO GOVERNO, 2023. Disponível em: <https://www.cdhu.sp.gov.br/web/guest/institucional/quem-somos>. Acesso em 26/06/2023.

_____. **Primeira vacinada do país, enfermeira Mônica Calazans ajuda a salvar vidas em SP.** PORTAL DO GOVERNO, 2021. Disponível em: <https://www.saopaulo.sp.gov.br/noticias-coronavirus/primeira-vacinada-do-pais-enfermeira-monica-calazans-ajuda-a-salvar-vidas-em-sp/>. Acesso em 15/06/2023.

GOVERNO FEDERAL. **Fome no Brasil piorou nos últimos três anos, mostra relatório da FAO.** GOV.BR, 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/secom/pt->

br/assuntos/noticias/2023/07/fome-no-brasil-piorou-nos-ultimos-tres-anos-mostra-relatorio-da-fao. Acesso em 19/07/2023.

_____. **OMS classifica coronavírus como pandemia.** GOV.BR, 2020. Disponível em: <https://www.gov.br/pt-br/noticias/saude-e-vigilancia-sanitaria/2020/03/oms-classifica-coronavirus-como-pandemia>. Acesso em 15/06/2023.

HERK, A. C. V. **Gênero e economia solidária:** Um olhar sobre a participação e atuação das mulheres nas organizações do Terceiro Setor. 2011. Dissertação (Mestrado em Administração) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2011.

HESPAHOL, R. A. M. Agroecologia: limites e perspectivas. *In:* ALVES, A. F; CORRIJO, B. R; CANDIOTTO, L. Z. P. (organizadores). **Desenvolvimento territorial e agroecologia.** 1ª edição. São Paulo: Expressão Popular, 2008, p. 117-136.

HESPAHOL, R. A. M; HESPAHOL, A. N. A agricultura urbana e a produção de alimentos nas cidades. *In:* HESPAHOL, A. N; LOCATEL, C. D; SILVA, C. A. da (organizadores). **Agricultura Urbana e Periurbana:** materialidades, possibilidades e contradições. 1ª edição. Curitiba: CRV, 2022, p. 253-272.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo agropecuário.** IBGE, 2017. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sp/sao-paulo/pesquisa/24/27745>. Acesso em 11/07/2023.

_____. **Em 2022, mulheres dedicaram 9,6 horas por semana a mais do que os homens aos afazeres domésticos ou ao cuidado de pessoas.** IBGE, 2023. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/37621-em-2022-mulheres-dedicaram-9-6-horas-por-semana-a-mais-do-que-os-homens-aos-afazeres-domesticos-ou-ao-cuidado-de-pessoas>. Acesso em 14/02/2024.

_____. **Panorama.** IBGE, 2022. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sp/sao-paulo/panorama>. Acesso em 11/07/2023.

_____. **Produto Interno Bruto dos Municípios.** IBGE, 2020. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sp/sao-paulo/pesquisa/38/47001?tipo=ranking&ano=2020&indicador=46997>. Acesso em 11/07/2023.

_____. **População rural e urbana.** IBGE, 2020. Disponível em: <https://educa.ibge.gov.br/jovens/conheca-o-brasil/populacao/18313-populacao-rural-e-urbana.html#:~:text=De%20acordo%20com%20dados%20da,brasileiros%20vivem%20em%20%C3%A1reas%20rurais>. Acesso em 11/07/2023.

LEÃO, V. O. P. de S. **Organizações de Controle Social na Região Metropolitana de São Paulo:** relações de proximidade e de confiança em foco. 2019. Dissertação (Mestrado em Ecologia Aplicada). Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz”, Universidade de São Paulo, Piracicaba, 2019.

LIGUE OS PONTOS. **Sobre o projeto**. LIGUE OS PONTOS, 2023. Disponível em: <https://ligueospontos.prefeitura.sp.gov.br/projeto/>. Acesso em 03/08/2023.

LIMA, A. B. Alimentação no contexto da Primeira Guerra Mundial: Berlim e seus espaços de cultivo urbano. **Revista História e Cultura**, v. 9, n. 2, p. 154-176, 2020.

MASSEY, D. B. **Pelo espaço**: uma nova política da espacialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

MELO, M. N. M.; FUSCO, W. Migrantes nordestinos na região metropolitana de São Paulo: características socioeconômicas e distribuição espacial. **Confin**, n. 40, p. 1-19, 2019. Disponível em: <https://journals.openedition.org/confin/19451>. Acesso em 25/07/2020.

MENDES, D. B. **Ruralidades na cidade**: análise das práticas de agricultura urbana desenvolvidas em Martinópolis. 2022. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Estadual Paulista (Unesp), Faculdade de Ciências e Tecnologia, Presidente Prudente, 2022.

Mulheres do GAU. **Mulheres do GAU – Agricultura e Culinária Orgânica**. São Paulo, 2024. *Facebook*: Mulheres do GAU. Disponível em: <https://www.facebook.com/mulheresdogau>. Acesso em 25/06/2024.

Mulheres do GAU. **Mulheres Do Gau**. São Paulo, 2024. *Instagram*: Mulheres do GAU. Disponível em: <https://www.instagram.com/mulheresdogau/>. Acesso em 25/06/2024.

Mulheres do GAU. **Ponto De Cultura Socioambiental Quebrada Sustentável**. São Paulo, 2024. *Facebook*: Quebrada Sustentável. Disponível em: https://www.facebook.com/quebradasustentavel/about?locale=pt_BR. Acesso em 22/01/2024.

NAGIB, G. **O espaço da agricultura urbana como ativismo**: alternativas e contradições em Paris e São Paulo. 2020. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2020.

NEGRI, B. T. **Agricultura urbana e periurbana em Regente Feijó/SP**: análise de suas particularidades e comparação com o caso de Centre Wellington/ON – Canadá. 2023. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Estadual Paulista (Unesp), Faculdade de Ciências e Tecnologia, Presidente Prudente, 2023.

OLIVEIRA, K. F.; JANNUZZI, P. M.; Motivos para migração no Brasil e retorno ao nordeste: padrões etários, por sexo e origem/destino. **São Paulo em perspectiva**, v. 19, n. 4, p. 134-143, 2005.

OLIVEIRA, L. C. P. de. **Redes, ideias e ação pública na agricultura urbana**: São Paulo, Montreal e Toronto. 2017. Tese (Doutorado em Administração Pública e Governo) – Escola de Administração de Empresas de São Paulo, Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, 2017.

ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DA SAÚDE. **Histórico da pandemia de COVID-19.** OPAS, 2023. Disponível em: <https://www.paho.org/pt/covid19/historico-da-pandemia-covid-19>. Acesso em 15/06/2023.

PAULA, L. A. C. de. **A bela flor do/no campo:** por uma geografia de gênero e r(existência) em assentamentos rurais do interior de São Paulo. 2020. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Estadual Paulista (Unesp), Faculdade de Ciências e Tecnologia, Presidente Prudente, 2020.

PAULA, L. A. C. de; MARES, R. M. Marcadores de gênero e raça na vida de mulheres negras do espaço urbano: do limitante direito à cidade às estratégias de resistência. **Terra Livre**, v. 2, n. 59, p. 38-73, 2022. Disponível em: <https://publicacoes.agb.org.br/terralivre/article/view/2942>. Acesso em 06/02/2024.

PEREIRA, C. da S. **Agricultura, abastecimento e consumo na Aglomeração Urbana de Presidente Prudente – SP.** 2020. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Estadual Paulista (Unesp), Faculdade de Ciências e Tecnologia, Presidente Prudente, 2020.

PINHEIRO, A. P. B. **Análise da ecogastronomia como ferramenta de educação e transformação social do movimento *slow food*: um estudo de caso.** 2020. Monografia (Tecnologia em Gastronomia) – Instituto Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2020.

PODER 360. **Covid-19: fevereiro termina como 2º pior mês da pandemia no Brasil.** PODER 360, 2021. Disponível em: <https://www.poder360.com.br/coronavirus/covid-19-fevereiro-termina-como-2o-pior-mes-da-pandemia-no-brasil/>. Acesso em 15/06/2023.

_____. **Mortes pela covid em março e abril superam as dos 6 meses anteriores.** PODER 360, 2021. Disponível em: <https://www.poder360.com.br/coronavirus/mortes-pela-covid-em-marco-e-abril-superam-as-dos-6-meses-anteriores/>. Acesso em 15/06/2023.

PRIMAVESI, A. **Manejo Ecológico del Suelo.** 5ª edição. Buenos Aires: El Ateneo, 1984.

PORTAL DA UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA. **Comunidades Comitê Covid-19.** Unesp, 2023. Disponível em: <https://www2.unesp.br/porta1#!/covid19/reorganizacao-das-atividades/comunicados/>. Acesso em 15/06/2023.

Portal INMET. **Ano de 2023 é o mais quente da série histórica no Brasil.** Portal INMET, 2024. Disponível em: <https://portal.inmet.gov.br/noticias/ano-de-2023-%C3%A9-o-mais-quente-da-hist%C3%B3ria-do-brasil#:~:text=Publicado%20em%2009%2F01%2F2024,de%2024%2C23%C2%B0C..> Acesso em 24/01/2024.

PROSAS. **Instituto Nova União da Arte – NUA**. Prosas, 2024. Disponível em: https://prosas.com.br/empreendedores/9838-instituto-nova-uniao-da-arte-nua#!#tab_vermais_descricao. Acesso em 22/01/2024.

RAMOS, S. F. O uso do território como categoria de análise para compreensão das dinâmicas da agricultura em regiões metropolitanas. **Instituto de Economia Agrícola**, n. 29, p. 1-24, 2011. Disponível em: <http://www.iea.sp.gov.br/out/LerRea.php?codTexto=12158>. Acesso em 31/07/2023.

REDE NOSSA SÃO PAULO. **Mapa da Desigualdade 2021 é lançado**. Rede Nossa São Paulo, 2021. Disponível em: <https://www.nossasaopaulo.org.br/2021/10/21/mapa-da-desigualdade-2021-e-lancado/>. Acesso em 11/07/2023.

Rede PENSSAN. **2º Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil**. Rede PENSSAN, 2022. Disponível em: <https://pesquisassan.net.br/2o-inquerito-nacional-sobre-inseguranca-alimentar-no-contexto-da-pandemia-da-covid-19-no-brasil/>. Acesso em 24/01/2024.

ROSA, A. F. **As particularidades da agricultura urbana e periurbana (AUP) em Presidente Prudente (SP)**. 2020. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Estadual Paulista (Unesp), Faculdade de Ciências e Tecnologia, Presidente Prudente, 2020.

RUI, S. L. **A participação da Associação Força Feminina do Município de Mirante do Paranapanema (SP) no Programa de Aquisição de Alimentos (PAA): Território de Empoderamento?** 2019. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Estadual Paulista (Unesp), Faculdade de Ciências e Tecnologia, Presidente Prudente, 2019.

SAMPA+RURAL. **Hortas urbanas**. SAMPA+RURAL, 2023. Disponível em: https://sampamaisrural.prefeitura.sp.gov.br/agricultores?filters=filters%5Bupa%5D%5Bsubcategory_list%5D%5B%5D%3DHortas%20urbanas%26. Acesso em 03/08/2023.

SANTOS, M; SILVEIRA, M. L. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. 9ª edição. Rio de Janeiro: Record, 2006.

SILVA, G. H. P. da; AMORIM, M. C. de C. T. A importância das áreas agrícolas urbanas para o clima da cidade de Florianópolis (SC). In: HESPAHOL, A. N; LOCATEL, C. D; SILVA, C. A. da (organizadores). **Agricultura Urbana e Periurbana: materialidades, possibilidades e contradições**. 1ª edição. Curitiba: CRV, 2022, p. 133-146.

TURRA NETO, N. Microterritorialidades nas cidades: uma introdução à temática. **Cidades**, v. 10, n. 17, p. 7-17, 2013. Disponível em: <https://periodicos.uffs.edu.br/index.php/cidades/issue/view/131>. Acesso em 12/02/2024.

YIN, R. K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. 2ª edição. Porto Alegre: Bookman, 2001.

APÊNDICE

Apêndice A. Roteiro de entrevista semiestruturada utilizado na pesquisa de campo.

ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA – MULHERES DO GAU

02/06/22 – 05/06/22

Local da entrevista:

Data da entrevista:

Função exercida na horta:

TRAJETÓRIA DAS MULHERES: DA VIDA NA REGIÃO NORDESTE, PASSANDO PELA CHEGADA EM SÃO PAULO ATÉ AS CONDIÇÕES ATUAIS

A) Da vida na região Nordeste

- 1) Qual é a sua idade?
- 2) Qual é o seu estado de origem?
- 3) Qual é a sua cidade de origem?
- 4) Qual era a sua ocupação? Teve experiência com agricultura ou com o cultivo de lavouras? Se sim, com quais lavouras?
- 5) As terras para cultivo eram próprias? Se não, qual era a condição das terras?
- 6) Qual era o destino da produção? Como foi essa experiência?
- 7) Teve experiência de organização coletiva? Se sim, em qual tipo de organização coletiva (grupos de moradores, mulheres, agricultores, associações, cooperativas etc.)? Como foi essa experiência?
- 8) Essa experiência contribuiu quando você migrou para SP?
- 9) Com qual idade saiu da sua cidade de origem? Era solteira ou casada? Já tinha filhos?
- 10) Por que decidiu sair?
- 11) Por quais cidades e ocupações esteve antes de se fixar em São Paulo?

B) Chegada em São Paulo

- 1) Com qual idade começou a morar em São Paulo?
- 2) Por que escolheu morar na cidade de São Paulo?
- 3) O bairro de São Paulo em que reside atualmente é o mesmo de quando chegou?
- 4) Em quantos e quais bairros de São Paulo já residiu?
- 5) Onde você reside atualmente?

- 6) Qual é a sua preferência de residência e padrão de vida: a sua cidade de origem ou em São Paulo? Por quê?
- 7) Como e quando começou a participar do coletivo das Mulheres do G.A.U?
- 8) Qual foi o motivo que resultou na formação da horta das Mulheres do G.A.U?
- 9) Quais foram os desafios para a formação inicial da horta?
- 10) Teve outra experiência na formação de uma horta urbana anteriormente? Se sim, comente o que despertou a sua atenção e como foi a outra experiência.
- 11) Após a formação da horta, quais foram os impactos na sua vida?
- 12) Por que começaram o cultivo de uma horta dentro da cidade de São Paulo?
- 13) Quais foram as dificuldades para o desenvolvimento e consolidação das atividades da horta?
- 14) Por que escolheram o cultivo agroecológico em uma horta urbana?
- 15) Quais foram as dificuldades para começar o cultivo agrícola sem agrotóxicos?
- 16) Existem vantagens e desvantagens quando não são utilizados agrotóxicos no manejo agrícola? Se sim, quais são as vantagens e as desvantagens?
- 17) Quando começou a divulgação da horta pela internet e redes sociais?
- 18) Qual é a importância da divulgação na internet e redes sociais para o desenvolvimento da horta?
- 19) Qual é a importância da divulgação na internet e redes sociais para a comercialização?

C) A Horta

- 1) Quanto mede o terreno em que está localizada a horta?
- 2) Quanto mede a área cultivada? Essa área tem variação ao longo do ano? Se sim, por quê?
- 3) Quais cultivos são realizados na horta? Há variação nos cultivos ao longo do ano?
- 4) Como a adubação da horta é realizada?
- 5) Qual é a origem da água utilizada na irrigação dos canteiros?
- 6) Onde as mudas são obtidas?
- 7) Qual é a origem das sementes: crioulas/tradicionais ou transgênicas? Existe um motivo para a escolha? Onde são adquiridas?
- 8) O que é cultivado para a comercialização?
- 9) O que é cultivado para o autoconsumo?
- 10) O trabalho na horta é a sua principal fonte de renda? Se não, qual seria?
- 11) Possui outra fonte de renda? Se sim, qual seria?

- 12) Onde ocorre a comercialização dos cultivos?
- 13) Para quem são vendidos?
- 14) Ocorrem doações? Se sim, como acontece e para quem são destinadas essas doações?
- 15) Qual é a importância do autoconsumo na sua vida?
- 16) Existe algum programa/estratégia de comercialização que vocês participam? Se sim, qual?
- 17) Possui alguma política pública do governo federal, estadual ou municipal para o trabalho na horta? Se sim, qual? Há a contribuição de ONGs ou outras organizações da sociedade civil que contribuem com a horta ou os produtos da cozinha? Se sim, de que forma?
- 18) Possui algum financiamento privado para o trabalho na horta? Se sim, qual?
- 19) Possui algum fornecimento de doações vindas da população civil ou empresas para a horta ou a cozinha? Se sim, qual?
- 20) Quais são as dificuldades para a comercialização dos alimentos cultivados?
- 21) Qual é a relação com a vizinhança da horta?
- 22) Existe participação ou interesse da comunidade local nas atividades e/ou produtos da horta?
- 23) Você costuma receber visitas na horta? Se sim, de quem? Com qual frequência? Como foram as experiências?
- 24) Além do cultivo agrícola, existem outras atividades exercidas na horta? Se sim, quais são e como acontecem? Com que frequência acontecem? (diária, semanal, quinzenal, etc.)?

D) A cozinha e seus produtos

- 1) Como se conseguiu adquirir o fogão, geladeira, panelas etc. que são utilizados na cozinha? Como se construiu a cozinha? Quem colaborou?
- 2) Quais são os alimentos comercializados vindos da cozinha da horta?
- 3) Como acontece a produção de alimentos na cozinha da horta, referente a divisão e organização do trabalho das mulheres?
- 4) Por que realizar essa produção na cozinha?
- 5) Quais são as dificuldades dessa produção realizada na cozinha?
- 6) Qual é a sua preferência de atividade, o manejo da horta ou a produção na cozinha? Por quê?

7) Quais são as dificuldades para a comercialização dos produtos da cozinha? Todas as mulheres se alimentam dos produtos?

E) Organização coletiva

1) Por que se optou por trabalhar de forma coletiva? Desde quando o trabalho na horta e/ou na cozinha é coletivo?

2) No cotidiano, como isso funciona? Há uma escala de trabalho ou todas trabalham ao mesmo tempo?

3) Como ocorre a remuneração: por tarefa, de forma igualitária etc.?

4) Na sua avaliação, quais foram as dificuldades iniciais e as vantagens de se trabalhar de forma coletiva? Todas as mulheres já tinham experiência em trabalhar coletivamente? Se sim, quais mulheres?

5) Houve a formação ou um curso sobre o trabalho por meio da organização coletiva?

6) O que você entende, ou já ouviu falar, sobre o tema da agroecologia? Ou fez algum curso ou participou de palestras sobre o tema?

7) O que você pensa sobre o uso de sementes transgênicas na agricultura?

8) O que você pensa sobre o uso de agrotóxicos na agricultura?

9) O que você pensa sobre a Reforma Agrária?

10) Qual é a importância da agricultura familiar?

11) Qual é a importância das mulheres na agricultura?

12) Teve experiência em trabalhar com homens na agricultura? Se sim, como foi a experiência?

13) Existem diferenças no trabalho agrícola entre homens e mulheres? Se sim, quais, como e por que acontecem?